

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

MARTIN AIRTON WISSMANN

UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia.

Orientador: Prof. Osmar Possamai, Dr.

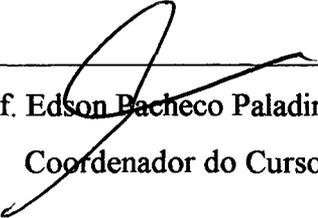
FLORIANÓPOLIS

2002

MARTIN AIRTON WISSMANN

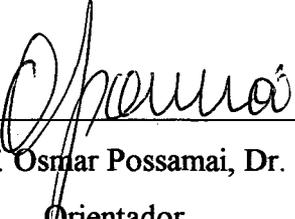
UMA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do **Título de Mestre em Engenharia de Produção** e aprovada em sua forma final pelo **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção**.

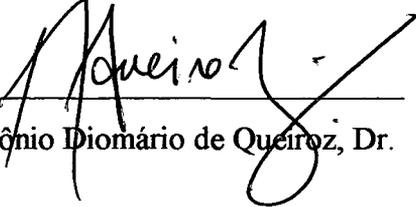


Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Curso

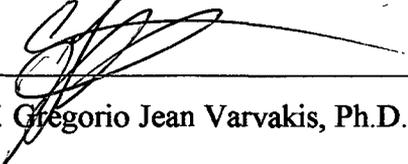
Banca Examinadora:



Prof. Osmar Possamai, Dr.
Orientador



Prof. Antônio Diomário de Queiroz, Dr.



Prof. Gregorio Jean Varvakis, Ph.D.

Dedico este trabalho aos meus pais, Osvaldo e Nair, por terem abdicado de vários prazeres da vida em prol de minha formação e por terem, num momento de desânimo na graduação, cobrado maior empenho e dedicação o que me possibilitou estar desenvolvendo este estudo.
A eles meu eterno amor.

AGRADECIMENTOS

À minha família pela compreensão da minha ausência e pelo apoio nos momentos de dificuldades;

Aos meus amigos, pelo apoio e auxílio nesta elaboração;

Ao orientador Prof. Possamai Dr., pelo acompanhamento competente, determinante para o sucesso deste trabalho;

À UFSC e ao Departamento de Engenharia de Produção;

A Deus, por ter me possibilitado a vida; e

A todos que contribuíram no desenvolvimento desta pesquisa.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	8
RESUMO	10
ABSTRACT	11
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	12
1.1 Quadro Geral da Problemática	14
1.2 Objetivos do Trabalho.....	15
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Resultados Esperados	16
1.5 Estrutura do Trabalho	17
CAPÍTULO 2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES.....	18
2.1 A Evolução Administrativa em Relação ao Compromisso Social.....	18
2.1.1 Função econômica da empresa	20
2.1.2 Função social da empresa	23
2.1.3 Setores que praticam ações sociais	26
2.1.4 Os objetivos econômicos em relação aos objetivos sociais	27
2.2 Evolução e Conceituação de Responsabilidade Social	30
2.2.1 A evolução histórica da responsabilidade social no mundo.....	31
2.2.2 A evolução histórica da responsabilidade social no Brasil	33
2.2.2 Conceitos de Responsabilidade Social	34
2.3 Evolução do Gerenciamento Social.....	38
2.3.1 Dimensões da Responsabilidade Social da Empresa.....	40
2.3.2 Beneficiários da Responsabilidade Social.....	41
2.4 Considerações	43
CAPÍTULO 3 – BALANÇO SOCIAL – CONCEITOS E MODELOS	45
3.1 Sistema de Informações Contábeis	45
3.1.1 Balanço Patrimonial	47
3.1.2 Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE)	48

3.1.3 Demonstrativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)	48
3.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).....	48
3.1.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)	49
3.2 A Contabilidade Social e o Balanço Social	51
3.2.1 Considerações sobre a Contabilidade Social	51
3.2.2 Evolução histórica do Balanço Social.....	55
3.2.3 A evolução do Balanço Social no Brasil	57
3.2.4 A Legislação sobre o Balanço Social no Brasil.	58
3.2.4.1 Projetos de Lei - Esfera Federal	59
3.2.4.2 Projetos de Lei - Esfera Estadual	60
3.2.4.3 Leis e Projetos - Esfera Municipal.....	60
3.2.5 A descrição de um Balanço Social.....	61
3.2.6 Usuários das informações do Balanço Social	63
3.2.7 O Balanço Social em outros países	68
3.3 Composição do Balanço Social Comumente Apresentado no Brasil.....	71
3.3.1 Alguns Balanços Sociais publicados e suas características	73
3.3.2 Benefícios espontâneos e obrigatórios.....	79
3.4 Sugestões para Elaboração de um Balanço Social.....	80
3.5 Considerações	82
CAPÍTULO 4 – IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DO BALANÇO SOCIAL.....	84
4.1 Composição do Balanço Social proposto	85
4.1.1 Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente	86
4.1.2 Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias.....	88
4.1.3 Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.....	90
4.1.3.1 Ativo social de curto prazo	91
4.1.3.2 Ativo social de longo prazo.....	91
4.1.3.3 Ativo social permanente.....	91
4.1.3.4 Passivo social de curto prazo	92
4.1.3.5 Passivo social de longo prazo	92
4.1.3.6 Resultado social líquido	93

4.1.4 Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido – DMRSL...	95
4.2 Estágios de Implementação do Balanço Social.....	96
4.2.1 Estágio 1 - Identificação da equipe de implementação	98
4.2.2 Estágio 2 - Identificação e classificação dos indicadores sociais ocorridos na empresa	98
4.2.3 Estágio 3 – Adequação dos demonstrativos sociais	99
4.2.3 Estágio 4 - Confecção do Balanço Social	99
4.2.4 Estágio 5 – Divulgação	100
4.3 Considerações	100
CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DA PROPOSTA DO BALANÇO SOCIAL.....	102
5.1 A Empresa Pesquisada	102
5.1.1 A visão da situação atual.....	102
5.2 Implementação da Proposta.....	103
5.2.1 Estágio 1 - Identificação da equipe de implementação	103
5.2.2 Estágio 2 - Identificação e classificação dos indicadores sociais ocorridos na empresa	103
5.2.3 Estágio 3 – Adequação do Demonstrativo Social	107
5.2.4 Estágio 4 - Confecção do Balanço Social	109
5.2.5 Estágio 5 – Divulgação	113
5.3 Considerações	113
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES	115
6.1 Conclusões	115
6.2 Sugestões para trabalhos futuros	117
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A Empresa como Instituição Econômica.....	19
Figura 2 – A Empresa como Instituição Sociopolítica.....	19
Figura 3 – Influência dos diferentes grupos sociais na empresa.....	22
Figura 4 – Função social e econômica da empresa.....	23
Figura 5 – Setores que praticam ações sociais.....	26
Figura 6 – Possíveis Quadrantes da relação Econômico Social da empresa.....	28
Figura 7 – Evolução histórica da responsabilidade no mundo.....	33
Figura 8 – Princípios de responsabilidade social da empresa.....	38
Figura 9 – Ramificação da ciência contábil.....	50
Figura 10 – Exemplo de Balanço Patrimonial – destaque investimento ambientais.....	53
Figura 11 – Exemplo de Demonstração do resultado do exercício.....	54
Figura 12 – Exemplo de Demonstração do Valor Adicionado – DVA.....	54
Figura 13 – Alguns usuários do balanço social.....	67
Figura 14 – Balanço Social – panorama internacional.....	68
Figura 15 – Modelo de demonstração do valor adicionado.....	72
Figura 16 – Exemplo de confecção do Balanço Social.....	86
Figura 17 – Formulário modelo do Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.....	87
Figura 18 – Formulário modelo do Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias.....	89
Figura 19 – Formulário modelo do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.....	95
Figura 20 – Formulário modelo do DMRSL - Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido.....	96
Figura 21 – Estágios de implementação do Balanço Social.....	97
Figura 22 – Identificação e classificação dos Indicadores Sociais Instituídos Previamente.....	104
Figura 23 – Identificação e classificação dos Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.....	105
Figura 25 – Estrutura adequada do Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.....	108

Figura 26 – Estrutura adequada do Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias.	108
Figura 27 – Estrutura adequada do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.	109
Figura 28 – Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.	110
Figura 29 – Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias	111
Figura 30 – Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios	112
Figura 31 – DMRS - Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido.	112

RESUMO

WISSMANN, Martin Airton. **Uma proposta para elaboração do Balanço Social**. Florianópolis, 2002, 141 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

O desenvolvimento econômico, promovido ao longo dos tempos, caracteriza a abrangência do processo administrativo a ser desenvolvido pelos empresários, devendo ter uma visão ampliada de suas obrigações, as quais requerem ações bem mais complexas do que o simples objetivo de alcançar o lucro. Adotar procedimentos que demonstrem preocupação com investidores, financiadores, fornecedores, funcionários, sociedade e com o meio ambiente, pode ser identificado como característica de empresa socialmente responsável. A Responsabilidade Social, expressão que identifica o comprometimento de pessoas e instituições com o meio em que estão inseridas, caracteriza o princípio deste estudo, partindo da necessidade do real conhecimento conceitual e sua aplicabilidade, para posteriormente propor uma sistemática de implementação de demonstrativos que facilitem a identificação e análise das ações divulgadas pelas empresas como sociais. A sistemática proposta neste trabalho sugere um grupo de quatro demonstrativos, os quais compõem o que se denomina de Balanço Social, onde alguns princípios que promovem a divulgação das ações sociais são mantidos, porém a diferença principal dos Balanços Sociais, comumente utilizado pelas empresas, está no Demonstrativo de Indicadores Espontâneos e Obrigatórios, que sugere uma sistemática inovadora para apresentação das ações sociais, facilitando a identificação e análise dos dados, pois apresenta o resultado do comportamento social da empresa, num determinado período. Uma proposta de implementação de Balanço Social com a demonstração de indicadores espontâneos e obrigatórios tende a facilitar a análise desenvolvida pelos usuários, podendo identificar com maior clareza as ações sociais promovidas pela empresa, assim como servir de apoio à gestão empresarial, pois busca promover a visualização da postura da instituição frente ao meio, podendo direcionar procedimentos que qualifiquem a empresa como socialmente responsável.

Palavras Chave: Responsabilidade Social; Balanço Social; Indicadores.

ABSTRACT

WISSMANN, Martin Airtton. **BS – Social Balance Sheet: A purpose for its building.** Florianópolis, 2002, 141 fs. Dissertation (Master's degree in Production Engineering)- Mastery Degree Program in Productions Engineering, UFSC, 2002.

The economical development characterizes the importance of the administrative process developed by the employers. In this process, the employers must also have a wide view related to their obligations, which requires more complex actions than the simple aim of getting profit. Adopting procedures to demonstrate the company's concern with investors, supporters, providers, employees, the society as well as the environment, may help professionals identify a company with social concerns. This study aims to identify the company's Social Responsibility and commitment with the community environment. Based on the need of a real conceptual knowledge and its applicability, this study also tries to provide a system of an implementation demonstratives which facilitate the identification and the analyses of the social actions reported by the companies. This research suggests a set of four demonstratives. They build what it is called "Social Balance sheet", in which some social marketing principles are kept. However, the main difference of the Social Balance, highly used by the companies, is in the Demonstrative of Spontaneous and Compulsory Indicators. That suggests an innovative system to show the social actions, making the identification and the data analyses easier, since it shows the result of the social behavior at a company in a period of time. A purpose of the implementation of a Social Balance Sheet, demonstrating spontaneous and compulsory indicators tends to facilitate the analyses developed by its users, identifying the company social actions as well as offering support for management, since it tries to provide a view of the institution policy, and since it might guide the procedures that characterize a company as a social responsible one.

KEYWORDS: Social Responsibility; Social Balance; Indicators.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Os meios econômicos, ao longo do tempo, tiveram uma grande expansão se considerarmos os aspectos quantitativos e qualitativos. Vários segmentos surgiram, alguns desapareceram e outros tiveram que se adaptar na busca pela implementação de novas formas de manutenção e sobrevivência, em face às mudanças que ocorrem no mundo.

Estas mudanças que, em boa parte decorrem do desenvolvimento e crescimento das atividades econômicas e dos avanços tecnológicos, estão intimamente relacionadas com o aumento populacional, sendo que este origina o mercado consumidor para a absorção do produto de ambos: atividades econômicas e novas tecnologias. De forma paralela é possível observar que enquanto consumidora, a sociedade sobrevive dos benefícios gerados pelas atividades econômicas, bem como sofre os impactos destas.

Os efeitos nocivos decorrentes das atividades econômicas oneram o poder público e a sociedade, acarretando perdas na qualidade de vida da população, aumento no índice de doenças e destruição dos recursos naturais, através da contaminação das águas, do ar, do solo, da extinção de espécies animais, vegetais e minerais, dentre outras.

Devido a influência da atividade econômica no meio social, e na busca de minimizar as influências negativas, a ação controladora e fiscalizadora sofrida pelas organizações pressiona estas a procederem formas de preservar ou recuperar o meio social no qual estão inseridas, buscando desta forma demonstrar o seu compromisso com a sociedade.

O reconhecimento deste compromisso ou do benefício social desenvolvido por parte das organizações torna-se fundamental, pois é correto considerar que, por gerar empregos, proporciona benefícios sociais. Entretanto, a que se avaliar se o montante de impostos pagos e a ocupação da mão-de-obra local são compatíveis com os gastos governamentais para prover a infraestrutura necessária à manutenção da empresa, como fornecimento de água, energia elétrica, serviços de esgotos, de saneamento básico, de manutenção das vias públicas e infraestrutura hospitalar, por exemplo.

Segundo Ribeiro (1999), uma empresa somente poderia exercer suas atividades se o custo-benefício da sua existência fosse positivo. As empresas que agredem o meio ambiente

colocando em risco a continuidade da vida humana ou reduzindo a qualidade desta, bem como aquelas que não propiciam condições adequadas de trabalho, contribuindo para a degeneração psicológica e social dos trabalhadores e as que não adicionam valor à economia local, fazendo com que a aplicação de recursos governamentais não resultem nos benefícios esperados na região onde estão situadas, demonstram não estar cumprindo com seu papel social.

Desta forma, cabe à empresa, antes de qualquer iniciativa, identificar de forma concreta o que significa desenvolver um papel social. Se considerar que o conceito de responsabilidade social de empresa parte da premissa de que as organizações têm responsabilidade direta e condições de abordar muitos problemas que afetam a sociedade, acredita-se que tarefas técnicas e recursos empregados por empresas para alcançar seus objetivos materiais podem estar voltados para a solução de problemas sociais, sendo possível adotar ações que realmente demonstrem este compromisso.

Derivados deste pensamento, ou em muitos casos em função das cobranças dos órgãos públicos, órgãos não governamentais e da sociedade, algumas empresas passaram a apresentar, através de demonstrativos próprios, a sua postura frente ao compromisso social exigido. Tendo como marco histórico o ano de 1965, de acordo com a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, a expressão responsabilidade social passou a difundir-se entre as empresas. Um dos modelos desenvolvidos de demonstração do comportamento social promovido pelas empresas e que com o passar dos anos ganhou espaço foi o Balanço Social. Este passou por várias adaptações e na sua concepção mais ampla, busca demonstrar a interação da empresa com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, incluindo o meio ambiente natural, a comunidade, economia local e os recursos humanos.

Em síntese, a evolução da gestão empresarial, as determinações legais ou as pressões exercidas por entidades organizadas ou pela sociedade, os conceitos que embasam o real sentido da responsabilidade social, e a forma como estes estão sendo demonstrados, fazem parte da proposta à qual este trabalho foi desenvolvido.

Concebendo como fato certo a situação que ora se configura, que identifica a necessidade das entidades se organizarem no intuito de atender as exigências da sociedade como um todo, cumprindo com sua Responsabilidade Social, e que esta está sendo

demonstrada no Balanço Social, torna-se necessário questionar se os dados apresentados neste demonstrativo, são realmente demonstrações de Responsabilidade Social.

Na busca de atender as exigências sociais, algumas organizações estão tornando este demonstrativo uma simples forma de divulgar os valores monetários que são aplicados com empregados, com programas sociais, em recuperação de recursos naturais, entre outros. Parte-se da hipótese que, em algumas empresas o verdadeiro sentido da Responsabilidade Social não está sendo respeitado, tornando o Balanço Social, simples formalidade ou um demonstrativo somente com estratégia de *marketing*. Em sua composição, normalmente, estão apresentadas informações que somente representam a obrigação natural da organização e não sua função social. Este trabalho decorre desta hipótese e pretende estabelecer uma forma de apresentar as ações sociais desenvolvidas pela empresa, de forma, que seja facilitada a identificação das ações que possam ser consideradas Responsabilidade Social. Através de um demonstrativo, buscar-se-á informar com maior clareza as ações de iniciativa da empresa e as ações impostas para a empresa, podendo apurar entre ambas, se estas apresentaram resultados negativos ou positivos, ao final do período.

1.1 Quadro Geral da Problemática

Há três décadas o interesse em relação ao tema responsabilidade social vem crescendo gradativamente. A acirrada polêmica que hoje se trava em torno dos complexos fatores envolvidos na questão é fruto de diferentes óticas sob as quais o problema tem sido focado.

Os fatores que permeiam o tema são de tamanha importância que diversas ONGs (Organizações Não Governamentais), surgiram e surgem exclusivamente para tratar deste assunto. Várias reuniões, conferências, como por exemplo a *Environmental Accounting, Liabilities And Costs In Financial Statements*, que tratou principalmente de assuntos ligados à questão ambiental, *workshop* e congressos são realizados todos os anos em vários países, visando difundir métodos e procedimentos, adotados, na busca de estimular e valorizar iniciativas que desenvolvam a responsabilidade social.

Não podendo estar alheias a estas iniciativas e se tratando de um tema que visualiza inclusive a sobrevivência da humanidade, as organizações com fins lucrativos buscam tomar

iniciativas que demonstrem também estarem sensibilizadas assim como serem co-responsáveis pelo ambiente do qual fazem parte e utilizam como fonte de sobrevivência.

Algumas organizações não preparadas para este momento, na ânsia de atender sua função social, procedem de forma errônea ao demonstrar dados e incentivar programas que em função de sua atividade, da sua utilização dos fatores de produção ou da degradação ou risco que representam para sociedade, os dados apresentados no Balanço Social não são realmente representações de Responsabilidade Social.

1.2 Objetivos do Trabalho

O objetivo geral do trabalho é desenvolver uma proposta de Balanço Social, identificando os valores monetários resultantes das ações sociais promovidas, de forma a identificar se houve um *superávit* ou *déficit* social no período demonstrado.

Para a consecução do objetivo geral, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- identificar os pontos fundamentais da Responsabilidade Social das empresas, buscando avaliar as ações desenvolvidas e sua importância social;
- estabelecer parâmetros para permitir analisar os modelos de Balanço Social existentes;
- identificar a nomenclatura, comumente utilizada para representar as ações sociais, de forma a classificar as contas de acordo com sua representação de ação de iniciativa própria da empresa ou impostas para ela.

1.3 Justificativa

Embora o assunto ligado à responsabilidade social, no Brasil, tenha sua história marcada a partir da década de 60, os últimos anos têm demonstrado um grande desenvolvimento da conscientização da sociedade, em relação ao tema e conseqüente exigência em relação à postura das empresas.

Promovida pela sociedade, pelos órgãos públicos e por entidades não governamentais, esta exigência recai diretamente sobre as empresas que, de acordo com os movimentos de internacionalização e globalização dos mercados demonstram um novo perfil estratégico e

corporativo no meio empresarial, buscando proceder de forma a desenvolver uma gestão que atenda critérios econômicos, ecológicos e sociais. De forma análoga, o movimento de desestatização tem acarretado a diminuição das funções provedoras do Estado, aumentando assim a parcela de responsabilidade que a iniciativa privada tem na estrutura da sociedade.

Derivados desta premissa, novos paradigmas e padrões nas relações socioeconômicas têm surgido como resultado do exercício da cidadania que vem sendo criado no universo das atividades empresariais. Este exercício da cidadania requer das organizações um envolvimento maior com a questão da responsabilidade social, de forma que seja possível identificar quais atitudes podem ser consideradas como demonstração deste exercício. A responsabilidade social atribuída à empresa tem aumentado a preocupação dos empresários sobre a necessidade de se analisar a forma pela qual a empresa pode interferir nos interesses conflitantes da sociedade, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida e a solução dos problemas sociais.

Por esse motivo, o desenvolvimento de ações sociais e ambientais e a divulgação destas atividades, tornam-se de extrema importância para uma sociedade que se preocupa com o papel social de suas instituições. Assim, além das informações monetárias, a empresa está sendo conduzida a prestar informações sobre as ações de cunho social que desenvolve.

Ocorre, porém, que em determinados casos, os dados demonstrados no Balanço Social apresentam um certo distanciamento do real significado que caracteriza uma ação que demonstre a responsabilidade social da organização. Desta forma, torna-se necessário identificar meios que possibilitem a apuração deste distanciamento e conseqüentemente proponha uma forma de demonstrar esses dados, apurando no próprio demonstrativo, o resultado das ações desenvolvidas pelas organizações, que realmente sejam representação de comportamento social.

1.4 Resultados Esperados

O trabalho tem como resultado esperado a identificação do real significado de Responsabilidade Social, o estabelecimento de parâmetros de confrontação deste significado com os Balanços Sociais apresentados por algumas organizações e a identificação dos requisitos e exigências que fundamentam a elaboração de um Balanço Social com real demonstração de Responsabilidade Social.

No intuito de contribuir para dirimir parcialmente ou totalmente a dificuldade de identificação da real demonstração de Responsabilidade Social, toma-se por base a necessidade de haver um demonstrativo que traga no seu conjunto a apuração do resultado entre as ações sociais de iniciativa própria e as ações impostas pelo poder público, organizações não-governamentais ou outras.

Desta forma, espera-se com este trabalho apresentar uma proposta de Balanço Social, que possa tornar mais clara e objetiva a identificação das ações desenvolvidas pelas empresas e sua representação social para com a sociedade.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho compõe-se de 6 capítulos estruturados da seguinte forma:

O Capítulo 2 trata da Responsabilidade Social, dos principais conceitos, da analogia da gestão econômica em relação à gestão social, da visão administrativa baseada na necessidade em atender os aspectos econômicos, ecológicos e sociais.

O Capítulo 3 busca retratar os demonstrativos contábeis utilizados, o histórico do Balanço Social, sua estruturação e formatação demonstrada pelos modelos utilizados por algumas organizações, as informações contidas neste demonstrativo e sua importância social.

O Capítulo 4 apresenta uma proposta de Balanço Social, com contas classificadas a partir da sua representação social e a conceituação destas contas. Neste demonstrativo, denominado Balanço Social, apresentar-se-á um elenco de contas, dispostas de forma a apurar o resultado das ações sociais desenvolvidas pelas organizações.

O Capítulo 5 dedica-se a demonstrar a aplicação do Balanço Social proposto no Capítulo 4, objetivando demonstrar a aplicabilidade do mesmo.

No Capítulo 6, apresentam-se as conclusões e sugestões para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 2 - RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

2.1 A Evolução Administrativa em Relação ao Compromisso Social

A administração das empresas tem passado por diversas mudanças no decorrer dos anos. Observou-se que no período pós-guerra até fins da década de 60, o que se tinha como desenvolvimento também se tinha como crescimento, conceitos usados de forma indistinta. Naquele período, o crescimento econômico era medido de acordo com os indicadores de crescimento do produto real ou crescimento do produto real *per capita*. Assim sendo, os países desenvolvidos eram aqueles que possuíam maior taxa de crescimento da renda *per capita*, conforme escreve Pereira (1981).

A visão atualizada busca entender crescimento econômico como: "o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ao longo do tempo, enquanto desenvolvimento econômico representa não apenas o crescimento da produção nacional, mas também a forma como esta é distribuída social e setorialmente". (PEREIRA, 1981, p. 334).

Em relação a esta visão de desenvolvimento econômico, onde as distribuições sociais e setoriais têm grande importância, inevitavelmente as empresas assumem um papel diferenciado da visão administrativa tradicional, em relação a esse processo de mudança, Donaire (1999, p.13), escreve: "...as empresas que eram vistas apenas como instituições econômicas com responsabilidades referentes a resolver os problemas econômicos fundamentais (o que produzir, como produzir e para quem produzir) têm presenciado o surgimento de novos papéis que devem ser desempenhados, como resultado das alterações no ambiente em que operam."

Essas alterações decorrem de diversos fatores, de forma que, segundo Ashen *apud* Donaire (1999, p.13):

... o sucesso do sistema capitalista, em consequência de uma eficiente combinação de ciência e tecnologia e de uma eficaz administração de recursos, quando confrontamos seus resultados econômicos e monetários com outros resultados sociais, tais como redução da pobreza, degradação de áreas urbanas, controle da poluição, diminuição das iniquidades sociais, entre outros, verifica-se que ainda há muito a ser conseguido e que o crescimento do PNB – Produto Nacional Bruto não é e nunca será uma medida adequada para avaliar a performance social.

Buscando demonstrar esta evolução administrativa, Buchholz, Evans e Wagley (1985) apresentam, através de duas figuras, o que denominaram de visão tradicional, analisando a

empresa como “Instituição Econômica” e a visão atual vendo a empresa como “Instituição Sociopolítica”, conforme as figuras 1 e 2, respectivamente.

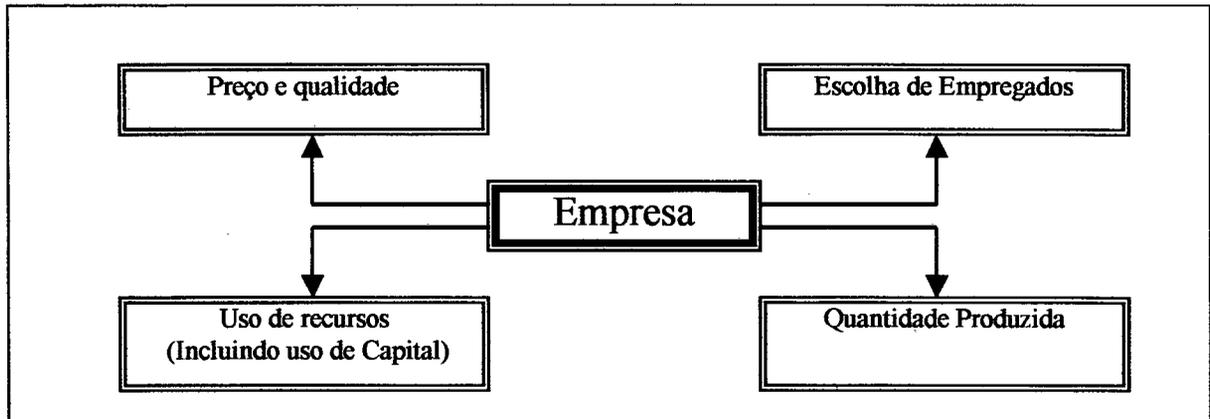


Figura 1 – A Empresa como Instituição Econômica. (BUCHHOLZ, EVANS e WAGLEY, 1985, p.2)

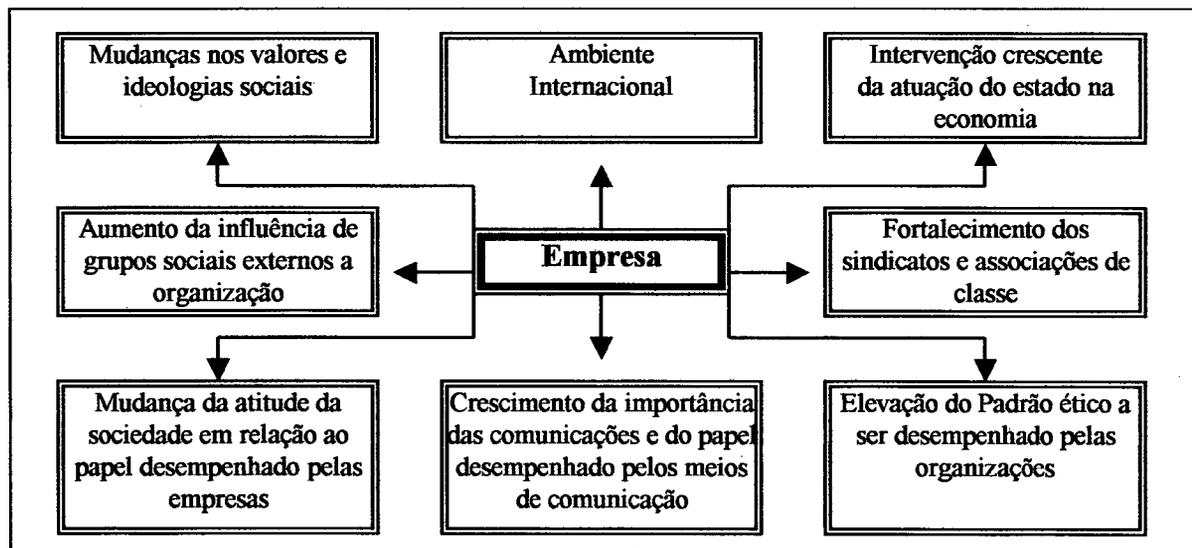


Figura 2 – A Empresa como Instituição Sociopolítica. (BUCHHOLZ, EVANS e WAGLEY, 1985, p.3)

Através das figuras 1 e 2, Buchholz, Evans e Wagley (1985), realizam uma comparação da visão tradicional, onde a empresa, através de uma visão meramente econômica, devia atender quatro requisitos mínimos exigidos para que pudesse desenvolver suas atividades de forma a manter-se no mercado, enquanto que numa visão mais atualizada do ambiente dos negócios, busca mostrar a dimensão administrativa, visualizando as diversas influências na atividade econômica que passa a exigir uma maior habilidade dos administradores.

Embora ocorram diversas influências na atividade econômica, o que fica evidente é o fato de que um dos motivos pelos quais as organizações foram constituídas, o lucro, não pode ser esquecido, entretanto o que deve ocorrer é a ampliação da dimensão empresarial no reconhecimento dos objetivos sociais considerados na gerência da empresa, isto é, suas responsabilidades para com a mão-de-obra, compatibilizando a lucratividade com os objetivos operacionais e sociais, conforme cita Tomei (1984).

O objetivo social por sua vez, conforme Oliveira (1984), abrange todo o âmbito administrativo, incluindo o governo, universidades, hospitais, entidades de classe, associações religiosas, enfim, as organizações em geral. No entanto, os termos responsabilidade social da administração tornam-se sempre sinônimos de responsabilidade social das empresas, até mesmo porque a administração tem amplo controle sobre o comportamento das mesmas.

Indiferente às entidades que têm a função de atender a objetivos sociais, Longenecker *apud* Donaire (1999, p.20), faz a seguinte menção: “a empresa deve reconhecer que sua responsabilidade para com a sociedade e para com o público em geral vai muito além de suas responsabilidades com seus clientes”.

Complementando, Longenecker *apud* Donaire (1999, p.20) reforça que a justificativa para o sentido de responsabilidade social por parte da empresa fundamenta-se na liberdade que a sociedade concede à empresa para existir, podendo ser considerado como um termo de compromisso entre empresa e sociedade. “Uma empresa, como outras organizações legítimas, tem a liberdade de existir e trabalhar por um objetivo legítimo. O pagamento dessa liberdade é a contribuição da empresa para com a sociedade”.

Conscientes da nova visão administrativa das empresas, com a função social ocupando um espaço cada vez maior, os administradores não podem ignorar nem atribuir menos atenção à função econômica, o mesmo valendo para a função social, pois pode ter como consequência inclusive a manutenção da existência enquanto entidade com fins lucrativos. Desta forma, o correto é, para tomar decisões mais acertadas, ter o conhecimento necessário sobre a função econômica e a função social da empresa.

2.1.1 Função econômica da empresa

Para Araújo (2001), a função econômica da empresa está intimamente ligada à obtenção de lucros, os quais constituem a premissa básica do capitalismo. A empresa é o elemento mais importante e diretamente responsável pela produção de um país. Assim sendo,

compõe o sistema de produção nacional, produzindo bens e serviços para atender às necessidades de consumo da sociedade.

Complementando, Araújo (2001) menciona que as empresas se configuram como um dos elementos mais importantes no desenvolvimento econômico e social de um país. Constituem o meio mais eficiente para se atender a um grande número de necessidades humanas, pois por intermédio de um processo contínuo de transformações de insumos em produtos e serviços, as empresas permitem ao homem superar suas limitações individuais e realizar objetivos da coletividade.

De acordo com Friedman *apud* Guimarães (1984), adepto de uma postura tradicional de administração de empresa, sua argumentação enfatiza a função econômica da empresa, nos seguintes termos:

- o objetivo das empresas, numa economia de mercado, onde a competição é muito acirrada, é a maximização dos lucros;
- as ações dos executivos das empresas devem ser sempre voltadas para o objetivo do lucro, de forma a melhor remunerar os acionistas;
- investimento por parte da empresa na área social, para qualquer tipo de público (interno ou externo, empregados ou a sociedade) é uma forma de lesar os acionistas, de diminuir seus ganhos;
- procedendo com responsabilidade social a empresa estará se auto-tributando e, ao invés de ser elogiada, deveria ser processada.

Complementando o mesmo ponto de vista, porém protegendo algumas empresas, Samuelson *apud* Guimarães (1984) sustenta a opinião que somente as organizações monopolistas, aquelas que têm o domínio completo do mercado é que podem desenvolver programas sociais, pois conseguem manter os lucros elevados, transferindo os gastos para o consumidor.

Tinoco (2001), analisando o compromisso econômico das empresas, diz que estas representam uma coalizão de interesses dos diferentes grupos sociais. Tais grupos compreendem os emprestadores, fornecedores, empregados, acionistas, clientes e o Estado. Para ele, existe uma interação contínua entre esses grupos e a empresa, sendo facilitada a visualização pela figura 3.

Referindo-se às características de cada grupo, apresentados na figura 3, Araújo (2001) escreve: os emprestadores ou financiadores são os que emprestam recursos à empresa. Eles

estão interessados na situação patrimonial, na liquidez e na rentabilidade da empresa para avaliarem as condições de seu crédito e orientarem-se para possíveis financiamentos. Os fornecedores asseguram o suprimento de bens e serviços destinados às atividades da empresa. Eles procuram conhecer a potencialidade futura da empresa, como forma de garantir seus produtos no mercado, além de avaliarem a segurança quanto ao pagamento pelo fornecimento. Os empregados são componentes essenciais do ambiente. Estes, por meio de sua capacidade de trabalho, garantem o desenvolvimento da empresa. Aos empregados, a empresa deve proporcionar boas condições de higiene e segurança no trabalho, adequada formação profissional e uma política de recursos humanos que satisfaça os anseios e as suas ambições profissionais e pessoais. Os acionistas participam da empresa com recursos financeiros, garantindo sua implantação e desenvolvimento. A empresa deve, por meio de um fluxo de dividendos, garantir o retorno e a rentabilidade do investimento desses investidores.

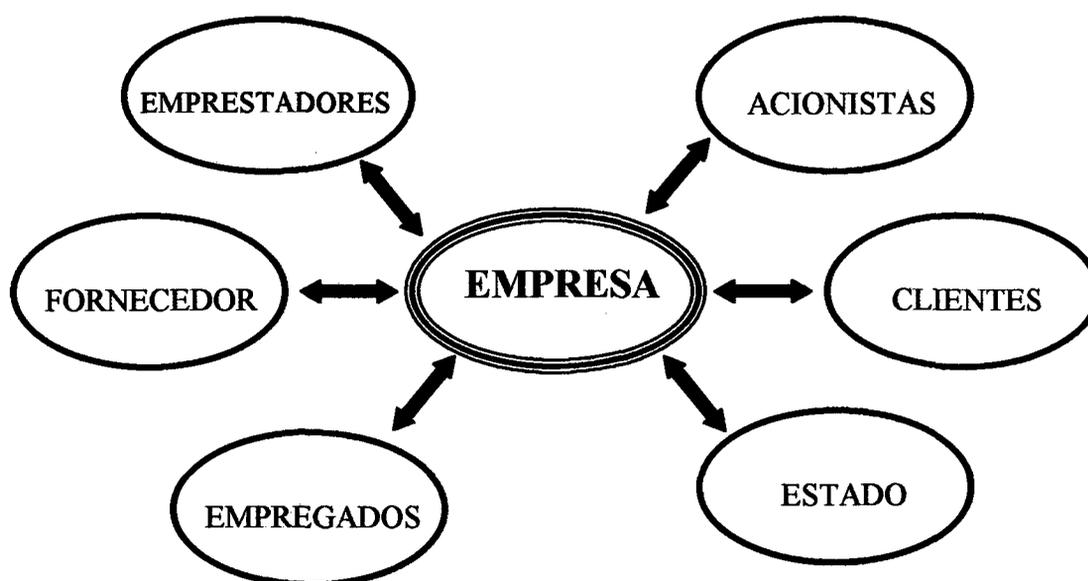


Figura 3 – Influência dos diferentes grupos sociais na empresa. (Adaptado de TINOCO, 2001, p.24)

Quanto aos clientes, estes satisfazem suas necessidades com a compra de bens e serviços oferecidos pela empresa. Existe uma identificação direta no relacionamento empresa-cliente, que, por vezes, determina a continuidade ou não de produtos e serviços e, até mesmo, da própria empresa. Garantia de qualidade, preço e assistência técnica são os fatores chave nesse relacionamento.

Por fim, o Estado, detentor da visão macro, deve propiciar condições para o desenvolvimento das atividades empresariais. Em contrapartida, a empresa deve honrar seus compromissos de pagamento de impostos, contribuindo, assim, para a realização dos serviços e atividades desenvolvidas pelo Governo em benefício da sociedade.

2.1.2 Função social da empresa.

Por considerar que cada uma das funções, econômico e social, tem objetivo específico, e que, embora estejam de lados opostos na administração, fazem parte de um todo que não mais pode ser ignorado, Luca (1998) procurou ilustrar esta posição conforme representado na figura 4.

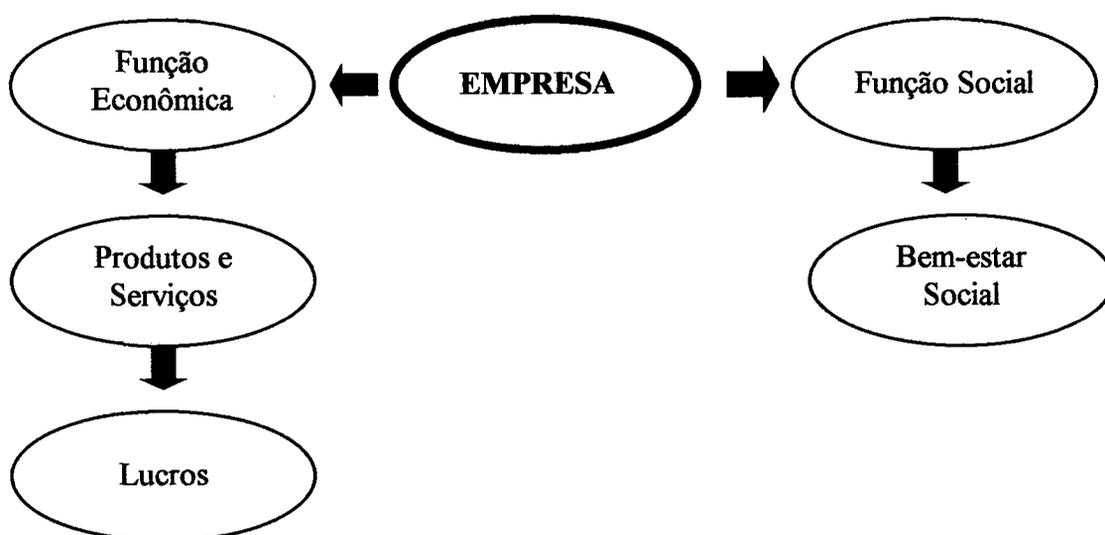


Figura 4 – Função social e econômica da empresa. (LUCA, 1998, p.19)

Baseado no desenvolvimento de uma visão de função social atribuída para a empresa, desvinculando exclusivamente da função econômica, algumas premissas básicas desta visão foram desenvolvidas a partir do princípio que vê o lucro como legítimo e justo, mas por outro lado é exigível uma postura social por parte da empresa. Davis (1975), apoiado nessas premissas, destaca cinco posições em relação às quais haveria um consenso maior:

- a responsabilidade social emerge do poder social. Como as decisões empresariais têm conseqüências sociais, estando relacionadas com o sistema social global, elas não podem ser tomadas com base unicamente em fatores econômicos. A tomada de decisão deve obrigatoriamente se guiar por ações que também projetam os interesses da sociedade. Como as empresas, no desempenho de sua missão, utilizam um grande volume de recursos da

sociedade, em contrapartida espera-se que elas utilizem esses recursos em favor dessa sociedade.

- as empresas devem ser abertas em duas direções: para receber os *inputs* da sociedade e para revelar seus resultados ao público. Tradicionalmente, a empresa tem-se aparelhado para enviar mensagens, não para recebê-las. É necessário procurar entender as necessidades e desejos sociais e não apenas detectar informações de mercado sobre aspectos relacionados meramente aos tradicionais objetivos econômicos. Os resultados sociais das operações das empresas devem também ser divulgados da mesma maneira que os dados econômicos. A proposta operacional é a elaboração de um Balanço Social dentro dos moldes do balanço contábil.

- os custos sociais, tanto quanto os benefícios de uma atividade, produto ou serviço devem ser exaustivamente considerados. Se antigamente a viabilidade técnica e a lucratividade econômica eram os únicos critérios adotados na tomada de decisão, hoje é necessário que se inclua nessa ponderação o efeito social do projeto. Quando o efeito desse puder ter um impacto muito forte, as partes possivelmente afetadas devem ser envolvidas na tomada de decisão.

- os custos sociais de cada atividade, produto ou serviço devem ser incorporados a ele, de modo que caiba ao usuário pagar por ele. A sociedade não deve arcar com esses custos. O consumidor deve pagar, por exemplo, pelos custos da prevenção contra poluição. Essa filosofia de que o usuário deve pagar não é, contudo, uma regra rígida. Existirão várias exceções, como por exemplo: quando os custos são tão mínimos que podem ser ignorados, quando os custos são desconhecidos ou quando sua avaliação é impossível. Se os custos adicionais advindos dessa prática desencorajarem o consumo, o resultado será ainda benéfico, porque custos sociais serão evitados.

- embora as instituições empresariais não tenham uma responsabilidade primária na solução de determinados problemas sociais, devem, na medida do possível, prestar assistência à sua solução. A empresa tem obrigação de reconhecer os problemas sociais e contribuir ativamente para saná-los. Como qualquer cidadão, ela se beneficiará de uma sociedade melhor.

Em se tratando de função social das empresas, Araújo (2001) escreveu que a sociedade vem se preocupando em analisar a empresa como instituição social e não apenas como entidade econômica e que a função social diz respeito, fundamentalmente, à contribuição da empresa para o bem-estar social da comunidade na qual está inserida.

Analisando outros países em relação ao investimento social, Araújo (2001) coloca que as empresas dos países desenvolvidos investem significativamente no campo social. Estes

investimentos vão desde a preservação do meio ambiente a projetos socioculturais como, por exemplo, educação, cinema, teatro, música, literatura, esportes, lazer, assistência social, entre outros.

Continuando, Araújo (2001) relata que, no Brasil, muitas corporações vêm desenvolvendo projetos no âmbito social. Esta constatação mostra que as empresas brasileiras estão se conscientizando da necessidade de realizar ações sociais em benefício de seus empregados e das comunidades.

Estas ações demonstram que as empresas estão despertando para as questões sociais e ambientais, estimulando a classe empresarial a investir no campo social. Esta colocação deriva do texto de Santos e Silva (1999) que diz também que as empresas que possuem um comprometimento social têm uma vantagem estratégica em relação àquelas que não possuem tal imagem perante o público.

No mesmo raciocínio, Ioschpe *apud* Luca, (1998, p.19), escreveu que “... as empresas que tomaram a decisão de investir na melhoria comunitária estão rapidamente descobrindo o sucesso do seu negócio”.

Realmente, esta visão é estratégica e certamente será um diferencial nos negócios. Porém, Ações Sociais e Balanço Social não podem e não devem ser usados como instrumentos de *marketing*. A empresa socialmente responsável é aquela que cumpre seu principal papel, que é o de prestar bons serviços ou fornecer produtos de qualidade, atendendo a legislação, sem gerar desperdícios e sem prejudicar o meio ambiente, complementa Massucati (2001).

Como forma conclusiva, Massucatti (2001, p.8) escreve:

“... as empresas podem e devem investir no social, mas nunca deverão esquecer sua maior responsabilidade, que é prestar bons serviços ou fornecer produtos de qualidade, atendendo à legislação, sem gerar desperdício ou prejudicar o meio ambiente. O exercício permanente dessa responsabilidade é que assegura a sobrevivência e o crescimento orgânico das empresas em todos os países do mundo e, em consequência, de toda a sociedade. O não exercício dessa responsabilidade pode levar a rupturas, inclusive situações falimentares danosas a toda sociedade”.

Baseados na importância da função social a ser desenvolvida pelas empresas, apoiadas numa condição estratégica de mercado ou de sobrevivência, pesquisas revelam que outros setores também despertam para esta função, seja ela de caráter estratégico, de sobrevivência ou de conscientização social.

2.1.3 Setores que praticam ações sociais

A partir de uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), citada por Araújo (2001), envolvendo 1.752 organizações, foram reveladas tendências favoráveis à melhoria no campo social brasileiro. Desenvolvida na Região Sudeste do Brasil, a qual concentra cerca de 60% do PIB e 30% da população brasileira é a sede de 445 mil empresas privadas, entre micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Segundo a pesquisa, dessas 445 mil empresas, mais de 300 mil praticam algum tipo de ação social para a comunidade ou para os seus empregados. Os estudos do IPEA mostraram que, em 1998, as empresas do sudeste investiram R\$ 3,5 bilhões em ações sociais, representando, em média, 30 % dos gastos sociais efetuados pelo Governo Federal na região.

De acordo com Araújo (2001), outro dado importante da pesquisa é a participação dos diversos setores da economia, na realização de alguma ação social, conforme demonstra a figura 5.

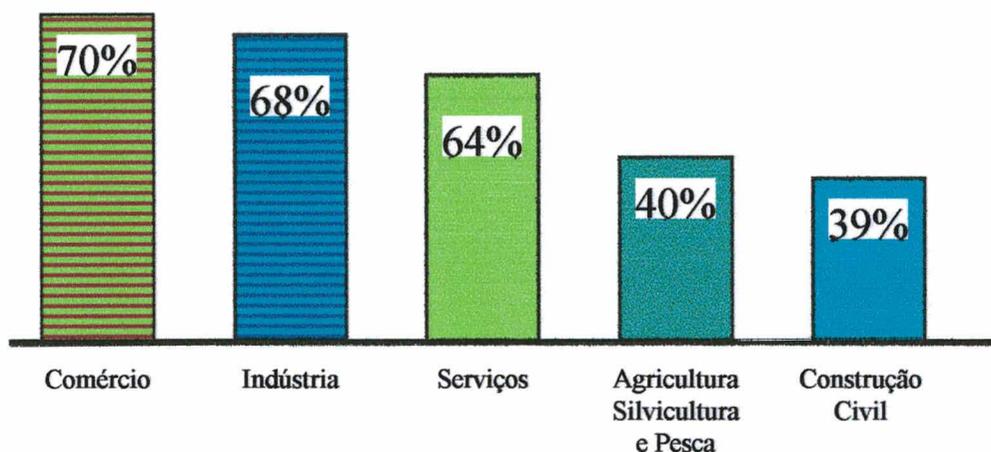


Figura 5 – Setores que praticam ações sociais. (ARAÚJO, 2001, p.77)

Concluindo a análise dos resultados pesquisados, Araújo (2001) enfatiza que essas constatações demonstram que a classe empresarial brasileira está, gradativamente, percebendo que investir no social traz benefícios a todos e, por conseguinte, colocará o Brasil rumo à igualdade, justiça, ao crescimento, à preservação do meio ambiente e à promoção da dignidade da pessoa humana.

Avaliando a evolução na administração, tendo como um dos fatores a obrigação da empresa para com a sociedade em cumprimento com sua função social, cabe destacar a

possível influência dos objetivos sociais nos objetivos econômicos, considerando que esta influência pode interferir no resultado final esperado pela empresa.

2.1.4 Os objetivos econômicos em relação aos objetivos sociais

As considerações aos objetivos econômicos em relação aos objetivos sociais, ao longo dos anos vêm apresentando significativas evoluções. O pensamento que exaltava os objetivos econômicos passaram gradativamente a dar espaço aos objetivos sociais.

Exemplo de valorização dos objetivos econômicos em relação aos sociais está caracterizado por Guimarães (1984), que, na época, considerava ser a propriedade privada a base do poder da classe empresarial, ela devia ser defendida com veemência e ideologicamente justificada. Quando as exigências sociais se chocavam com os interesses da propriedade privada, normalmente a última saía vitoriosa. Por constituir o alicerce da sociedade econômico-capitalista, qualquer ataque a ela encontraria a resistência, muitas vezes até violenta, do próprio Estado. A livre iniciativa e a privatização da produção e distribuição de mercadorias eram apontadas como essenciais à liberdade humana e ao progresso.

Na mesma linha de pensamento, Marx *apud* Guimarães (1984), dizia que o modo de produção da vida material determinava o caráter geral dos processos de vida social, política e espiritual. Não era a consciência dos homens que determinava sua existência, mas sim o contrário, era sua existência social que determinava sua consciência. Desta forma, enquanto que a acumulação de capital era a mola propulsora da moderna sociedade capitalista e a fonte de poder da classe empresarial, os objetivos sociais iriam realmente colidir com os objetivos econômicos.

Gonçalves (1984), dizia ser fácil admitir que a administração empresarial teria falhado, se não produzisse bons resultados econômicos, se não suprisse os bens e os serviços desejados pelo consumidor, a um preço que estivesse em condições de pagar. Teria falhado igualmente se não melhorasse, ou pelo menos mantivesse, a capacidade geradora de riqueza a partir dos recursos econômicos que lhe foram confiados. Por ser destinada à produção, à troca, à circulação de bens e serviços, era constituída com interesses pré-definidos, destinada a atender as expectativas dos proprietários assim como dos clientes, fornecedores, poder público e a sociedade como um todo. Desta forma, a empresa, embora fosse uma realidade econômica, era também uma realidade humana. Derivados deste conjunto de compromissos e por ser uma entidade que venha a atender interesses de uma sociedade, deveria ser analisada a sua realidade

social, que precisaria corresponder a uma série de responsabilidades de que estava investida. Entre essas responsabilidades tem-se: a preservação do meio ambiente, a qualidade intrínseca de seus produtos e as conseqüências de sua utilização, o padrão dos serviços prestados e os efeitos diretos de sua atividade sobre o bem-estar da comunidade.

Continuando, Gonçalves (1984) dizia que nem sempre a convivência entre o econômico e o social no seio da empresa é destituída de inquietações e até de conflitos. Para demonstrar que o exagero num dos dois sentidos acarreta prejuízos para a harmonia do conjunto empresarial e que o correto é a busca do equilíbrio, Gonçalves (1984) utilizou uma demonstração gráfica, representada pela figura 6, na qual buscou demonstrar que o ideal é haver um crescimento no quadrante que representa o “desejável”, evitando que haja o prejuízo de um, econômico ou social, em decorrência do outro.

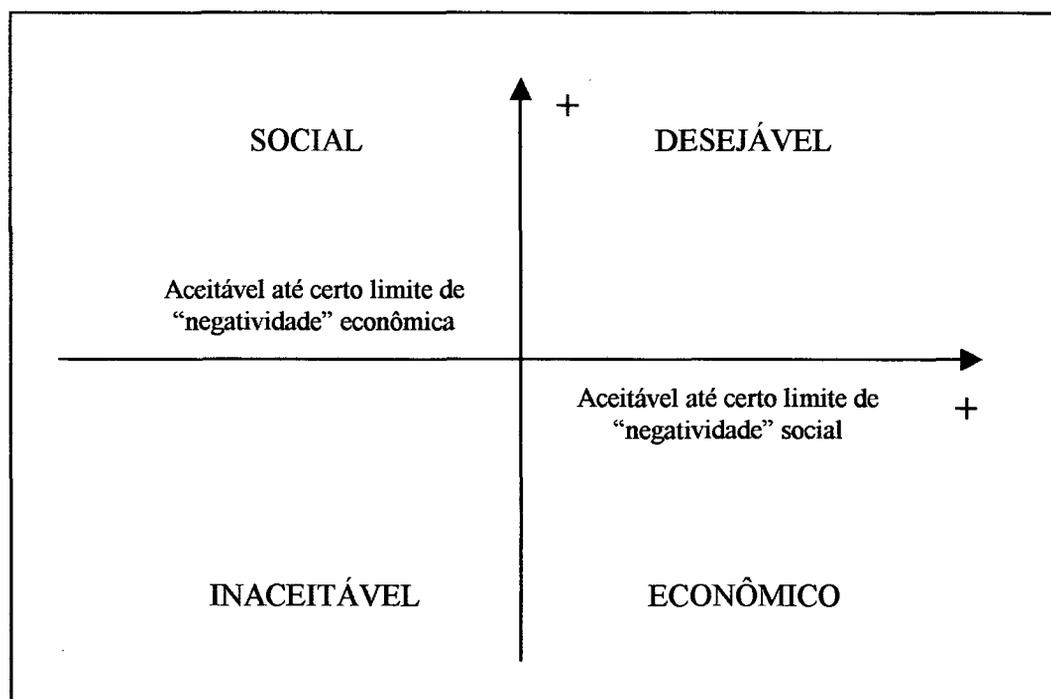


Figura 6 – Possíveis Quadrantes da relação Econômico Social da empresa. (GONÇALVES, 1984, p. 231)

Ramanathan *apud* Gonçalves (1984), procurando reforçar a idéia do equilíbrio, escreveu que toda instituição social, a empresa inclusive, funciona na sociedade por meio de um contrato social, explícito ou implícito, pelo qual sua sobrevivência e seu desenvolvimento repousam sobre: o cumprimento de certos objetivos socialmente desejáveis pela sociedade em

geral, e a distribuição de resultados econômicos, sociais ou políticos entre grupos dos quais tira sua força.

Depois de muitos debates sobre a relação entre os objetivos econômicos dos negócios e as metas sociais, de acordo com Guimarães (1984), foi possível distinguir três diferentes posicionamentos frente a essa problemática:

- uma corrente que assume a “postura tradicional”, de que a única função da empresa é gerar lucros e dividendos para os acionistas. Sua missão é meramente econômica. A responsabilidade social seria desnecessária em termos empresariais.
- em posição oposta à anterior estão aqueles que defendem que o benefício social de uma empresa deve estar acima do benefício econômico. Essa é a proposta de uma nova ordem social, onde a propriedade privada não exista e os benefícios econômicos sejam compartilhados.
- um terceiro grupo, conhecido como progressista, assume uma posição intermediária, vem arrebatando um maior número de adeptos nos últimos anos. A idéia básica é de que o lucro é legítimo e justo, mas por outro lado é exigível uma postura social.

Ao considerar esta evolução do pensamento social, Nunes (2000) considera que as políticas sociais, do ponto de vista político, decorrem da ampliação dos direitos básicos dos cidadãos e das transformações do consenso social de igualdade e cidadania enquanto que do ponto de vista econômico implicam alterações nos sistemas de finanças públicas, já que envolvem necessariamente gastos públicos e em decorrência, receitas tributárias. Torna-se necessário incluir os itens sociais nos balanços das empresas. Cada vez mais se exige das empresas que exponham quais as contribuições que suas atividades econômicas trazem de melhoria para o bem estar social da população, principalmente em respeito ao meio ambiente, as boas condições de higiene e segurança no trabalho, políticas eficazes de remuneração e treinamento.

Comprovando esta evolução, estudos como o desenvolvido pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, citado por Araújo (2001), apontam com clareza haver hoje uma crescente preocupação em combinar o sucesso empresarial, delimitados pelos desafios de reorganização produtiva, tecnológica, administrativa e organizacional, com uma conduta socialmente responsável.

Dessa integração emerge uma imagem de empresa mais complexa que resulta da soma de diferentes componentes de sua ação. Para a definição de tal imagem, não é suficiente

umentar a rentabilidade financeira, investir na publicidade e no *marketing*, nem somente modernizar ou renovar a arquitetura de suas instalações, mas muito mais contribuem também a forma e a natureza das relações que ela instaura com os diferentes parceiros. Ou seja, os imperativos de rentabilidade e de bom funcionamento de sua organização produtiva, de aceitação de seus produtos ou serviços, já não são as únicas garantias de sucesso. Na avaliação da performance da empresa entra também sua conduta social em seu grupo de trabalhadores, consumidores, opinião pública e território em que ela se encontra inserida, de acordo com Cappellin *et al* (2001).

Bello (2001, p.7), analisando o estágio de evolução e de aplicação da responsabilidade social em relação aos objetivos econômicos e sua sustentabilidade, escreve que:

A inclusão na gestão empresarial da responsabilidade social, ao lado da questão ambiental e da necessidade de sobreviver economicamente, leva à visão integrada, e tenta corrigir o peso excessivo dado ao aspecto econômico. Trata-se de uma consciência que ainda está se formando, mas que ainda não está codificada em normas consensuais, como a ISO 9000 e a ISO 14001, e muito mais abrangente que a fase embrionária em discussão no mundo, a exemplo da BS 8800. Desta forma, busca-se pesquisar e explorar a gestão social, incorporando as empresas neste esforço coletivo de vencer a pobreza, de reduzir os desequilíbrios sociais. Mais do que isto, verificar como as empresas têm que se engajar, levando em consideração a sustentabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social.

Integrar esses fatores requer bem mais que boa vontade e iniciativa, torna-se necessário identificar as condições econômicas da entidade, as exigências legais dos clientes, dos empregados, dos proprietários, enfim, da sociedade como um todo e acima de tudo identificar o significado concreto de empresa socialmente responsável a partir do que se tem da evolução e dos conceitos de responsabilidade social, para que a partir destas informações as ações realmente caracterizem o compromisso social da organização.

2.2 Evolução e Conceituação de Responsabilidade Social

De acordo com Massucatti (2001), as empresas passaram por três fases de gestão: a primeira tinha uma visão monossocial, onde o pensamento visava somente a interesses do investidor. Num segundo momento, veio a fase bissocial, onde a visão era para o investidor e para os empregados, ambas de caráter interno. A terceira, conhecida como visão multissocial, onde as empresas estão preocupadas com o investidor, com os empregados e com a sociedade em que está inserida.

A preocupação das empresas, derivada, principalmente, desta visão multissocial, para Nunes (2000), tem origem no crescimento indiscriminado da aglomeração urbana que tem se transformado em agressão ao meio ambiente e ao desequilíbrio social, alterando as condições de equilíbrio da natureza, seja pela violação ou redução de sua vida vegetal, seja pelo processo de esgotamento desses recursos naturais, seja pela acumulação indiscriminada de rejeitos orgânicos ou pela desigualdade social proveniente da distribuição de renda. Tudo isso leva a sociedade a uma reflexão sobre quais as medidas que podem ser tomadas, visando à reversão deste quadro, tendo como base a preservação destes recursos e o seu uso racional.

Partindo da premissa que a empresa é um segmento importante da sociedade e exerce um impacto significativo na forma pela qual essa sociedade existe, há que se considerar como ilimitada a responsabilidade social de uma empresa, de acordo com Mariano (2000).

2.2.1 A evolução histórica da responsabilidade social no mundo

Buscando demonstrar a evolução do pensamento social, o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em seu Guia de Elaboração de relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial (2001, p.10), apresenta um cronograma histórico, representado pela figura 7.

DÉCADA	ANO	ATIVIDADE
70	1929	Constituição de Weimar (Alemanha) – inaugura a idéia de “função social da propriedade”
	1960	EUA – movimentos pela responsabilidade social
	1965	ADCE (Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – Brasil) Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas.
	1972	- Resolução 1721 do Conselho Econômico e Social da ONU - iniciam-se estudos sobre o papel e os efeitos das multinacionais no processo de desenvolvimento dos países emergentes e sua interferência nas relações internacionais e discute-se a criação de um Código de Conduta dirigido às empresas transacionais. - Singer publica o que foi reconhecido como o primeiro Balanço Social no mundo.
	Entre 1972 a 1976	- EUA, Europa, América Latina – diversos estudos sugerem modelos de Balanço Social. - Publicação “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica” – Prof. Dr. Alberto Almada Rodrigues.

Continuação.

70	1976	Fundação FIDES e ADCE, estudam o tema da responsabilidade social.
	1977	França – Lei n. 77.769/77 – determina a publicação do Balanço Social (bilan social) – voltada para relações de trabalho.
	1978	FIDES – apresenta proposta de Balanço Social.
80	1980	FIDES – Seminário Internacional sobre Balanço Social e livro “Balanço Social na América Latina” .
	1984	Nitrofertil – elabora o primeiro Balanço Social do Brasil
	1985	Portugal – Lei n. 141/85 – torna obrigatória a apresentação do Balanço Social por empresas com mais de 100 empregados.
	1986-94	Elaboração do Principles for Business – The Caux Round Table – mesa redonda criada por lideranças econômicas da Europa, Japão e Estados Unidos.
	1988-93	Elaboração da “Declaração Interfaith” – código de ética sobre o comércio internacional para cristãos, muçulmanos e judeus.
90	1990	EUA – Domini 400 Social Index – não admite empresas envolvidas com tabaco, álcool, jogo, armas e geração de energia nuclear.
	1992	-GV – funda o Centro de Estudos de Ética nos Negócios (CENE) - ECO 92 (ONU) gera agenda 21 – documento que traduz o compromisso das nações para mudança do padrão de desenvolvimento no próximo século. - AS 14000 – Gestão Ambiental – em decorrência da ECO/92.
	1996	Institute of Social and AccountAbility – cria a Norma AA1000.
	1997	Projeto de Lei n. 3.116/97, representado como PL n. 32/99 – pretende estabelecer a obrigatoriedade de apresentação do Balanço Social para entidades públicas e empresas. - Herbert de Souza (Betinho) e IBASE, promovem eventos, propõem modelo e incentivam publicação do Balanço Social.
	1997	- GRI – Global Reporting Initiative – movimento internacional pela adoção e uniformização dos relatórios socioambientais publicados pelas empresas. - AS8000 – criada norma de certificação voltada para condições de trabalho.
	Entre 1997 e 1998	Diversas leis municipais e estaduais incentivam a publicação do Balanço Social das empresas.

Continuação.

90	1998	Lei n. 8.116/98 – Porto Alegre cria o Balanço Social para empresas estabelecidas no município.
	1999	- Lançamento do selo “Empresa Cidadã” da Câmara Municipal de São Paulo premiando empresas com Balanços Sociais de qualidade. - 1ª Conferência Internacional do Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social. - EUA – Dow Jones Sustainability Index (DJSI) – que define a sustentabilidade de acordo com critérios econômicos, sociais e ambientais.
2000	2000	-1ª Versão dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. - ONU – Global Compact (Pacto Global) promoção e implementação de nove princípios nas áreas de direitos humanos, trabalhos e meio ambiente.
	2001	Guia de Elaboração de Relatório e Balanço Anual de Responsabilidade Social Empresarial do Instituto Ethos.

Figura 7 – Evolução histórica da responsabilidade no mundo. (Instituto ETHOS, 2001, p.10 e 11)

Esta evolução demonstrada pelo Instituto Ethos apresenta fatos ocorridos no mundo, e alguns ocorridos no Brasil. A evolução do pensamento social no Brasil, iniciado a partir da década de 60, foi fortemente influenciado pelo poder político, alcançando um grande espaço nos dias atuais, demonstrando significativas iniciativas de entidades não governamentais.

2.2.2 A evolução histórica da responsabilidade social no Brasil

No Brasil, de acordo com Torres (2001), o início da mudança de mentalidade empresarial já pode ser notada desde meados da década de 60. E, nesse sentido, a “Carta de Princípios do Dirigente Cristão de Empresas”, publicada em 1965, é um marco histórico do início da utilização explícita da expressão responsabilidade social diretamente associada às empresas no país. Mesmo a partir dessa ideia, que começou a ser discutida e difundida ainda nos anos 60, após a criação da ADCE – Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas, demorou até a segunda metade dos anos 70 para difundir-se amplamente. As principais manifestações estavam concentradas no Estado de São Paulo. Criado por meio do Decreto-lei nº 76.900/75, a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), foi o primeiro relatório obrigatório que aborda aspectos sociais e de recursos humanos.

Contudo, conforme cita Gonçalves (1980), a partir de 1974, várias ações foram desenvolvidas, como a divulgação do Decálogo do Empresário, a constituição ADCE Brasil a nível nacional, o 2º Encontro Nacional de Dirigentes de Empresas promovido pela ADCE, entre outros, onde a gestão, Balanço Social e a responsabilidade social foram temas principais.

O processo evolutivo, segundo Torres (2001), continuou a partir dos anos 80, com o fortalecimento dos sindicatos, o surgimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs), e com a participação da sociedade através das greves, que reivindicavam ações relacionadas às questões étnicas e raciais, às conquistas feministas e os embates dos ambientalistas. A discussão em torno da atuação social das empresas e da construção de uma ética empresarial acabou tendo conseqüências concretas, muitas empresas começaram a investir em áreas sociais, tradicionalmente ocupadas somente pelo Estado, alterando também as formas de se relacionarem com funcionários e fornecedores, ao mesmo tempo, iniciando mudanças de atitudes em relação ao meio ambiente e às comunidades mais próximas. A partir do momento que essas novas ações começaram a aumentar e tornaram-se significativas, surgiu a necessidade de torná-las visíveis à sociedade. Para esse efeito foram utilizados alguns relatórios sendo inicialmente denominados Relatórios de Atividades Sociais, e posteriormente com evolução de forma e conteúdo, começaram a ser denominados de Balanço Social.

Analisando esses novos desafios para a empresa, Gonçalves (1984, p.234) relata que a empresa vem desenvolvendo esforços para tornar mais sociais suas tomadas de decisão:

Nesse sentido, já se nota um crescente reconhecimento da necessidade de ampliar as responsabilidades sociais da empresa e de redefinir seu papel e sua missão na sociedade. Para tanto, busca-se um esclarecimento maior a respeito do conceito daquilo que se denomina “responsabilidade social” além de se procurar desenvolver cuidadosa análise sobre a integração das preocupações sociais nos objetivos da empresa. Dir-se-ia que, no fundo, gera-se uma nova ética empresarial, não apenas dirigida ao indivíduo colocado em seu seio, mas à empresa enquanto instituição.

2.2.2 Conceitos de Responsabilidade Social.

De acordo com estudos do BNDES, o desenvolvimento de conceitos e debates vinculados à responsabilidade social está inserido no contexto internacional da globalização dos mercados. Conforme cita Tinoco (2001), esta globalização, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de trocas internacionais, impõe barreiras e desafios nos campos ético, cultural, político e comercial, como:

- o posicionamento mais consciente e exigente dos consumidores e organizações da sociedade civil, atentos ao padrão competitivo das corporações em todo mundo, sobretudo quanto à exploração de inadequadas condições sociais e trabalhistas;
- a questão do *dumping* social que envolve tanto valores éticos quanto argumentações de caráter protecionista não formais;
- evitar choques culturais, no ambiente interno e externo às companhias, conquistar aceitação e credibilidade dos novos mercados, e as dificuldades decorrentes dos processos de fusão e aquisição também são assuntos que envolvem a globalização e a responsabilidade social.

Buscando fornecer algum apoio conceitual sobre Responsabilidade Social, alguns autores assim se manifestam:

- a noção de Responsabilidade Social remete para a atitude da empresa – em face das exigências da sociedade, em consequência de suas atividades – a avaliação e compensação dos custos sociais que a mesma gera e a ampliação do campo de seus objetos, definindo o papel social a desenvolver para, assim, obter legitimidade e responsabilidade perante os diversos grupos humanos que a integram e a comunidade em seu conjunto, de acordo com Carvalho (1990);
- segundo Ferreira (1974, p.1050), Responsabilidade Social significa “Qualidade de responsável; obrigação de responder pelos próprios atos ou pelos de outrem; capacidade de entendimento ético-jurídico e de adequada determinação volitiva, que se constitui pressuposto penal necessário da punibilidade”;
- Responsabilidade Social é fundamentalmente um conceito ético que envolve mudanças nas condições de bem-estar e está ligada às dimensões sociais das atividades produtivas e suas ligações com a qualidade de vida na sociedade. Portanto, consubstancia-se na relação entre a empresa e seu ambiente de negócios, segundo Donaire (1999);
- para o Instituto Ethos, o conceito de Responsabilidade Social é amplo, referindo-se à ética como princípio balizador com os quais a empresa interage. A questão da Responsabilidade Social vai além da postura legal de gestão empresarial, com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos;
- a Responsabilidade Social segundo Mariano (2000, p.28) “... representa, essencialmente, o compromisso da administração em estabelecer diretrizes, tomar decisões e seguir rumos de ação que são importantes em termos de valores e objetivos da sociedade...”;

-já para Guimarães (1984, p.215), “o conceito de Responsabilidade Social da empresa se vincula à idéia de que as empresas, como os indivíduos, devem ser responsabilizadas por todas as conseqüências decorrentes de atitudes tomadas. Por isso, antes de adotar qualquer política, seria fundamental uma análise profunda de todos os elementos envolvidos”.

Baseado nos conceitos de Responsabilidade Social, estudados, o conceito emitido por Carrol *apud* Donaire (1999, p.22), define que: “a responsabilidade social das organizações diz respeito às expectativas econômicas, legais, éticas e sociais que a sociedade espera que as empresas atendam, num determinado período de tempo”, demonstra explicitar melhor a visão desejada por este estudo, pois, ao visualizar a Responsabilidade Social como resultado de um comportamento que atenda aspectos econômicos, legais, éticos e que principalmente caracterize a importância social derivada da ação, devendo esta atender a sociedade e, portanto, ser demonstrada periodicamente, torna convergente a necessidade da coerência das informações e da sua difusão.

Para Bello (2001), a Responsabilidade Social encontra fundamento em valores, conceitos, convenções e práticas que se enraízam na essência do ser humano e nas condições de sua existência no planeta. Para ela, por uma questão de maior rigor conceitual, deve-se distinguir os “fundamentos” que se referem aos valores e conceitos filosóficos irredutíveis da razão humana, dos “princípios” que se referem aos valores de conduta, de comportamento que movem o agir, que são associados a valores e a codificação de padrões de conduta decorrentes desses valores.

De acordo com Bello (2001), os fundamentos da responsabilidade social se dividem em:

- fundamento sociológico-filosófico: Tem como base a história de todas as civilizações, considerando o homem vive em sociedade e que busca a sobrevivência, prosperidade e bem-estar na cooperação com os seres da mesma espécie. Essa cooperação gerou formas organizacionais, divisão do trabalho e funções especializadas, caracterizando os progressos das diferentes civilizações. As empresas ocupam o papel de buscar o bem comum no setor das atividades econômicas. A necessidade e instinto de sobrevivência acrescentam-se justificativas de ordem filosófica derivadas da reflexão sobre a natureza do ser humano, de suas relações sociais e das condições concretas no mundo físico que o rodeia, realçando a igualdade dos direitos e deveres, e a supremacia do interesse coletivo sobre os interesses individuais;

-fundamento jurídico-político: A empresa existe e está assentada em códigos que definem sua legitimidade e regem sua atuação no âmbito social como um todo. As relações de poder entre as várias entidades que compõem uma nação estão regulamentadas no aparato jurídico-político. Essas convenções delimitam os direitos e deveres das empresas, determinando a faixa operacional de cada uma protegendo a sociedade contra extrapolações predatórias;

- fundamento ético-religioso: Considerações sobre valores religiosos e espiritualistas associam o ser humano a valores transcendentais. Relacionam seu destino *post-mortem* com o comportamento em relação aos seus semelhantes no trabalho e na comunidade. Objetivos da empresa em valores são determinados a partir da valorização de sentimentos de solidariedade e de caridade. Há quem justifique a riqueza como uma recompensa divina, que deve ser repartida com seres feitos à sua semelhança.

Complementando a distinção, Wood *apud* Bello (2001, p.76) apresenta os três princípios fundamentais da responsabilidade social, conforme a figura 8.

<p>Princípio de Legitimidade:</p> <p>Nível de Aplicação:</p> <p>Foco:</p> <p>Valor:</p> <p>Origem:</p>	<p>-Sociedade garante legitimidade e poder para os negócios; e a longo prazo, quem não usar de maneira que esta sociedade considere responsável tenderá a perdê-los.</p> <p>-Institucional baseado em obrigações genéricas da firma como uma organização de negócios.</p> <p>-Obrigações e sanções.</p> <p>-Define o relacionamento institucional entre negócios e sociedade; especifica o que é esperado de qualquer negócio.</p> <p>-Davis, em 1973.</p>
<p>Princípio de Responsabilidade Pública:</p> <p>Nível de Aplicação:</p> <p>Foco:</p> <p>Valor:</p> <p>Origem:</p>	<p>-Negócios são responsáveis por resultados relacionados com suas áreas primárias e secundárias de envolvimento com a sociedade.</p> <p>-Organizacional baseado em circunstâncias específicas de uma firma e no seu relacionamento com o meio ambiente.</p> <p>-Parâmetros comportamentais para organizações.</p> <p>-Limita a responsabilidade naqueles problemas relacionados com as atividades e interesses da firma, sem especificar a um domínio bastante restrito de ações possíveis.</p> <p>-Preston e Post, em 1975.</p>

Continuação.

Princípio de Prudência Gerencial:	-Gerentes são atores morais, dentro de todo o domínio da responsabilidade social da corporação, são obrigados a exercitar esta tal discricção/prudência como está disponível para eles, em direção do resultado socialmente responsável.
Nível de Aplicação:	-Individual, baseado em pessoas como atores dentro das organizações.
Foco:	-Escolha, oportunidade, responsabilidade pessoal.
Valor:	-Define a responsabilidade dos gerentes para serem atores morais; perceber e exercitar escolhas no serviço da responsabilidade social.

Figura 8 – Princípios de responsabilidade social da empresa. (WOOD *apud* BELLO, 2001, p.76)

Buscando dar um resumo do que se entende por responsabilidade social das empresas, Tinoco (2001, p.114), escreveu:

“...entendemos que nos dias atuais, e nos de sempre, a grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais eqüitativa do que vem ocorrendo, a todos os envolvidos em sua geração, propiciando àqueles que estão afastados de seus postos de trabalho e do mercado, perspectivas de ingresso neste, especialmente nos países denominados de terceiro mundo, particularmente o Brasil. As entidades devem satisfazer adequadamente às demandas de seus clientes e de seus parceiros nos negócios e atividades e especialmente divulgar e dar transparência aos agentes sociais e a toda a sociedade de sua inserção no contexto das relações econômicas, financeiras, sociais, ambientais e de responsabilidade pública por meio do Balanço Social, que é o relatório apropriado para isso”.

Assimilar conceitos, avaliar os condicionantes econômicos e sociais, requer a identificação do que realmente significa ser socialmente responsável, e, a partir de então, torna-se necessário gerenciar este comportamento.

2.3 Evolução do Gerenciamento Social

A busca de um modelo de Balanço Social que possa atender, tanto os interesses internos como externos, informando dados estruturados de forma objetiva e clara, facilitando o gerenciamento social por parte da empresa, assim como a fácil compreensão para os usuários externos, passa a ganhar grande importância na administração empresarial.

De acordo com Cappellin *et al* (2001), na busca de eficiência e excelência empresarial, parece já não ser satisfatória a tradicional visão de custo-benefício com o aumento da

produtividade e a ampliação das vendas no mercado. Os critérios de avaliação do sucesso empresarial começam a incorporar dimensões que vão além da organização econômica e que dizem respeito à vida social, cultural e à preservação ambiental.

Como fonte de análise histórica do gerenciamento social, Rockefeller (1975), citando os custos e benefícios das ações empresariais, dizia que as empresas deviam desenvolver instrumentos mais efetivos para medir os custos e os benefícios, tanto sociais quanto econômicos, de seus atos. Defendia que um modelo amplamente aceito para um detalhado Balanço Social era, provavelmente, ainda um objetivo a ser atingido, contudo, mesmo na época, já se pode fazer muito. Os objetivos sociais poderiam ser realmente incorporados num planejamento empresarial.

Na busca do homem moderno, por um elemento básico de sua existência, a qualidade de vida passa a ser vista como uma nova preocupação no âmbito administrativo, desenvolvida a partir de dois fatores principais: de um lado, uma pressão crescente sobre a empresa, com vistas a uma preocupação constante com os aspectos sociais envolvidos em suas decisões; de outro, uma considerável insegurança quanto ao papel futuro da empresa na sociedade. Já na década de 80, Gonçalves (1984) dizia que, para que a empresa tenha uma concepção racional sobre seu compromisso social, exigiria uma série de requisitos preliminares. Inicialmente, uma modificação de comportamento dos diferentes departamentos e setores da empresa, com vistas à integração dos objetivos sociais, de outro lado exigiria informações, ligadas com o impacto social de suas atividades, sobre as decisões diante de diferentes alternativas, com as correspondentes conseqüências sobre o acompanhamento das realizações já conseguidas. Além disso, era preciso reconhecer que o sistema tradicional de informações, voltado essencialmente para o desempenho econômico, não permitia a obtenção dos dados que importam para essa nova visão empresarial. Por fim, proceder a um levantamento de dados que permitia à sua direção ver onde se situam os problemas.

Concluindo, Gonçalves (1984) escreveu que, na busca de estruturação dos laços entre empresa e sociedade, era possível reuni-los em grupos: inicialmente os que se referiam a características da própria empresa, como ramo de atividade, seu efetivo, o volume de vendas, sua estrutura organizacional e a composição de seu capital; em segundo lugar, todos os aspectos relativos ao relacionamento interpessoal; a seguir as eventuais conseqüências da atividade da empresa sobre a deterioração do meio ambiente; depois, os programas de

investigação científica que ocasionalmente a empresa desenvolvia; por último, atividades de utilidade pública de que ela eventualmente se encarregaria.

2.3.1 Dimensões da Responsabilidade Social da Empresa

É indiscutível que as empresas têm grande responsabilidade social, porém, não se mostram plenamente definidas as dimensões dessa responsabilidade. Afirmam-se que estas devem estar retratadas no Balanço Social, significando que a análise deste demonstrativo serviria de mensuração da dimensão dessa responsabilidade, de acordo com Araújo (2001).

Segundo Luca (1998, p.23), a dimensão da responsabilidade social baseia-se no Balanço Social, escrevendo: "... é um instrumento de medida que permite verificar a situação da empresa no campo social, registrar as realizações efetuadas neste campo e principalmente avaliar as relações ocorridas entre o resultado da empresa e a sociedade".

Complementando, Luca (1998) diz que as inter-relações existentes entre a empresa e os elementos do seu meio ambiente mostram as grandes dimensões de sua Responsabilidade Social.

Partindo do pressuposto de que a empresa é um segmento importante da sociedade e exerce enorme influência na forma pela qual essa sociedade existe, Mariano (2000) sustenta que a responsabilidade social da empresa é ilimitada.

Já para Torres (2000), o fator preponderante na responsabilidade social das empresas é o meio ambiente, sendo que a preservação do meio ambiente natural constitui a responsabilidade maior da empresa perante a sociedade.

Como forma conclusiva é possível citar Araújo (2001), que com base nas divergentes opiniões sobre a dimensão da responsabilidade social, diz que esta não está bem clara, por consequência, muito se tem a discutir sobre o assunto. O mesmo autor complementa dizendo que se foi o tempo em que as empresas poderiam visar, unicamente, à maximização dos lucros, hoje o compromisso social de uma empresa é bem maior do que épocas passadas, isto devido, principalmente, as empresas se tornarem ingredientes fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

2.3.2 Beneficiários da Responsabilidade Social

As empresas fazem parte de um ambiente complexo e mutável e elas próprias podem ser responsabilizadas pelas suas ações, uma vez que estas são o resultado de uma série de relacionamentos sociais que parecem ser independentes das qualidades individuais das pessoas envolvidas. O ser humano, na definição dos elementos que compõem o ambiente organizacional, é de forma unânime um deles, seguido dos recursos físicos, das condições econômicas e de mercado, das atitudes das pessoas e as leis, de acordo com Oliveira (1984).

Complementando, Oliveira (1984, p.205), escreve que:

“As pessoas que compõem o ambiente organizacional são divididas em categorias. Alguns autores agrupam-nas em duas, três quatro ou mais categorias, afirmando que as empresas as consideram como beneficiárias de suas ações socialmente responsáveis. No entanto, nem sempre é possível que a organização dirija os benefícios a todas elas da mesma forma. Há sempre uma delas que é considerada a principal beneficiária, muito embora não seja a única”.

A busca de um modelo de Balanço Social que possa representar com clareza, os benefícios sociais, promovidos pelas organizações, talvez seja a condição para que torne mais transparente, para quem determinada ação social desenvolvida pela empresa, foi promovida.

Blau e Scott (1977, p.57) afirmam que “...apesar de todas as partes saírem beneficiadas, os benefícios a uma das partes fornecem a razão para a existência da organização, enquanto que os benefícios feitos às outras são, essencialmente, uma despesa”.

Admitindo a concepção de que apenas uma das partes sairá beneficiada, Oliveira (1984), para maiores esclarecimentos sobre as categorias beneficiárias e seus objetivos dentro da sociedade e para com a empresa, identifica-as e apresenta suas características:

- os empregados: constituem um dos fatores de produção, embora, de maneira alguma, possam ser considerados unicamente como tal. Devem ser vistos pela empresa como seres humanos que precisam ser respeitados e devidamente recompensados pelas suas contribuições à empresa. Esta recompensa não se refere apenas ao aspecto monetário. Eles esperam da empresa maior atenção para com as condições de trabalho e a ampla utilização de suas potencialidades;
- os consumidores: esta categoria é responsável pelo sucesso ou fracasso da empresa. O que o consumidor espera é que as empresas produzam com boa qualidade, dêem garantias de seus produtos, tenham lealdade em suas propagandas e anúncios e em toda a sua relação para com

os consumidores. Se isso não acontece, é possível que em pouco tempo os consumidores tenham condições de revidar tais comportamentos, através de boicotes ou de campanhas em seu favor. Por outro lado, uma atenção maior aos consumidores permitirá às empresas maior tranquilidade para com a venda de seus produtos;

- credores e fornecedores: esta categoria não tem muita influência para com os rumos da empresa, mas, algumas vezes, funciona como tábua de salvação, em momentos difíceis. Nas pequenas empresas, esta categoria é bastante necessária, pois deve-se levar em conta que há dificuldade na captação de recursos para o giro na empresa. O que os credores e fornecedores esperam das empresas é o cumprimento dos prazos estipulados entre si, a lealdade e a reciprocidade nas suas relações comerciais;

- a comunidade: abrange todas as pessoas que convivem com a empresa de uma ou de outra forma. Não são apenas pessoas que residem próximo da empresa. É formada por diversos grupos que esperam comportamentos socialmente responsáveis da empresa. Os grupos podem ser formados por intelectuais, ambientalistas, sindicatos, pesquisadores, consumeristas, humanistas e até mesmo os concorrentes da empresa. Todos eles têm interesses definidos e a empresa, como uma instituição de poder dentro da sociedade, está sujeita a ser convidada a resolver problemas individuais de alguns ou de todos os grupos citados;

- acionistas, sócios ou proprietários: são as pessoas que primeiro acreditam no futuro da empresa. No entanto, a empresa, através de sua direção – que nem sempre são os investidores – pode ludibriar os interesses dos donos do capital, desviando os lucros para atividades reconhecidamente de pouco retorno ou não rentáveis financeiramente. O principal exemplo é a preocupação que algumas empresas têm com os problemas sociais, promovendo melhorias na qualidade de vida da sociedade. Não há dúvida que estas atitudes serão louvadas e receberão todo o apoio das pessoas que cercam a empresa e que solicitam muitas contribuições. Mas os investidores não têm como ficar satisfeitos com esta política, pois tratam de atitudes que estão contra os seus interesses de obter lucros. Eles esperam da empresa, portanto, a restituição do capital investido, na forma de lucros.

Identificados os beneficiários da responsabilidade social desenvolvida pelas empresas, é possível observar que todos apresentam seu grau de importância e mesmo que apenas uma das categorias seja beneficiada diretamente, conforme alguns autores, e as demais indiretamente, configura-se que realmente existam conseqüências das ações desenvolvidas pelas organizações de caráter social.

Com base em estudos desenvolvidos por Oliveira (1984), com pequenas e médias empresas do setor de conservas do Estado do Rio Grande do Sul, algumas conseqüências da responsabilidade social são relatadas. Como por exemplo, os empresários acreditam que se a comunidade for bem atendida nos seus interesses, o retorno do investimento, monetário ou não, será imediato. Isto porque, na comunidade como um todo, estão incluídas todas as categorias de beneficiários. Assim, se a empresa conseguir uma boa imagem diante da comunidade, estará procurando obter apoio das demais categorias. Por exemplo, se a comunidade tem uma boa imagem da empresa, poderá influenciar os consumidores e haverá maior aceitação dos seus produtos; isto pode influir no comportamento dos credores e fornecedores, que vêem a empresa como bom mercado e com boa capacidade de compra e venda; os empregados sentir-se-ão mais satisfeitos por pertencerem a uma organização de tão boa imagem dentro da sociedade; e os investidores sentir-se-ão mais seguros para aplicar seu capital numa empresa com tais características.

2.4 Considerações

Da evolução do processo administrativo, pelo qual estão passando as organizações, surgem novos conceitos, que, derivados desta evolução, começam a ganhar espaço. Nesse processo, crescimento econômico e desenvolvimento econômico assumem representações diferentes, onde o desenvolvimento econômico requer, além do crescimento da produção nacional, a forma como esta está distribuída social e setorialmente.

Nas organizações, diferente da visão tradicional, onde o que importava eram os resultados meramente econômicos, numa visão atual, observa-se que o ambiente dos negócios está sofrendo várias influências que requerem das empresas um comportamento, que além de buscar resultados econômicos, busquem atender as cobranças da sociedade, de organizações não-governamentais (ONGs), do poder público, entre outros, de uma postura socialmente responsável, ou seja, passa a ter que atender a uma nova função, “a função social”.

Observa-se que, embora vários países e diferentes setores da economia pratiquem ações sociais, muitas vezes estas se defrontam com os objetivos econômicos, a ponto de exigir um possível equilíbrio, evitando que a prática demasiada de uma possa interferir na outra, colocando em risco a própria existência da empresa.

A análise bibliográfica desenvolvida demonstrou que a Responsabilidade Social, uma realidade incontestável na nova administração, passa a ser vivenciada e praticada por algumas

empresas, apresentando uma importante evolução em seu significado e aplicabilidade, demonstrando que a cada dia novos conceitos são desenvolvidos, embora a maioria na mesma conotação, porém novas ações são praticadas, assumindo dimensões que exigem um sistema de mensuração eficiente e de fácil compreensão.

A compreensão se torna necessária, pela importância e abrangência das informações, uma vez que estas devem demonstrar benefícios aos empregados, consumidores, credores, fornecedores, acionistas, sócios ou proprietários e a comunidade como um todo, e a estes a identificação da real representação de Responsabilidade Social está vinculada à capacidade de interpretação dos demonstrativos confeccionados com esse objetivo.

A necessidade de divulgação destas ações requer o desenvolvimento de um demonstrativo, denominado Balanço Social, estruturado de forma que a disposição das contas que representam as ações sociais desenvolvidas pela empresa demonstrem com clareza as ações de iniciativa própria e as impostas pelos órgãos públicos, organizações não-governamentais ou pela sociedade. Também, deve demonstrar o resultado da diferença entre ambas, para que fiquem evidenciados aos beneficiários e interessados, os atos que possam caracterizar a Responsabilidade Social desenvolvida pela organização.

O desenvolvimento do Balanço Social tende a apoiar-se no estudo dos modelos e conceitos já publicados, sendo os seus principais apresentados no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – BALANÇO SOCIAL – CONCEITOS E MODELOS

O desenvolvimento do comportamento social responsável, caracterizado pelo gerenciamento social promovido por empresas no intuito de gerar e fornecer informações aos beneficiários destas ações, demonstra-se pela evolução ocorrida de forma crescente, nos últimos anos, de um demonstrativo que possa complementar os demonstrativos existentes, contemplando as informações sociais.

O Balanço Social, demonstrativo gerado a partir desta evolução, tem-se mostrado como a principal forma de apresentar as ações desenvolvidas pelas empresas em prol da sociedade. Definir um modelo que possa servir para as diversas organizações tem sido a maior dificuldade dos estudiosos da área, principalmente no que diz respeito a identificação dos componentes necessários para representação das ações que têm realmente conotação social, e que sejam de fácil compreensão pelos usuários desta informação.

A composição ideal, assim como a obrigatoriedade, tem sido base de estudo para que os usuários tenham acesso as informações de interesse social e que estas possam servir, de forma confiável, como fonte de conhecimento do comportamento social promovida pela empresa.

Este capítulo tem como função principal aprofundar os conhecimentos sobre os demonstrativos sociais, sua história de desenvolvimento, a legislação que trata do tema, os demonstrativos que possam ter servido de base para sua elaboração, seus usuários, a evolução em alguns países, sua composição e as características principais de algumas publicações.

3.1 Sistema de Informações Contábeis

Comum na maioria das empresas, por mais simples que seja, o sistema de informações tem como função principal coletar e processar os fatos ocorridos, disponibilizando-os, seja a nível interno (para gerenciamento), seja externamente (para governos, sócios e outros). Devido a abrangência e a relevância destas informações, cumpre a cada organização planejar seu sistema, de acordo com sua realidade e necessidade, objetivando prepará-las com qualidade, capazes de auxiliar no processo de controle, de tomada de decisão e outros, conforme escreve Kroetz (2000).

Complementando, Kroetz (2000) escreve que esse sistema é, na realidade, um conjunto de recursos (humanos e de capital), técnicas, tecnologias e lógicas formais, aplicado a organizações, atividades e pessoas, que permite planejar, analisar, projetar, construir, controlar e operacionalizar as políticas administrativas, objetivando a prosperidade da célula social (entidade), de forma integrada e interagente.

Sendo a contabilidade a ciência que obtém e sistematiza a maioria das informações empresariais, estas devem ser organizadas a atingirem alguns objetivos. Neste sentido, Hicks *apud* Tinoco (1996, p.116) escreveu:

O sistema de informação contábil deve ser capaz de fornecer informações relevantes para a utilização nos três níveis de decisão: No nível estratégico, a Direção da empresa necessita de informações relativas a estimativas de custos, orçamentos para longo prazo e medidas de eficiência das linhas de produção e das várias divisões. Técnicas de previsão são empregadas para obter muitas informações neste nível de decisão e freqüentemente são necessários dados externos à empresa. A informação neste nível é provida em bases irregulares. O nível tático de decisão requer informação contábil sobre orçamento departamental, custos de produtos, preços de venda e relatórios sobre salários e impostos. Neste nível, são necessárias várias informações agregadas sobre estoques, custos de mercadorias vendidas e certos tipos de despesas. No nível técnico, o SIC deve fornecer informações sobre análise da variação de custo, crédito e cobrança, e registro sobre produtividade de cada empregado.

Para Kroetz (2000), o propósito de toda ciência é produzir conhecimento e evidenciar sua utilidade. Não obstante isso, nas ciências sociais, a teorização do saber deve necessariamente transcender seu objeto, buscando o bem-estar-social, isto é, agindo como mediadora para que a sociedade se desenvolva, possibilitando a igualdade entre os homens. Por sua vez, a Contabilidade traz essa preocupação por meio de suas leis, princípios, teorias, métodos, instrumentos etc., buscando a demonstração da realidade patrimonial e, principalmente, a relação dela com o ambiente social.

Complementando essa idéia, de acordo com Sá (2000), no contexto da Contabilidade, há uma tecnologia de registros, da qual resultam informações derivadas da doutrina, outra, de custos, que permite analisar as aplicações patrimoniais na elaboração de um produto ou de um serviço, uma terceira, de auditoria, que utiliza modelos racionais para constatar a conformidade de situações patrimoniais, uma quarta, de análise funcional, que evidencia os diversos sistemas de utilidades de riqueza, uma quinta voltada para os orçamentos ou previsões de atos e fatos, uma sexta, que estuda a participação da empresa, no campo social, a Contabilidade Social, uma sétima, de observação, uma oitava, que examina a disfunção ou

ociosidade funcional do patrimônio, e uma nona, que se volta para o impacto das cargas fiscais sobre os negócios e ainda outras tecnologias que possam vir a ser identificadas.

A partir da necessidade de demonstração das informações derivadas deste amplo contexto, Kroetz (2000) escreve que as atuais demonstrações contábeis necessitam de atualização, e novas demonstrações devem ser estudadas e propostas, objetivando transformar a contabilidade numa ciência ágil, pronta a informar e explicar com maior precisão as variações do seu objeto de estudo.

Dentre os demonstrativos exigidos pela Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações - ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil, as seguintes demonstrações financeiras ou contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

3.1.1 Balanço Patrimonial

“Balanço Patrimonial, é a demonstração destinada a evidenciar resumidamente, o patrimônio da entidade, quantitativa e qualitativamente. O Balanço Patrimonial deve compreender todos os Bens e Direitos, tanto tangíveis (materiais), como intangíveis (imateriais), as Obrigações e o Patrimônio Líquido da entidade,...”. (RIBEIRO, 1999, p.334).

De acordo com a Lei 6.404/76, as contas, no Balanço Social, serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nela registrados, nos seguintes grupos: ativo circulante, ativo realizável a longo prazo e o ativo permanente, dividido em investimento, ativo imobilizado e ativo diferido.

No Passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos: passivo circulante, passivo exigível a longo prazo, resultado de exercícios futuros e patrimônio líquido, dividido em capital social, reserva de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

3.1.2 Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE)

“A partir dessa demonstração, pode-se verificar o resultado que a empresa obteve (lucro ou prejuízo) no desenvolvimento de suas atividades durante um determinado período, geralmente igual a um ano”. (RIBEIRO, 1999, p.338).

De acordo com a Lei 6.404/76, a demonstração do resultado do exercício discriminará:

- a receita bruta de vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;
- o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não-operacionais;
- o resultado do exercício antes do Imposto de Renda e a provisão para o imposto;
- as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados; e
- o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

3.1.3 Demonstrativo de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA)

“A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia o lucro apurado no exercício, sua destinação e os eventos que modificaram o saldo da conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, como ajustes e reversões de reservas”. (RIBEIRO, 1999, p.339).

De acordo com a Lei 6.404/76, a demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará: o saldo do início do período e os ajustes de exercícios anteriores; as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao fim do período.

3.1.4 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Para Ribeiro (1999, p.341):

“A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido mostra as variações ocorridas nas Contas do Patrimônio Líquido, evidenciando os saldos iniciais, os ajustes de exercícios anteriores, os aumentos do Capital, as Reversões de Reservas, o Lucro Líquido do Exercício e sua destinação, além dos saldos finais das respectivas contas que compõem o Patrimônio Líquido da empresa”.

De acordo com a Lei 6.404/76, a demonstração de lucro ou prejuízos acumulados deverá indicar o montante do dividendo por ação do capital social e poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.

3.1.5 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

“A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos evidencia a figura do Capital Circulante Líquido no início e no final do exercício, indicando as modificações na posição financeira da companhia decorrentes da política financeira da entidade ou da diretoria”. (RIBEIRO, 1999, p.341).

De acordo com a Lei 6.404/76, a demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

- as origens dos recursos, agrupadas em lucro do exercício, acréscimo de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros, a realização do capital social e contribuições para reservas de capital, e os recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível e longo prazo, da redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimento e direitos do ativo imobilizado;
- as aplicações de recursos, agrupadas em dividendos distribuídos, aquisição de direitos do ativo imobilizado, aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido e da redução do passivo exigível a longo prazo;
- o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução do capital circulante líquido; e
- os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e o seu aumento ou redução durante o exercício.

Complementando os demonstrativos exigidos pela Lei 6.404/76, existem as notas explicativas, alguns demonstrativos e relatórios que, de acordo com Iudícibus e Marion (1995), embora não sejam obrigatórios, como por exemplo: demonstração do fluxo de caixa; orçamentos financeiros, operacionais e de capital; dentre outros, estes são elaborados normalmente com fins gerenciais, ou seja, para fins internos (administração e gerência), sendo, portanto, não divulgáveis aos usuários externos, por se tratar de relatórios confidenciais.

De acordo com Tinoco (2001, p.28):

Mais recentemente, a sociedade, sujeito e objeto das atividades humanas, vem repugnando por maior abertura, quanto à revelação de informações

econômicas, financeiras, sociais e ambientais, que justifiquem a razão de ser das entidades, como sujeitos públicos, inserindo-se, portanto, no contexto dos usuários do Balanço Social. As entidades consomem recursos naturais, renováveis ou não, direta ou indiretamente, que constituem parte integrante do patrimônio da humanidade, utilizam recursos humanos, físicos e tecnológicos, que pertencem a pessoas e, portanto à sociedade. As organizações vivem em função da sociedade, devendo, em troca, revelar informações de como usam eficiente e eficazmente esses recursos.

A exigência dos usuários por demonstrativos mais elucidativos, como o Balanço Social, por exemplo, fez com que a contabilidade, que já apresenta diversas ramificações, venha a assumir mais uma, a qual é denominada por Kroetz (2000) de Contabilidade Social, conforme ilustra a figura 9.

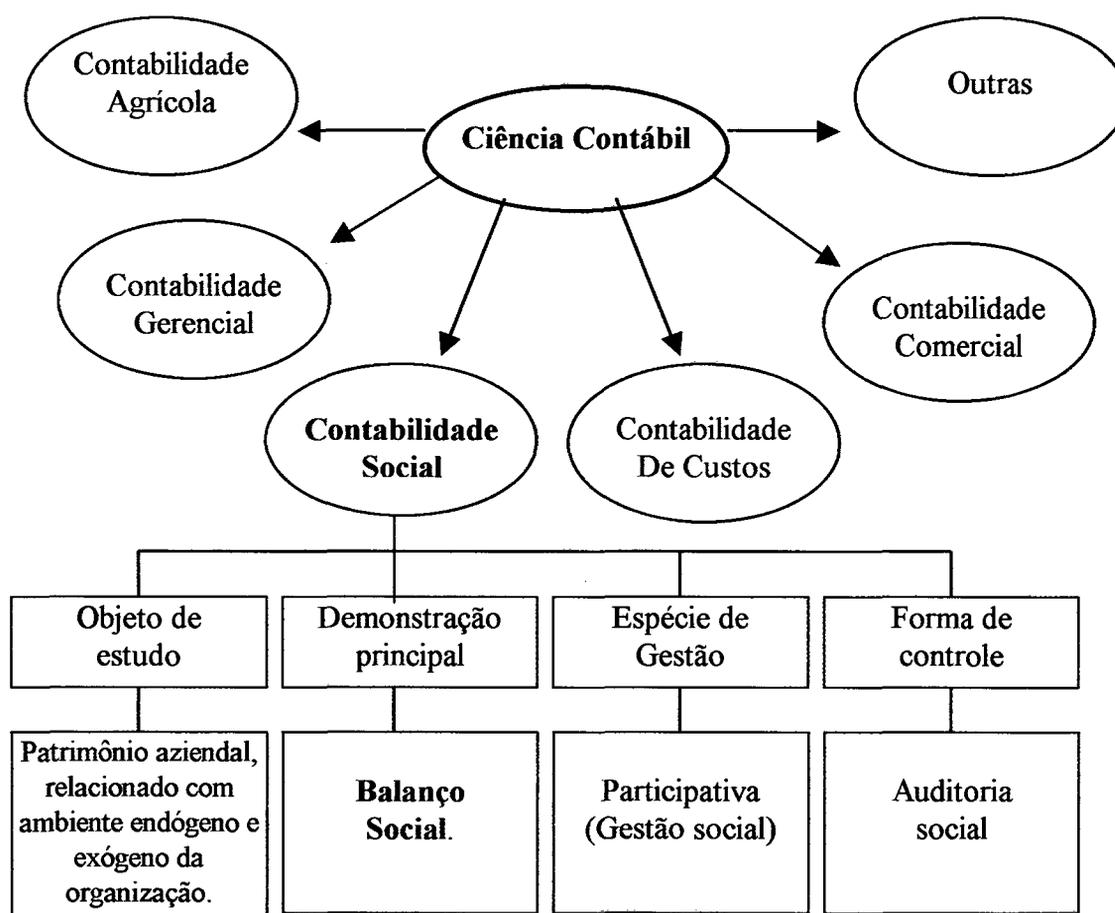


Figura 9 – Ramificação da ciência contábil. (KROETZ, 2000, p.52)

Complementando, Kroetz (2000) diz que o desenvolvimento da Contabilidade Social faz-se necessário, considerando que a sociedade parece exigir das organizações, por meio de seus gestores, maior clareza em suas ações, para que possam ser responsabilizados por seus

atos, e para que o ser humano, enquanto cidadão e consumidor, tenham opção de escolha no momento em que adquire seus produtos, observando não apenas preço e qualidade, mas também a relação entre a entidade com meio ambiente e a sociedade.

3.2 A Contabilidade Social e o Balanço Social

O desenvolvimento da Contabilidade Social visa atender a necessidade de complementação dos registros já existentes, de acordo com Gonçalves (1984, p.234):

A administração de empresas dispõe hoje de alguns sistemas de dados e registros: um primeiro correspondente aos objetivos da instituição, suas políticas e sua contabilidade tradicional, um segundo, referente a alguns relatórios sociais convencionais e um outro, compreendendo os registros de custo-benefício social tão abrangentes e integrados quanto permite a mentalidade dos empresários.

Complementando, Gonçalves (1984) escreve que, diante desse quadro, o progresso não será significativo até que sejam obtidos indicadores apropriados, de modo a representar instrumentos de avaliação, adequados, levando em conta essencialmente as relações entre a empresa e os empregados, mas, em grau crescente, também os aspectos referentes a outras atividades sociais da instituição. A fim de desenvolver este tipo de relatório econômico e social integrado, será necessário redefinir uma série de objetivos da empresa, assim como, também, tornar operativos alguns objetivos individuais. Em termos gerais, esse tipo de contabilidade social parece ser mais abrangente, mais informativo e mais convincente do que outras abordagens clássicas.

3.2.1 Considerações sobre a Contabilidade Social

A Contabilidade Social consegue fornecer informações mais específicas e analíticas do que aquelas oferecidas pelas outras demonstrações contábeis, previstas na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a chamada Lei das Sociedades por Ações. Destas, porém, pode-se extrair os dados que possibilitarão a elaboração do Balanço Social.

Das informações que podem compor a Contabilidade Social, muitos dados importantes são tornados públicos, de forma mais clara e compreensível.

De acordo com Ribeiro (1999, p.72)

O Balanço Social é um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual deve ser explicitada a justificativa para sua existência. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os

direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Adotando-se instrumentos de informação desse tipo, a contabilidade se mostrará mais assimilável pela sociedade, que certamente passará a lhe enxergar com maior familiaridade e simpatia, terminando, desse modo, por se fazer também, indiretamente, um *marketing* da Contabilidade.

Segundo a visão de Kroetz (1999, p.34), "genericamente, a Contabilidade Social visa criar um sistema capaz de inventariar, classificar, registrar, demonstrar, avaliar e explicar os dados sobre a atividade social e ambiental da entidade, de modo que no final de cada exercício ou a qualquer momento se possam preparar informes como o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado".

A responsabilidade das organizações produtivas diante do meio ambiente natural, notadamente as empresas industriais de impacto ambiental relevante, tem sido alvo de muita preocupação. Segundo Sá (2000, p.10), "em realidade, não se trata, ao pender para o social, de se tomar uma nova posição, pois, há mais quase dois séculos, a questão já era assim objetada".

O motivo que induz a classe contábil a se preocupar cada vez mais com esse tema, hoje, como se fosse um assunto novo, fica explicado no pensamento do próprio Sá (2000, p.10), quando complementa, "o que ocorre, na atualidade, todavia, é uma pressão maior sobre o posicionamento da empresa, como parte de um todo, motivada pela facilidade com que a comunicação se difunde".

Procurando adaptar os demonstrativos existentes, em relação a esta nova realidade, de acordo com Santos *et al* (2000), em um Balanço Patrimonial, pode-se, por exemplo, evidenciar o quanto a empresa está investindo nos cuidados com o meio ambiente natural, na aquisição de instalações e equipamentos de proteção ao ambiente natural, na eliminação de desperdícios e que estes dados, poderiam também estar sendo representados no Ativo, conforme demonstrado na figura 10.

Continuando, Santos *et al* (2000) sugerem que, no Balanço Social, então, no formato de texto, poderiam ser esclarecidos, de forma mais detalhada, os investimentos citados no Balanço Patrimonial, representados na figura 10, em negrito. Poderia ser dito, por exemplo, quais são os filtros, os equipamentos e instalações, explicando para que servem, evidenciando a

sua importância, ou seja, dizendo qual a sua real utilidade. Informações desse tipo, com certeza, causarão boa impressão aos usuários dessas informações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL DA COMPANHIA BETA, EM 1999, EM REAIS.	
ATIVO	11.500.000,00
<u>Circulante</u>	<u>2.000.000,00</u>
Realizável a longo prazo	1.000.000,00
<u>Permanente</u>	<u>8.500.000,00</u>
Investimentos	3.000.000,00
Imobilizado	5.500.000,00
Filtros anti-poluentes	800.000,00
Equip. e instalações anti-poluentes	5.000.000,00
(-) Depreciação acumulada	(1.500.000,00)
Diferido	1.200.000,00

Figura 10 – Exemplo de Balanço Patrimonial – destaque investimento ambientais. (SANTOS *et al*, 2000, p.3)

Em uma Demonstração de Valor Adicionado, conforme complementam Santos *et al* (2000), pode-se também, a título de exemplo, conforme demonstrado na figura 12, evidenciar informações que dão seqüência à Demonstração do Resultado do Exercício, ou seja, tornar mais elucidativo o destino dos resultados alcançados pela empresa, conforme representado na figura 11.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DA COMPANHIA BETA, EM 1999, EM REAIS.	
Receita Bruta de Vendas	10.000.000,00
(-) Deduções de Vendas	(2.000.000,00)
= Receita Líquida de Vendas	8.000.000,00
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(4.000.000,00)
= Lucro Bruto	4.000.000,00
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(1.500.000,00)
= Lucro Operacional	2.500.000,00

Continuação.

+ Receitas Não Operacionais	1.000.000,00
(-) Despesas Não Operacionais	(500.000,00)
= Lucro Antes dos Impostos	3.000.000,00
(-) Impostos	(750.000,00)
= Lucro Depois dos Impostos	2.250.000,00
(-) Dividendos a Distribuir	(1.250.000,00)
= Lucro Líquido do Exercício	1.000.000,00

Figura 11 – Exemplo de Demonstração do resultado do exercício. (SANTOS *et al*, 2000, p.3)

Para Tinoco (2001), ficam evidenciadas as diferenças entre as demonstrações, porém, mostra também o potencial de informações que se pode obter pela DVA, principalmente quando comparados mais de um exercício, ficando claramente quantificado o que foi gerado de riqueza dentro da empresa, assim como a distribuição dessa riqueza entre os grupos da sociedade, envolvidos com as atividades da empresa.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA COMPANHIA BETA, EM 1999, EM REAIS.	
Valor Adicionado Bruto	4.000.000,00
(-) Distribuição do Valor Adicionado	(3.000.000,00)
(-) Valores Pagos a Concessionárias de Serviços Públicos e Outros	(300.000,00)
Remuneração de Funcionários (salários)	(460.000,00)
Remuneração dos Governos (impostos)	(750.000,00)
Contribuições ao INSS (patronal)	(200.000,00)
Contribuições ao FGTS	(40.000,00)
Remuneração dos Acionistas	(1.250.000,00)
=Valor Adicionado a Reinvestir na Empresa	1.000.000,00

Figura 12 – Exemplo de Demonstração do Valor Adicionado – DVA. (SANTOS *et al*, 2000, p.3)

No pensamento de Mendes (1997, p.4-5), ao referir-se sobre a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social, escreve:

"A Lei das Sociedades por Ações, que nos obriga a publicar o balanço de algumas empresas, visa apenas à proteção do investidor, dando maior segurança aos donos do capital. As empresas, e nisso temos sido omissos, têm cometido dois grandes pecados: esquecem-se de mostrar a imensa contribuição que emprestam à sociedade e não perceberam, ainda, que seus lucros crescerão céleres se fizerem um esforço maior nesse sentido. Dar publicidade àquilo que a empresa faz em benefício do social poderá significar, para ela, a oportunidade de obter do mercado uma grande recompensa, o que daria à obrigatoriedade da publicação um lugar de menor importância".

Para que as empresas adotem esse salutar procedimento, é de suma importância que a classe contábil as oriente nesse sentido. É preciso mostrar que a adição da Contabilidade Social às demais demonstrações contábeis já previstas na legislação societária, deve redundar numa relação custo-benefício favorável às entidades. A análise da evolução histórica do Balanço Social tem mostrado que, embora um dos motivos principais de sua origem, de acordo com Kroetz (2000) e Tinoco (2001), seja a pressão da sociedade como um todo, este busca demonstrar a transparência das organizações, em relação às suas atividades para com a sociedade.

3.2.2 Evolução histórica do Balanço Social

Segundo Sá (2000), o Balanço Social foi inicialmente desenvolvido na década de 50, embora na Alemanha em 1939, a empresa AEG já publicasse tal peça.

Kroetz (2001) escreve que alguns historiadores afirmam que no início dos anos 60 ocorreram pressões sociais nos Estados Unidos da América, em decorrência da participação na guerra do Vietnã. Passou-se a exigir informações relativas às relações sociais da entidade, dentro e fora dela. Assim, surgem as primeiras informações sociais, que são publicadas junto com o balanço patrimonial. Em 1962 a NASA passou a desenvolver investigações sobre as conseqüências socioculturais do programa espacial, numa primeira abordagem para averiguar a responsabilidade social do empreendimento.

Complementando o histórico do Balanço Social, Kroetz (2001) diz que americanos, europeus e latino-americanos, desde o final da década de 70, desenvolveram modelos de Contabilidade Social, Auditoria Social e Balanço Social, destacando as seguintes características:

- nos Estados Unidos, os estudos partiram das universidades, e as características principais dos modelos dirigiram-se aos aspectos sociais públicos, às questões da diminuição da violência e da melhoria da relação das empresas com os consumidores;
- na Europa, as propostas do Balanço Social, desenvolveram-se em direção à solidariedade econômica do bloco europeu em formação e enfatizaram os aspectos do planejamento humano e social na empresa, no sentido de que se unissem aos demais processos empresariais (econômico, comercial, tecnológico, etc.);
- na França, alguns pesquisadores, na década de 70, propuseram-se a reunir e a comentar dados estatísticos correntes, uma vez que perceberam que com este trabalho a abordagem dos problemas socioeconômicos da nação, como, por exemplo, a relação do emprego, a mobilidade social, a utilização do lucro se traduzia com mais propriedade; e
- em Portugal tornou-se obrigatório o Balanço Social, por meio da regulamentação expressa na Lei 141/85, de 14 de novembro de 1985, que teve suporte no projeto da ex-ASDI (Ação Social – Democrata Independente).

Conforme Carvalho (1990), na França, concebe-se inicialmente o Balanço Social como um método global de investigação para o diagnóstico da saúde social, e planificação estratégica do futuro, sob proposta do *Institut de l'Entrepise*, em colaboração com uma equipe de investigadores dirigida por Alian Chevalier, mais tarde surge o relatório *Sudreau*, que deu origem em 1977, à lei sobre o Balanço Social.

Com a guerra no Vietnã, os movimentos estudantis na França e Alemanha e o aumento dos problemas sociais, segundo Kroetz (2001), iniciou-se uma discussão sobre a Responsabilidade Social das organizações e, também, procurando uma forma científica de prestar essas informações à sociedade. A partir destas discussões, surge então uma proposta de uma demonstração denominada genericamente de Balanço Social. Estas manifestações podem ser caracterizadas como:

- *Social Audit* – Norte-Americano, traduzido em termos monetários, como quantificador de vantagens e prejuízos sociais, e visando completar futuramente o balanço financeiro tradicional. Tem como objetivo cuidar da imagem da empresa;
- *Die Sozialbilanz* – estilo alemão que tenta sintetizar os modelos, americano e francês;
- *Bilan Social* – proposta francesa que deu origem à lei 77.769, de 12/07/1977, baseada na idéia de conciliação com os trabalhadores.

3.2.3 A evolução do Balanço Social no Brasil

No Brasil, é crescente o número de entidades que revelam preocupações em demonstrar suas ações na área social e ambiental. Segundo Kroetz (2001), a evolução do Balanço Social no Brasil apresentou as seguintes etapas:

- na década de 70, o professor e pesquisador Almada Rodrigues, publicou artigo intitulado “Da Sociologia da Contabilidade à Auditoria Sócio-Econômica”, no qual apresenta algumas discussões em relação à Contabilidade Social, ao Balanço Social e à Auditoria Socioeconômica, relatando, inclusive, as experiências européias sobre estes temas e as bibliografias existentes na época (basicamente de origem francesa);

- em 1976, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) passa a acompanhar com interesse o tema Balanço Social, observando os outros países e analisando a forma ideal de aplicá-lo no Brasil;

- com base nesses estudos, integrando o conhecimento disponível dos outros países, visitando experiências européias e latino-americanas, apresentou-se uma proposta de Balanço Social, publicada em 1978, por ocasião do lançamento do tema em seminários específicos, apresentando três componentes básicos:

1. Uma filosofia de ação transformadora da sociedade, através de um novo papel da empresa, dando ênfase à sua responsabilidade social;

2. Uma metodologia de ação que tinha como base a participação dos atores internos e externos da empresa na definição das linhas gerais do processo e da sua operacionalização; e

3. Um modelo de balanço, simples na sua elaboração, mas que transformasse em indicadores qualitativos e quantitativos, as ações humanas e sociais, e definisse metas mensuradas e dimensionadas que tornassem possível uma avaliação periódica dessas ações.

- em abril de 1980, a Fundação Fides, promoveu um grande Seminário Internacional sobre o Balanço Social. Especialistas da Alemanha, Espanha, Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia e Estados Unidos apresentaram os seus respectivos modelos, tendo sido o do Brasil considerado adequado, tanto nos seus aspectos conceituais, como na aplicação prática. No final do seminário, em 1980, foi lançado o livro Balanço Social na América Latina.

- na década de 90, o Balanço Social encontrou defensores de expressão que incentivaram sua publicação, chamando a atenção da comunidade política e empresarial. O sociólogo Herbert de Souza (Betinho, 1935-1997) talvez tenha sido o grande interlocutor e promotor dessa nova

realidade, pois lutou de forma incansável para implantar um Balanço Social adequado à realidade brasileira, apoiando-se sempre no Instituto Brasileiro de Análises Sociais-Econômicas (IBASE).

De acordo com Torres (2001), no ano de 1984, foi publicado, de maneira completamente voluntária, o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira, o relatório de atividades sociais da Nitrofértil, empresa estatal que se situava no Estado da Bahia. Esse documento tentava dar publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante aquele período. O documento recebeu o nome de Balanço Social da Nitrofértil. Esse Balanço Social é considerado o primeiro documento brasileiro do gênero a carregar essa denominação. Nesse mesmo período, meados da década de 80, também foi publicado o relatório de atividades sociais do Sistema Telebrás. Decorridos seis anos da realização do pioneiro BS, o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) produziu um relatório completo, denominado Balanço Social do Banespa, divulgando as ações sociais realizadas, publicado nos primeiros meses de 1993. Nos anos subseqüentes diversas empresas passaram a publicar anualmente seus balanços sociais, em razão do incremento da realização de ações sociais e ambientais concretas.

Em 1997, o sociólogo Herbert de Souza, por intermédio do IBASE, em ato público realizado em 18 de junho, no Rio de Janeiro, inicia campanha pela divulgação de um Balanço Social das empresas, no Brasil. A CVM (Comissão do Valores Mobiliários), quase na mesma época, sob a forma de minuta de instrução, propõe a apresentação obrigatória do Balanço Social. Em novembro de 1997, em parceria com a Gazeta Mercantil, o IBASE lança o selo do Balanço Social, para estimular a participação das companhias. O selo, num primeiro momento, seria oferecido a todas as empresas que divulgassem o Balanço Social no modelo proposto pelo IBASE. A partir de 1997, o tema passou a ser objeto de estudos dos legislativos nacional, estadual e municipal, passando por várias discussões e propondo várias maneiras de premiação em forma de reconhecimento das ações sociais desenvolvidas pelas organizações, conforme relata Tinoco (2001).

3.2.4 A Legislação sobre o Balanço Social no Brasil.

Com a evolução apresentada pelo desenvolvimento de estudos, pela conscientização e exigência da sociedade, com o surgimento das ONGs (Organizações Não-Governamentais), e

pelos órgãos públicos, buscou-se a regulamentação de um demonstrativo social, através de alguns procedimentos legais, tanto a nível federal, estadual como municipal.

Com base em dados extraídos do site do IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (2002), é possível fazer o seguinte mapeamento da evolução das leis que regulamentam o Balanço Social.

3.2.4.1 Projetos de Lei - Esfera Federal

a) Projeto de Lei (PL) 3.116/97:

Marta Suplicy e outras duas deputadas (Maria da Conceição Tavares - PT/RJ e Sandra Starling - PT/MG, que terminaram seus mandatos em 31 de janeiro de 1998) apresentaram o Projeto de Lei (PL) 3.116/97, que criava e tornava obrigatório o Balanço Social para todas as empresas públicas e para as empresas privadas com 100 ou mais empregados. Este projeto de lei chegou até a Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados em 19.06.1997 e foi arquivado em 01/02/98. O relator foi o deputado Jair Meneghelli (PT-SP). Este PL foi arquivado de acordo com o artigo 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que determina que os projetos que não tenham sido aprovados por todas as comissões temáticas (além da Comissão do Trabalho, o projeto do Balanço Social teria que passar ainda pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e pela Comissão de Constituição e Justiça) até o fim da legislatura, sejam automaticamente arquivados.

A justificativa apresentada no PL 3.116/97 relata que elaborar o Balanço Social é um estímulo à reflexão sobre as ações das empresas no campo social. O Balanço Social estimulará o controle social sobre o uso dos incentivos fiscais e outros mecanismos de compreensão de gastos com trabalhadores. Ajudará na identificação de políticas de recursos humanos e servirá como parâmetro de ações dos diferentes setores e instâncias da empresa, no campo das políticas sociais. Além disso, contribuirá, fundamentalmente como encorajamento à crescente participação das empresas na busca de maior desenvolvimento humano e vivência da cidadania;

b) Projeto de Lei (PL) nº 0032 de 1999:

Tramita atualmente na Câmara dos Deputados o PL 032/99, de autoria do deputado Paulo Rocha - PT/PA. Foi apresentado no dia 03/02/99. Este PL é a reapresentação do PL da

deputada Marta Suplicy. O projeto está na Comissão de Economia, Indústria e Comércio, CEIC, desde 08/12/99.

O Projeto de Lei 32/99 do Dep. Federal Paulo Rocha propõe tornar obrigatória a elaboração de um Balanço Social pelas empresas privadas que tiverem cem ou mais empregados no ano anterior a divulgação do balanço. O modelo desse balanço ainda não é consenso, tornando-se incertas as chances de aprovação.

3.2.4.2 Projetos de Lei - Esfera Estadual

No Rio Grande do Sul a Lei nº 11.440, de 18-01-2000. O Projeto de Lei sobre Responsabilidade Social, de autoria do Deputado Estadual César Buzatto, cujo texto contou com a contribuição do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, foi transformado na Lei nº 11.440. Esta institui o Balanço Social para empresas estabelecidas no Estado do Rio Grande do Sul, o qual será assinado por Contador ou Técnico em Contabilidade devidamente habilitado perante o CRC-RS ao exercício profissional.

3.2.4.3 Leis e Projetos - Esfera Municipal

a) Município de São Paulo/SP - A Resolução nº 005/98 "Cria o Dia e o Selo da Empresa Cidadã às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências". A autoria é da Vereadora Aldaiza Sposati. Esta Resolução está em vigor e já premiou diversas empresas na Cidade de São Paulo;

b) Município de Santo André/SP - O projeto de Lei 004/97 tornou-se a Lei nº 7.672, de 18 de junho de 1998, de autoria do Vereador Carlinhos Augusto, "Cria o Selo Empresa-Cidadã às empresas que instituírem e apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências";

c) Município de Porto Alegre/RS - A Lei 8118/98 de autoria do Vereador Hélio Corbelini do PSB "Cria o Balanço Social das Empresas estabelecidas no âmbito do Município de Porto Alegre e dá outras providências". Esta lei foi sancionada em 05/01/98 e publicada em 09/01/98 no Diário Oficial;

d) Município de João Pessoa/PB - O Projeto de Resolução nº 004/98 do Vereador Júlio Rafael, "Institui o Selo Herbert de Souza às empresas que apresentarem qualidade em seu Balanço Social e dá outras providências";

e) Município de Uberlândia/MG - O Decreto legislativo nº 118/99 institui título de desempenho comunitário empresarial e dá outras providências e revoga o decreto legislativo nº 063 de 08/05/98. O Decreto instituiu o título de "Desempenho Comunitário e Empresarial" aos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que atuam no Município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, e se destacarem na promoção e execução de projetos e programas, cuja finalidade seja promover ações sociais nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura e participação comunitária.

3.2.5 A descrição de um Balanço Social

A nomenclatura empregada, para Kroetz (2000), talvez não seja a mais apropriada. A palavra balanço tem o mesmo sentido de balança, compreendendo a noção de equilíbrio. Sua origem vem do termo latim *bilancis* (*Bi* = dois; *Lancis* = pratos de balança). Porém, mesmo que alguns entendam que a expressão a ser utilizada deveria ser Relatório de Informação Social, esta apresenta o inconveniente de não ter suficiente repercussão. Isso, somando-se uma tradução aproximada do *social accounting*, conduziu à adoção generalizada da expressão Balanço Social, ainda que não se trate de um balanço no sentido restrito da palavra.

Tinoco (2000), ao iniciar a análise do real sentido do Balanço Social, sugere que seja feita a seguinte questão: “Que informações os trabalhadores e os parceiros nos negócios das organizações, como usuários da informação contábil e social e como partes integrantes da capacidade produtiva das empresas gostariam de receber?”.

Para alguns estudiosos, continua Tinoco (2000), entre estes, administradores, economistas, contadores, advogados, executivos, sindicalistas, formadores de opinião, essas informações deveriam ser veiculadas e reportadas em suas peças contábeis tradicionais – Balanço Patrimonial, DRE, DOAR e DLPA - apresentadas em conjunto com outras informações de cunho social, como as relativas a:

- emprego;
- condições de higiene e segurança no trabalho;
- formação da mão-de-obra;
- relações profissionais;
- outras condições de vida dependentes da empresa, como alojamento, transporte da residência ao trabalho e vice-versa;
- preservação do meio ambiente; e

- representatividade pública.

Procurando demonstrar a importância do Balanço Social, enquanto demonstrativo a ser apresentado individualmente, Souza (1997) escreveu que o Balanço Social atende a todos: para os tomadores de decisão, oferece os elementos essenciais sobre os projetos sociais que a empresa possui ou que pretende realizar; para os empregados, oferece uma garantia de que as suas expectativas serão conhecidas pelos seus gestores de forma sistematizada e quantificada; e para a sociedade, oferece informações sobre os benefícios gerados ao meio ambiente, e à sociedade como um todo.

Freire e Rebouças (2001), demonstrando a importância do Balanço Social, referem-se aos proprietários que, como no passado necessitavam de informações econômico-financeiras para a tomada de decisões, sobre investimentos com menor risco, hoje os executivos necessitam informações relativas à responsabilidade social corporativa como elemento fundamental na elaboração da estratégia da empresa. Do mesmo modo, a sociedade reivindica informações sobre o que as empresas estão fazendo pelo social. E, para demonstrar publicamente sua responsabilidade, o Balanço Social é um dos instrumentos mais adequados.

Para tanto, complementando a razão do surgimento e da importância do Balanço Social, Sucupira (2001, p.124), escreve que:

O Balanço Social é um documento publicado anualmente, reunindo um conjunto de informações sobre atividades desenvolvidas por uma empresa, em promoção humana e social, dirigidas a seus empregados e à comunidade na qual está inserida. Nesse sentido, é um instrumento valioso para medir o desempenho do exercício da responsabilidade social em seus empreendimentos. É um indicador cristalino da forma como ela é administrada. Por meio dele, a empresa mostra o que faz por seus empregados, dependentes e pela população que recebe sua influência direta. É uma forma de dar transparência a suas atividades, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da sociedade. É um mecanismo de construção de vínculos mais estreitos entre empresa e sociedade.

De acordo com o Projeto de Lei n. 3116 de 1997, em seu artigo 2º, o “Balanço Social é o documento pelo qual a empresa apresenta dados que permitam identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente”.

Para Suplicy (1997), o Balanço Social é um documento pelo qual a empresa anualmente apresenta dados que permitam identificar a qualidade de suas relações com os empregados, com a comunidade e com o meio ambiente, sendo um registro do perfil social da empresa.

Segundo Teixeira (1980), o Balanço Social é um instrumento colocado nas mãos do empresário para que possa refletir, medir, sentir como vai a sua empresa, e o seu empreendimento, no campo social.

Compartilhando dessa idéia de acompanhamento do empreendimento, Andreolla (1997) entende o Balanço Social, como um instrumento de medida do desempenho da empresa no campo social, considerando a tríplice realidade da empresa:

- 1) econômico-financeira: enquanto geradora de riquezas e produção e distribuição de bens e serviços;
- 2) pessoal-humano: enquanto comunidade de pessoal que se unem para determinado objetivo;
- 3) político-social: enquanto inserido num ambiente político social que a circunda, limita e caracteriza.

Para o aspecto econômico-financeiro, a contabilidade dispõe das demonstrações contábeis/financeiras de elaboração obrigatória, que avaliam o desempenho econômico-financeiro da empresa, para os demais aspectos, faz-se necessária a elaboração e divulgação do Balanço Social, complementa Andreolla (1997).

Para Batista (2000), apesar de pouco utilizado no Brasil, o Balanço Social pode ser considerado uma ferramenta de estratégia empresarial, e, possivelmente, esta pouca utilização se dá por desconhecimento da sua aplicabilidade.

A partir dos conceitos e considerações sobre o Balanço Social e sua importância, o que se configura é a necessidade da identificação dos usuários destas informações, para que a estrutura proposta para sua confecção venha de encontro com as expectativas e necessidades desses usuários.

3.2.6 Usuários das informações do Balanço Social

As informações geradas pelas organizações, comumente formalizadas pela contabilidade, de uma forma geral são originárias das funções atinentes as atividades desenvolvidas pela empresa. Buscando apresentar os tipos de informações possivelmente geradas pelas organizações, Iudícibus *et al* (1992) destacam quatro principais:

- informação de natureza econômica: deve ser sempre entendida dentro da visão que a contabilidade tem do que seja econômico e não, necessariamente, do tratamento que a economia daria ao mesmo fenômeno;
- informação de natureza física: constitui um importante desdobramento dentro da evolução da teoria dos sistemas contábeis, pois as mais recentes pesquisas sobre evolução de empreendimentos têm revelado que um bom sistema de informação e avaliação não pode repousar apenas em valores monetários, mas deverá incluir, na medida do possível, mensurações de natureza física, tais como as quantidades geradas de produtos ou de serviços, o número de depositantes em estabelecimentos bancários e outras que possam permitir melhor inferência da evolução do empreendimento por parte do usuário;
- informação de natureza de produtividade: compreende a utilização mista de conceitos valorativo e quantitativo como, por exemplo, a receita bruta per capita, depósitos por clientes e outras; e
- informação de natureza econômica e financeira: constituem o núcleo central da contabilidade.

Da mesma forma que se identifica os tipos de informações geradas, torna-se necessário classificar os usuários das diversas informações geradas pela contabilidade. Spinelli (2001) classificou em dois grandes grupos: os usuários internos e os externos. Os usuários internos são todas as pessoas que atuam dentro das entidades, todos os colaboradores que integram o gerenciamento no processo decisório. O grupo de usuários externos é amplo, em grau de importância e de interesse, entre outros pode-se citar:

- investidores – são os agentes que garantem o desenvolvimento, mediante a aplicação de recursos financeiros, desta forma almejam a rentabilidade e o retorno do investimento;
- fornecedores – parceiros no mercado, que acreditam na potencialidade econômica da empresa, a espera de garantia pelo pagamento do fornecimento de produtos e serviços;
- financiadores – são os que aplicam recursos, mediante uma análise patrimonial de liquidez, rentabilidade, capacidade competitiva e produto;
- clientes externos – consumidores de quem a empresa recebe o pagamento pela venda de seus produtos/serviços, satisfazendo as suas expectativas. Exigem segurança e qualidade;
- clientes internos – são fundamentais ao desenvolvimento da empresa por sua capacidade de trabalho e criatividade;

- meio ambiente – é uma das maiores responsabilidades sociais da empresa moderna. Cabe à empresa demonstrar a sociedade que sua produção não se faz a custo da destruição do meio ambiente. Cabe ao Estado o controle e fiscalização dos investimentos;

- Estado – dá suporte institucional, jurídico e político à sociedade sob forma de contribuição, com investimentos essenciais e de sua responsabilidade, para o bem-estar da coletividade e desempenho de sua missão e compromisso com a educação, a segurança e a saúde, em troca do pagamento de impostos.

São estes, alguns, dos usuários que buscarão nas informações fornecidas pelos demonstrativos contábeis, de forma confiável, uma prestação de contas para que possam conhecer e avaliar a qualidade dos investimentos, a aplicação de recursos e o cumprimento das destinações orçamentárias, complementa Spinelli (2001).

Tinoco (2001, p.33), analisando a evolução nas informações e nos diversos tipos de usuários das informações contábeis, escreveu:

No decorrer do tempo, todavia, tem havido alterações quanto às informações que os usuários têm requerido, bem como aos diversos tipos de usuários, que têm usado a Contabilidade como apoio a suas decisões. Esta colocação é importante, pois, a atividade econômica, financeira e social tem-se apresentado ao longo dos séculos de forma cambiante e evolutiva. Inicialmente, predominou a agricultura e o pastoreio como atividades predominantes do homem e da empresa; posteriormente, tivemos a efervescência do comércio, seguindo-se o apogeu da industrialização, com o surgimento da grande empresa industrial. Mais recentemente, no século XX, novas atividades surgem, com ênfase no desenvolvimento tecnológico, na biotecnologia, no desenvolvimento aeroespacial, na química fina, na ciência da informação, na ciência do conhecimento. Diante desse desenvolvimento encontra-se o homem e a mulher, o ser humano, um recurso extremamente valioso na geração do conhecimento, que redundam em bens e serviços, que produzem riquezas, que beneficiam as famílias e as empresas no processo contínuo de atender aos interesses das ilimitadas necessidades humanas.

O advento do Balanço Social caracteriza a necessidade de fornecer informações, originárias da responsabilidade social promovida pela empresa. Para Tinoco (2001), estas informações, representadas no Balanço Social, dirigem-se a muitos usuários, porém dentro destes alguns se destacam, como: os grupos cujos membros de uma forma pessoal e direta trabalham para a empresa – os trabalhadores; os grupos que se relacionam com a empresa – os clientes, pois de sua confiança vive a empresa; os acionistas que aportam recursos à empresa; os sindicatos dos trabalhadores; as instituições financeiras, fornecedores e credores; as

autoridades fiscais, monetárias e trabalhistas, o Estado; a comunidade local; e os pesquisadores, professores, todos os formadores de opinião.

Para Kroetz (2000), a construção da proposta do Balanço Social deve observar os requisitos solicitados pelos mais diversos usuários, servindo como instrumento capaz de agregar valor, causar surpresa e desencadear ações. Deve-se buscar nos usuários finais, por meio da coleta de suas necessidades, a seleção das informações úteis e relevantes a serem divulgadas. Estes usuários, demonstrados na figura 13, e suas necessidades, podem ser assim representadas:

- trabalhadores – aos trabalhadores pode proporcionar subsídios para negociação com a categoria patronal, podendo também apresentar indicadores que revelam a influência que a entidade exerce sobre a sociedade e, principalmente, por divulgar as ações desenvolvidas em benefícios do quadro funcional, além de construir um conjunto de características que representam o perfil de seus funcionários (faixa etária, nível de absenteísmo, faixas salariais, qualificação, escolaridade etc.);
- acionistas – aos acionistas oferece um conjunto de informações que complementam as demonstrações contábeis e financeiras, registrando ações na área social e ecológica, na base temporal passado/presente/futuro, permitindo maior segurança na tomada de decisão em relação a seus investimentos;
- diretores/administradores – a estes o Balanço Social contribui por se constituir num instrumento de controle, de planejamento e de tomada de decisão, permitindo identificar tendências e oportunidades internas e externas, desencadeando assim, ações capazes de melhorar os dois ambientes;
- fornecedores – aos fornecedores demonstra as políticas implementadas na área social e ecológica, aumentando sua confiabilidade em relação à entidade com a qual negociam;
- clientes – Os clientes, através do Balanço Social, por apresentar uma realidade diversa da comumente divulgada, terão a oportunidade de conhecer as políticas da entidade, suas ações que têm influência no ambiente social e ecológico, sua relação com os funcionários, etc., permitindo ao cliente traçar um perfil da entidade, e possibilitar assim, maior tranquilidade na opção do produto e/ou serviço pretendido;
- sociedade – o Balanço Social desenvolve-se com a intenção de suprir a necessidade de informações, considerando que à empresa é concedido o direito de exercer sua atividade, e a sociedade tem a obrigação de fiscalizar as ações desenvolvidas por tais organizações. Portanto

o Balanço Social busca deixar a comunidade a par dos acontecimentos, favoráveis e desfavoráveis, internos e externos, decorrentes da atividade desenvolvida;

- governos – o poder público poderá preparar um vasto banco de dados, a partir do Balanço Social, possibilitando a geração de informações preciosas por segmentos sociais, por atividades, por região etc., permitindo o desenvolvimento de planos estratégicos consubstanciados na realidade. Também poderá verificar os tributos recolhidos, bem como o potencial de arrecadação dos mais variados segmentos, principalmente se tomar como base a Demonstração do valor Adicionado;

- estudiosos – A agregação dos diversos balanços sociais irá gerar um gigantesco banco de dados, o qual servirá de subsídios para a melhor compreensão da realidade, desencadeando o estudo e desenvolvimento de novas pesquisas, sejam na área econômica, na ecológica, na contábil, na administrativa, na social etc;

- concorrentes – poderão utilizar-se do Balanço Social para investigar a vida da entidade divulgadora, projetando o nível de competitividade, novas tendências, distribuição de mercado, formas de financiamento, outras ações desenvolvidas em termos de responsabilidade social e ambiental;

- sindicatos – podem aproveitar as informações, para aprimorar o processo de negociação com a classe empresarial, bem como para verificar as ações implementadas na área social, que dizem respeito ao quadro de associados.

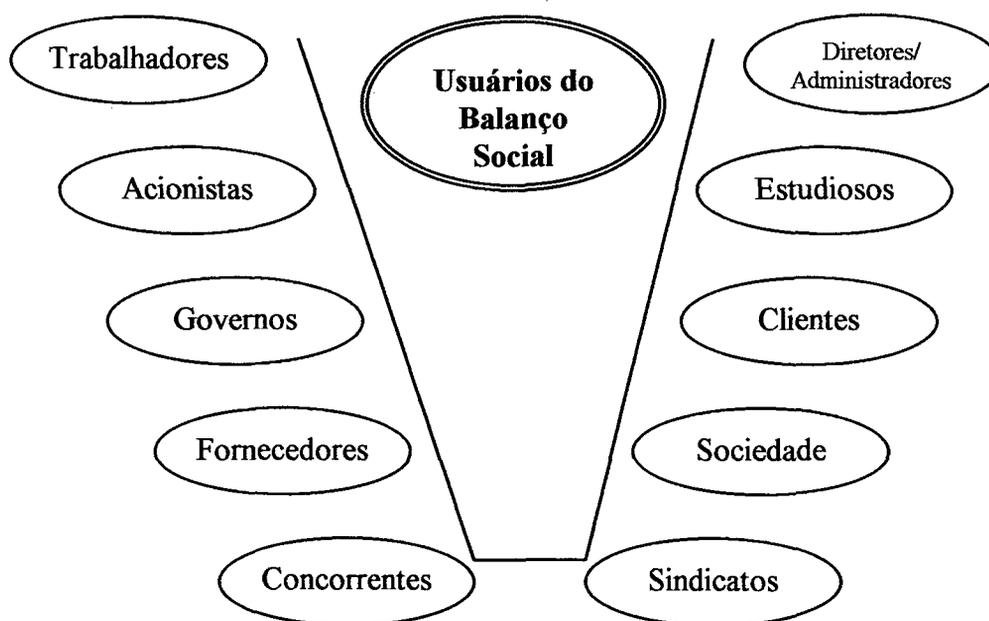


Figura 13 – Alguns usuários do balanço social. (KROETZ, 2000, p.84)

3.2.7 O Balanço Social em outros países

Percebe-se que nos países da Europa, conforme Danziger (1983), os cidadãos, no contexto da nação, e os assalariados na empresa, adotam uma posição prioritária, que consiste na repartição do bem estar social, o qual apareceria doravante mais importante do que a segregação da riqueza.

De acordo com Luca *apud* IBASE (1998), o Balanço Social em alguns países, é constituído apresentando um enfoque diferenciado, conforme demonstrado na figura 14.

Pais	Balanço Social – Enfoque
Estados Unidos	Ênfase para os consumidores/clientes e a sociedade em geral, qualidade dos produtos, controle da poluição, contribuição da empresa as obras culturais, transportes coletivos e outros benefícios a coletividade, abordagem de caráter ambiental.
Holanda	Enfoque em informações sobre as condições de trabalho
Suécia	Ênfase nas informações para os empregados
Alemanha	Enfoque nas condições de trabalho e nos aspectos ambientais
Inglaterra	Ênfase no conceito de stakeholders, relatórios abrangentes.
França	Enfoque em informações aos empregados, nível de emprego, remuneração, condições de trabalho e formação profissional.

Figura 14 – Balanço Social – panorama internacional. (LUCA *apud* IBASE, 2001, p.12)

Buscando complementar as informações constantes na figura 14, demonstrando as experiências da elaboração do Balanço Social em vários países, Tinoco (2001) escreve que:

- nos Estados Unidos da América, pelo estágio mais avançado do capitalismo, foi nos EUA que pela primeira vez a noção de responsabilidade social deu lugar ao debate. Em função da guerra no Vietnã, surgiram contestações sobre as políticas que vinham sendo adotadas, inclusive com as empresas que estavam envolvidas com a fabricação de armamentos, influenciadas pelas igrejas, fundações, organizações caritativas, associações de antigos combatentes e profissionais formadores de opinião. Daí surgiram os primeiros relatórios socioeconômicos, que procuravam descrever as relações sociais na empresa. Atualmente nos Estados Unidos, a preocupação dos empresários quanto à publicação das informações

socioeconômicas está vinculada: ao comportamento a respeito da poluição, à participação em obras culturais, à contribuição da empresa aos transportes coletivos na cidade e a outros benefícios à coletividade;

- na Alemanha, professores universitários, banqueiros e institutos de pesquisa, como o Instituto Battelle, em Frankfurt, têm difundido seu ponto de vista e aconselhado às empresas quanto à elaboração de relatórios socioeconômicos. Os relatórios alemães são compostos pela identificação social à ecologia e às condições de trabalho. Embora não exista legislação, certas empresas por iniciativa própria, elaboram os Balanços Sociais. O conjunto de compromissos sociais constituem um dos temas que se encontram nos documentos qualificados de Contabilidade Social. A empresa Steag estruturou o Balanço Social em dois capítulos, contendo: 1) relações internas com o pessoal, distribuição de lucros e de dividendos pelos acionistas; e 2) relações com o exterior, que inclui despesas de investigação e desenvolvimento, investimento antipoluição e relações com a comunidade. Orientadas por sindicatos, algumas empresas elaboram relatórios que compreendem os dados sociais e os indicadores econômicos e financeiros, de forma retrospectiva e também com informações previsionais;

- na Holanda, assim como na Suécia, na Alemanha e na Inglaterra, a empresa não é politicamente contestada. Os representantes do pessoal consideram o patrão como um parceiro, e a comunicação recíproca é natural. A Holanda foi o primeiro país no mundo a ter publicado o *Social Jarverslag* (Relatórios Sociais), seja sob forma de jornal interno, seja no corpo do relatório anual dos acionistas, seja sob a forma de um relatório separado, publicado ao mesmo tempo que o relatório anual;

- na Bélgica: Compara-se a Holanda. Foi instituído em 27 de novembro de 1973 um decreto real que está centrado sobre a perenidade da empresa. Distingue a informação de base: posição sobre o mercado, cálculo dos preços de revenda, orçamento; a informação anual, considerando os desvios entre o planejado e o real; e a informação ocasional. Estas informações são comunicadas ao comitê da empresa. A regulamentação do Balanço Social congrega as informações econômicas e as sociais. Essa abordagem incita os trabalhadores a tomar posição nos dois campos e a compreender o laço de causa e efeito entre uma decisão social e suas implicações financeiras.

- na Grã-Bretanha, pressões exercidas por movimentos sociais, desenvolvidas por entidades como a Ordem dos Peritos Contábeis, *Social Science Research Council*, *British Institute of*

Management, Department of Trade, Confederation of British Industries, assim como professores, pesquisadores e grupos independentes, resultou na divulgação mais ampla de informações socioeconômicas, contidas nos relatórios contábeis. Embora esses movimentos tenham sido vitoriosos, fazendo com que várias empresas tenham percebido a necessidade de fornecer informações sociais, não existe obrigatoriedade na elaboração do Balanço Social.

- na Espanha, também não existe obrigatoriedade legal, entretanto algumas empresas o fazem, por entenderem que devem ser o mais transparente possível, divulgando informações, não somente os acionistas, investidores e o estado, mas também para os trabalhadores, a comunidade local, os sindicatos e os formadores de opinião.

- a França, foi o primeiro país do mundo a ter uma lei que obriga as empresas que tenham mais de 300 funcionários a elaborar e publicar o Balanço Social. Seu objetivo principal é informar ao pessoal o clima social na empresa, a evolução do efetivo, estabelecendo as *performances* da empresa no domínio social. O demonstrativo exclui os fatos econômicos dos fatos sociais, como se estes percorressem caminhos diferentes e excludentes. Os usuários do Balanço Social são: o Ministério do Trabalho, os acionistas e os assalariados, desde que façam solicitação à empresa.

Conforme Freire e Rebouças (2001), o Balanço Social de uma empresa francesa é um documento que permite apreciar a situação da empresa no domínio social, registrar as realizações efetuadas e ter uma medida da evolução da empresa no que tange seu papel como célula social. Deve ser elaborado de acordo com o setor de atividade que a empresa se enquadre. Os setores foram divididos em cinco categorias: indústria e empresas agrícolas; empresas comerciais e prestadoras de serviços; construção civil; transportes terrestres e aéreos; e indústria de armamento marítimo. O Balanço Social, após sua elaboração, deve ser apreciado por respectivos comitês de empresa e delegados sindicais e, após sua aprovação em reunião do comitê, enviado ao respectivo inspetor do trabalho. Está dividido em sete capítulos conforme demonstrado no Anexo 1, a saber: emprego; remunerações e encargos sociais; condições de higiene e segurança; outras condições de trabalho; formação profissional; relações profissionais; e outras condições de vida dependentes da empresa. Cada empresa deverá definir três categorias de empregados. Para uma empresa do setor industrial e/ou agrícola, no Nível 1 são classificados os engenheiros e administradores da empresa; no Nível 2, são classificados os técnicos e agentes de obras; e no Nível 3 são classificados os demais trabalhadores da empresa.

- em Portugal, após a Revolução dos Cravos em 1974, houve uma completa abertura nos campos políticos, social, comunitário e também na divulgação de informação contábil, econômica e social. A primeira experiência do Balanço Social, data de 1977. A partir dos anos 80, cerca de 20 empresas passam a elaborar o Balanço Social, influenciadas, sobretudo, pela legislação francesa. Atualmente, o Balanço Social é elaborado nos termos do Decreto-lei nº 9/92, e é entregue anualmente por todas as empresas, que tenham pelo menos 100 pessoas empregadas, no término do ano civil, independente da forma de contratação, englobando informações sobre a situação social das empresas.

De acordo com Freire e Rebouças (2001), o Balanço Social português, conforme demonstrado no Anexo 2, é composto por cinco capítulos: emprego, custo com pessoal, higiene e segurança, formação profissional e proteção social complementar. Cada capítulo contém indicadores e subindicadores, os quais tem o objetivo de detalhar cada um dos capítulos, demonstrando, por exemplo, no capítulo 1, a faixa etária do pessoal, que pode variar de 15 até mais de 65 anos, a quantidade de trabalhadores estrangeiros, entre outros.

Observa-se que, os estudos em torno dos balanços sociais desenvolvidos em outros países, basicamente seguem uma mesma linha geral de raciocínio, diferenciando-se na obrigação ou não de sua apresentação. Conforme demonstrado nos modelos apresentados nos Anexos 1 e 2, da França e de Portugal respectivamente, assim como nos demais, que foram fonte de estudo, os dados monetários e não-monetários fazem parte de um mesmo demonstrativo, o que pode prejudicar a interpretação, e conseqüentemente, dificultar a identificação das ações que representaram demonstração de responsabilidade social.

Na busca de uma análise mais ampla, considerando que se pretende propor uma proposta de Balanço Social aplicado às empresas brasileiras, necessário se faz um estudo das principais demonstrações sugeridas por organizações a nível de Brasil.

3.3 Composição do Balanço Social Comumente Apresentado no Brasil.

Embora a Responsabilidade Social, assim como o Balanço Social, vem sendo discutida no Brasil ao longo do tempo, não existe uma padronização na elaboração deste demonstrativo. Para Freire e Rebouças (2001), a primeira demonstração de um documento formal com essa conotação, no país, foi a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, exigida de todas as empresas brasileiras de acordo com a Lei nº 76.900, de 23-12-1975, embora, talvez, não seja reconhecido como Balanço Social, devido à limitação de informações sociais que disponibiliza.

Outro demonstrativo, que se apresenta em partes, como uma forma de Balanço Social, é a DVA – Demonstração do Valor Adicionado, embora tenha como objetivo principal a apresentação do valor da riqueza gerada pela entidade e a forma que são distribuídas, identificando seus principais beneficiários, e nestes estão os empregados, o governo, os financiadores externos, acionistas e empresa (em forma de retenção de lucros), conforme demonstrado na figura 15, o que o aproxima, dos principais modelos de Balanço Social, até agora propostos.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
EMPRESA:	Em milhares de Reais
DESCRIÇÃO	Pela legislação societária em moeda constante
1 – RECEITAS	
1.1	Vendas de mercadorias, produtos e serviços.
1.2	Provisão para devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)
1.3	Não operacionais
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS e IPI)	
2.1	Matérias-primas consumidas
2.2	Custos das mercadorias e serviços vendidos
2.3	materiais, energia, serviços de terceiros e outros
2.4	Perda/Recuperação de valores ativos
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	
4 – RETENÇÕES	
4.1	Depreciação, amortização e exaustão
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
6.1	Resultado de equivalência patrimonial
6.2	Receitas financeiras
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
8.1	Pessoal e encargos
8.2	Impostos, taxas e contribuições
8.3	Juros e aluguéis
8.4	Juros sobre capital próprio e dividendos
8.5	Lucros retidos/prejuízos do exercício

Figura 15 – Modelo de demonstração do valor adicionado. (SANTOS, FREIRE e MALO *apud* FREIRE e REBOUÇAS, 2001, p.106)

Diversas ONGs têm demonstrado interesse, no Brasil, em auxiliar as empresas na elaboração do Balanço Social. Entre as principais organizações, pode-se citar o IBASE –

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, com significativos resultados, a partir do apoio às empresas.

O modelo de Balanço Social proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, é utilizado por várias empresas no Brasil. Neste modelo, conforme Anexo 3, são apresentados indicadores laborais (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência, saúde, educação, creches e participação nos resultados), indicadores sociais (tributos, contribuições para a sociedade, investimentos em meio ambiente) e indicadores do corpo funcional (nº de empregados, nº de admitidos, nº de mulheres em cargo de chefia, nº de empregados portadores de deficiência), além de outras informações consideradas relevantes ao exercício da responsabilidade social, conforme consta no modelo veiculado no site do IBASE (2002).

De acordo com Carvalho (2000), utilizando o modelo do Ibase, muitas empresas brasileiras já elaboram balanços sociais, como por exemplo: Abril S/A, ACESITA – Companhia Aços Especiais Itabira, Alpargatas S/A, Aracruz Celulose S/A, Banco do Nordeste do Brasil S/A, Banco Itaú S/A, Brasil Telecom Holding (Tele Centro Sul), Copene, Cosipa-Companhia Siderúrgica Paulista. Algumas empresas até receberam o Selo do Balanço Social Ibase/Betinho: Alternex S/A, Azaléia, Banco do Brasil, CEB-Companhia Energética de Brasília, Cecrisa/SC, CVRD-Companhia Vale do Rio Doce, Embrapa-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Grupo Pão de Açúcar, Marisol S/A, SAR-Sul Americana Refrigeração Ltda, Usiminas-Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A e Votorantim Celulose e Papel.

3.3.1 Alguns Balanços Sociais publicados e suas características

Conforme mencionado, um bom número de empresas vem publicando o seu Balanço Social, embora não se tenha uma obrigação legal, assim como uma padronização nos sistemas de mensuração, levantamento e classificação dos indicadores.

Dentre as empresas e a divulgação de seus balanços, busca-se, para atender os objetivos deste trabalho, identificar e analisar alguns deles, principalmente os que apresentam alguma característica diferenciada, a fim de que possa servir de suporte para novas sugestões.

Relacionados e identificados como alguns dos principais, pode-se mencionar o Balanço Social das seguintes organizações:

a) USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Conforme Anexo 4, o Balanço Social da Usiminas, é um modelo onde consta a estrutura básica, comum à maioria das publicação deste demonstrativo. É estruturado com os seguintes tópicos: mensagem do presidente; perfil empresarial; demonstração do valor adicionado; participação no desenvolvimento urbano; incentivo ao voluntariado; e efetivamente os indicadores.

Os indicadores apresentam a seguinte estruturação:

1. Base de Cálculo:

- Despesas com Pessoal: inclui todas as despesas com a remuneração anual de empregados, os encargos sociais respectivos de acordo com a legislação brasileira, encargos com previdência privada fechada, seguros, educação, capacitação e aperfeiçoamento de pessoal, benefícios assistenciais e indenizações rescisórias;

2. Indicadores Laborais:

- Encargos Sociais: referem-se aos encargos de recolhimento compulsório devidos ao pagamento de salários, segundo a legislação brasileira.

- Previdência Privada: referem-se à parcela da empresa relativa à formação de reservas de planos previdenciários privados fechados, administrados pela Caixa dos Empregados da Usiminas - CAIXA. Inclui contribuições mensais calculadas sobre os salários pagos e a cobertura de déficits sobre reservas de benefícios a conceder.

- Benefícios:

- Programas de Saúde;
- Seguros;
- Transporte;
- Alimentação: refere-se a despesas co-participadas decorrentes do fornecimento de alimentação no trabalho e a investimentos em melhorias;
- Educação, Capacitação, Treinamento e Aperfeiçoamento;
- Outros Benefícios: referem-se ao reembolso de despesas com creches destinadas a filhos de empregados e ao apoio a promoções sociais da comunidade.

3. Indicadores Sociais:

- Impostos: referem-se aos impostos incidentes sobre o faturamento - IPI e ICMS líquidos dos créditos das aquisições, PIS, COFINS e ISS; aos impostos sobre o lucro - Imposto de Renda e

Contribuição Social; ao Imposto Territorial - IPTU e a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF;

- Investimentos Culturais: referem-se à manutenção do apoio aos programas culturais;
- Contribuições para a Sociedade / Investimentos em Cidadania; e
- Investimentos em Meio Ambiente.

4. Indicadores do Corpo Funcional:

- Número de Empregados;
- A remuneração média mensal;
- Idade média do empregado;
- Tempo médio de empresa;
- Número de Admissões;
- Número de Demissões;
- Número de dependentes;
- Emissões Específicas de Material Particulado; quantidade de material particulado lançado na atmosfera, calculado aplicando-se a eficiência do equipamento de despoeiramento sobre a emissão potencial, estimada através de medições nas chaminés e de fatores de emissão em siderurgia, disponibilizados por publicações da *Environmental Protection Agency* e dados registrados pela empresa;
- Licenciamento Ambiental: as bases legais para o licenciamento e o controle das atividades efetivas ou potencialmente poluidoras em Minas Gerais, de acordo com a lei;
- Outorga d'água: em atendimento à Lei nº 12.564 de 17/07/1997 e Decreto nº 24.643 de 10/07/1934 – Código de Águas, Lei Federal nº 9.433 de 08/01/1997 e a Lei Estadual nº 13.199 de 29/01/1999, foi concedido pelo IGAM à Usiminas, a Outorga de Direito do Uso das Águas Públicas Estaduais, conforme Portaria nº 577/2000 em 03 de março de 2000;

b) PETROBRAS, Distribuidora S.A.

Conforme demonstrado no Anexo 5, os valores apresentados pela Petrobrás em seu Balanço Social, apresentam uma estruturação semelhante a maioria dos demonstrativos com este objetivo. De acordo com a atividade desenvolvida pela empresa, agora começando a ganhar maior ênfase com o passar dos anos, a exemplo do que algumas empresas estão a demonstrar, abre-se um campo para relacionar os indicadores ambientais, enquanto que anteriormente este item fazia parte de um grupo maior, conforme demonstrado no Anexo 6, no Balanço Social do

Banco do Brasil, edição de 1998. O Balanço Social da Petrobrás Distribuidora S.A. apresenta a seguinte estrutura: mensagem de abertura; apresentação; segurança, meio ambiente e saúde; projetos ambientais; projetos comunitários; projetos culturais; e quadro com os principais indicadores;

c) VOTORANTIN, Celulose e Papel

A exemplo da Petrobrás, o Balanço Social 2000 da Votorantin, Anexo 7, além de contemplar os indicadores comuns a maioria dos BSs divulgados, destaca-se pela menção de indicadores ambientais, demonstrando iniciativas relacionadas com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos. Além de constar informações ambientais no demonstrativo de indicadores, consta também, de forma comparativa entre os anos 1997, 1998, 1999 e 2000, em gráficos demonstrativos: a formação de compostos orgânicos; demanda química de oxigênio (DQO); demanda bioquímica de oxigênio (DBO); geração de efluentes; emissão de compostos reduzidos de enxofre; e emissão de dióxido de enxofre;

d) FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos

O Balanço Social apresentado pela Febraban, composto por um conjunto de informações relativas as atividades de prestação de serviços das instituições bancárias, públicas e privadas, demonstra considerar sua disponibilização de serviços a comunidade, empresas privadas e órgãos públicos, como sendo um dos fatores de demonstração de responsabilidade social. Busca demonstrar a quantia de agências, postos de serviços e de auto-atendimento, o número de clientes (pessoas físicas e jurídicas), sua captação de recursos através da movimentação financeira em conta corrente, poupança e fundos de investimentos, demonstra também os investimentos em tecnologias, a arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, a compensação de cheques e os valores movimentados pelos cartões de crédito. Pelas características próprias da função da Febraban, seu Balanço Social, assemelha-se aos demais, quando da demonstração do valor adicionado – DVA, pois neste, está representado a distribuição da riqueza gerada pelos bancos, relacionando alguns dados, conforme Anexo 8, referente aos recursos humanos e distribuição de dividendos;

e) RBS – Rede Brasil Sul

O demonstrativo social apresentado pela RBS busca ressaltar em seu conteúdo, as ações, consideradas sociais, desenvolvidas pela empresa, tanto para o público interno quanto para o público externo. Demonstra quantitativamente os investimentos no ano de 1999 e de 2000, assim como o perfil do público interno, por sexo, idade, necessidades especiais, acidentes registrados e índice de escolaridade. O relatório busca explicar cada um dos investimentos promovidos, como por exemplo, a arrecadação de tributos municipais, estaduais e federais, assim como os percentuais de encargos recolhidos no período atual em comparação ao período anterior, os quais são representados de forma resumida no Balanço Social Consolidado, onde constam os valores, por ação e total, do ano base, conforme Anexo 9. Com uma estrutura prática, o Balanço Social Consolidado, onde são demonstrados os indicadores financeiros, destaca os investimentos em separados nos seguintes grupos: público interno; meio ambiente; consumidores; comunidade; governo e sociedade;

f) Banco Itaú

O Balanço Social publicado pelo Banco Itaú (2000), apresenta em sua composição uma classificação diferenciada em relação aos benefícios sociais, a qual vem fundamentar uma das sugestões deste trabalho, na proposta de apresentação do Balanço Social, no qual seriam classificados os investimentos como de iniciativa da empresa e os obrigatórios por determinação legal ou outra determinação. Embora, em sua composição geral, apresenta-se formatado com grandes semelhanças aos demais, conforme demonstrado no Anexo 10, no qual estão representados somente os indicadores sociais, a característica que o diferencia, está na classificação dos benefícios sociais, em sua parte de relatos não monetários, os quais são classificados em:

- benefícios espontâneos, nos quais estão relacionados os benefícios de iniciativa própria da empresa, como: plano de aposentadoria complementar; assistência médico/hospitalar e odontológica; programa de qualidade de vida; serviço social; atividades de lazer, cultura, esportes e recreação; e empréstimos subsidiados;
- benefícios obrigatórios por lei ou convenção coletiva de trabalho, entre as quais estão relacionados os benefícios: alimentação, auxílio/creche babá e transporte.

Esta pré-classificação entre o que é espontâneo e o que é obrigatório, demonstra a iniciativa de diferenciar os investimentos de ordem social, buscando evitar a difusão de informações errôneas, que podem tornar o demonstrativo sem as características para as quais foi criado;

g) Sadia

O Relatório Social 2000 ou *Social Report* 2000, apresentado pela Sadia, demonstra inicialmente o perfil dos funcionários, destacando a escolaridade e faixa etária, seguindo com o tópico pessoas, informando capacitação, segurança no trabalho e participação nos resultados, posteriormente são informados dados referente a fundação Atílio Fontana que desenvolve ações sociais e recreativas. A responsabilidade social recebe um tópico especial onde é apresentado o desenvolvimento de atividades como educação adulta, doação de alimentos, alfabetização solidária, embalagem em braile, auxílio a pesquisa médica, canal futura e ginástica laboral, concluindo, são apresentadas as iniciativas regionais, um item relacionado ao meio ambiente e as premiações e certificações recebidas. Para representar os valores monetários e seu destino, o relatório apresenta o DVA – Demonstração do Valor Adicionado, conforme Anexo 11, e, seqüencialmente, os Indicadores Sociais Internos, demonstrados no Anexo 12. O Relatório Social apresentado pela Sadia, embora utiliza-se do DVA em conjunto com o demonstrativo de Indicadores Sociais Internos para demonstrar as informações monetárias, diferencia-se na parte de informações não-monetárias, por apresentar estas, em língua portuguesa e língua inglesa.

Com base nos exemplos de Balanços Sociais apresentados, os quais foram selecionados por representarem atividades distintas ou apresentarem alguma característica diferenciada, percebe-se que, de uma forma geral, seguem a mesma seqüência de formatação, diferenciando-se alguns, por darem ênfase a questão ambiental, por apresentarem o demonstrativo em duas línguas, ou outra característica própria.

Uma consideração especial deve ser feita para o Balanço Social apresentado pelo Itaú (2000), principalmente por vir de encontro com um dos princípios que sustentam a elaboração deste trabalho, o fato de haver em seu relatório não-monetário, a classificação de benefícios sociais espontâneos e obrigatórios.

Desta forma, torna-se necessário analisar o que, na elaboração de um Balanço Social, pode ser classificado como benefício espontâneo e como benefício obrigatório.

3.3.2 Benefícios espontâneos e obrigatórios

Para que o objetivo deste trabalho seja atingido, de propor um Balanço Social que possa apurar o que a instituição desenvolveu, em relação a sua Responsabilidade Social, é necessário que ocorra a identificação de espontaneidade e obrigatoriedade.

Desta forma, busca-se identificar o que significa a expressão “espontânea” e a expressão “obrigatória”. De acordo com Furtado (2000), “espontâneo é um adjetivo de natural, sem artifício, que se faz de livre vontade, não premeditado” enquanto que “obrigatório é um adjetivo que envolve obrigação, que tem o poder ou a força de obrigar, forçoso, imprescindível, inevitável, imposto por lei, pelas convenções, pelo uso e pela moral”.

Portanto, pode-se entender que toda iniciativa social, promovida pela empresa, que não seja imposta por lei, tem caráter de espontaneidade, porém, o cumprimento de uma legislação previamente estipulada, portanto de conhecimento da empresa, no ato de sua constituição ou no decorrer de sua atividade, a qual não foi originada por ter cometido ato infracionário, não deixa de ter caráter social, mesmo que não espontânea, por exemplo, o recolhimento de impostos, uma vez que estes sejam revertidos pelo sujeito ativo da obrigação, no caso a administração pública, para a ordem social.

Tratando da parte legal, em relação às contribuições sociais realizadas pelas empresas, a Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p.131-132) apresenta a seguinte redação, em seu Título VIII – Da Ordem Social, que tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social. Em relação a seguridade social, prevê: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”, os recursos estão assim relatados:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta ou indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições: I – dos empregadores, incidente sobre a folha de salários, o faturamento e o lucro; II – dos trabalhadores; III – sobre a receita de concursos de prognósticos.

Desta forma, com base no que prevê a Constituição Federal, é possível dizer que, a partir do momento em que a empresa faça o recolhimento de impostos, encargos sociais, e outros recolhimentos, previamente instituídos por lei, torna-se da mesma forma uma ação social, pois o destino destes recolhimentos, embora não seja a empresa que determine, está

previsto em lei, sendo atribuído à ordem social. De forma bem resumida, pode-se dizer que indiretamente as empresas estão cumprindo seu papel social, espontaneamente ou não, lembrando que não se trata de um ato infracionário, que obrigaria ao recolhimento de determinado valor para suprir e/ou repor os efeitos do mesmo.

Porém, para efeito deste estudo, que prevê a identificação do *superávit* ou do *déficit* social, utilizar-se-á para apuração deste resultado, o qual será apresentado no Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, os valores puramente espontâneos, promovido pela empresa, e/ou obrigatórios por ato infracionário ou lesivo aos empregados, à comunidade, ao governo, a sociedade, ao meio ambiente, entre outros, exigidos pelos órgãos competentes.

Portanto, a proposta do Balanço Social, prevê incluir os demais indicadores obrigatórios, instituídos previamente e os não-monetários, nos quais estão inclusos os projetos sociais desenvolvidos pela empresa, e sua apresentação objetiva dará uma visão geral da postura social assumida pela empresa.

3.4 Sugestões para Elaboração de um Balanço Social

Embora, no Brasil, os temas Responsabilidade Social e Balanço Social sejam tratados há vários anos, não existe uma padronização de procedimentos na elaboração deste demonstrativo que possa servir como subsídio para as empresas. A padronização poderia tornar a elaboração mais ágil promovendo uma estrutura de fácil análise e comparação entre as diversas entidades divulgadoras.

Ao se referir sobre as metodologias de elaboração do Balanço Social, Kroetz (2000) escreve:

As metodologias, encontradas no banco de dados, não diferem muito. Praticamente, todas as entidades procuram apresentar, por meio de dados qualitativos e quantitativos, suas influências positivas para com funcionários, comunidade, governo e meio ambiente, não divulgando possíveis influências negativas, seguindo parte do Modelo de Balanço Social do Instituto Nacional de Indústria da Espanha, e também a lei francesa (...) A diferença básica está na estruturação do Balanço Social de cada entidade. Por não existir ainda uma metodologia-padrão, utiliza-se da criatividade para preparar a demonstração, obtendo-se excelentes resultados, na grande maioria dos casos.

Continuando, Kroetz (2000) escreve que, mesmo não tendo uma metodologia padrão, alguns princípios gerais devem contribuir para a organização da informação, a ser contida no Balanço Social, sendo que eles devem ter:

- pertinência – a informação deve ser relevante, clara e concisa, devendo refletir a realidade;
- objetividade – a informação deve ser factual, não distorcida, expressando os fatos de uma forma independente, relativamente aos juízos pessoais de quem a prepara (neutralidade);
- continuidade – as práticas de coleta, registro e demonstração devem manter-se de um período para o outro. A falta de continuidade diminui a comparabilidade dos dados e pode ocultar certa manipulação da informação;
- uniformidade ou consistência – a informação deve permitir comparações, usando dados de anos anteriores, normas e valores médios de cada setor e/ou outros valores representativos publicados por organismos nacionais e internacionais. A comparabilidade supõe certo grau de padronização, e, em casos de alteração dos procedimentos, deve ser explicada em notas específicas;
- certificação – a informação deve ser susceptível de ser confirmada e certificada por uma entidade independente da organização e dos destinatários da informação.

Para Freire e Rebouças (2001, p.105):

... se a intenção real da empresa é preparar um balanço social que venha realmente a ser um relatório que fará parte de seu sistema de informações sobre capacitação e *performance* dos recursos humanos, e virá a ser empregado como ferramenta destinada a incrementar a competitividade empresarial, então a resposta é que cada empresa deve estabelecer as informações que julga importantes para o gerenciamento social – claro que o bastante completo modelo social francês pode ser utilizado como referência. O período para preparação será então uma decorrência das providências que serão tomadas na equipe de recursos humanos e sistema de informações para o cabal desempenho da tarefa. No entanto, o Balanço Social deverá ser produzido anualmente, pois, de uma forma ou de outra, será uma das formas de balanço técnico-contábil, gerencial e econômico da empresa.

Já para Sucupira (2001), é importante, na formulação do Balanço Social, que haja ética por parte da empresa, pois segundo ele, é possível enumerar uma série de razões para justificar a importância da ética, dentre elas, destaca: a opinião pública espera das empresas um comportamento ético; uma empresa que trata com dignidade seus empregados cria um ambiente interno mais saudável e atrai e mantém empregados, qualificados e motivados; o aumento das vendas decorrentes da melhoria da imagem; e as empresas éticas são em geral bem-sucedidas e tendem a conseguir mais facilmente acesso a recursos de fundos de investimentos.

Complementando, Sucupira (2001) escreve que o modelo de Balanço Social deve ser construído de indicadores que apresentem as seguintes características: simplicidade e de

natureza quantitativa/financeira. A simplicidade é a garantia de envolvimento de maior número de empresas, por haver menos resistência no levantamento das informações e à produção do documento, assim como, para que o custo não desestimule sua elaboração. A elaboração não deve gerar novos encargos, até porque a maioria dos dados a serem utilizados já figuram nos relatórios da empresa. Os indicadores quantitativos/financeiros, a exemplo do modelo apresentado pelo IBASE, são fundamentais para que esse instrumento não se torne apenas uma peça de *marketing*. Mesmo que em algumas situações a atribuição de valores às iniciativas sociais possa parecer complexa e de difícil mensuração, ainda assim deve ser feito o esforço no sentido de quantificá-las.

3.5 Considerações

Por tratar-se do desenvolvimento de uma proposta de Balanço Social, que possa relatar com eficiência e clareza os resultados da empresa em relação a sua Responsabilidade Social, tem por base, neste trabalho, a semelhança com a estrutura utilizada na apresentação do Balanço Patrimonial, regulamentada pela Lei 6.404/76.

Desta forma, o sistema de informações contábeis, assim como a demonstração destas informações, passa a assumir grande importância, pois visa tornar compreensível a necessidade de classificação entre Ativo e Passivo, considerando a disposição estrutural ocorrida quando do Balanço Patrimonial, adotando para o Balanço Social a classificação de ações sociais espontâneas para o Ativo e ações sociais obrigatórias para o Passivo.

O surgimento da Contabilidade Social, uma parte da contabilidade que busca sistematizar as informações de cunho social, tem demonstrado a importância e a evolução do comportamento social das empresas, gerando informações, em sua maioria, disponíveis no departamento de controladoria das instituições.

Fazendo parte desta evolução, o Balanço Social, demonstrativo apresentado por algumas empresas com a finalidade de tornar público suas ações direcionadas a empregados, investidores, sociedade e meio ambiente, passa, atualmente, por um processo de reconhecimento e fundamentação legal que o tornaria obrigatório, assim como de busca de uma identidade conceitual que formalizaria o que atualmente é iniciativa e conhecimento difundido voluntariamente por ONGs e instituições econômicas.

As divulgações do Balanço Social, de forma voluntária, apresentam-se com formatação sugerida por organizações não-governamentais ou definida pela própria empresa. De forma

geral, a estrutura dos demonstrativos publicados, segue a mesma linha de composição, diferenciando-se principalmente pela atividade desenvolvida pela empresa, pela língua de divulgação, e alguns, mais aprofundados, demonstrando em forma textual, os investimentos espontâneos e os obrigatórios.

A espontaneidade e obrigatoriedade são duas expressões que assumem papel de grande relevância neste trabalho. Considerando que a proposta é classificar o que é iniciativa da empresa e o que é obrigação da empresa, é possível observar nos exemplos analisados, que algumas iniciativas são identificadas e qualificadas como ações que representam a Responsabilidade Social da empresa, mesmo que esta seja instituída por lei, embora previamente e não por ato infracionário, o que se prefere caracterizar como ação social indireta.

Seguindo a proposta deste trabalho, as ações sociais indiretas promovidas pela empresa, que de acordo com o texto da Constituição Federal, têm como objetivo manter a ordem social, não perdendo sua importância, porém, para apuração do resultado social, partir-se-á dos indicadores sociais diretos que demonstram ser de iniciativa espontânea da empresa, apurando sua diferença em relação aos obrigatórios, exigidos por ato de ação indevida durante o desenvolvimento de suas atividades.

Como forma conclusiva, observa-se que o histórico evolutivo, os conceitos, o estágio de legalidade, sugestões, publicações feitas por algumas empresas, enfim, informações ligadas ao Balanço Social, fazem parte da preparação e embasamento teórico para a proposta a ser apresentada no próximo capítulo, que visa atender a uma demonstração onde por classificação, buscar-se-á caracterizar os valores que realmente representarão a participação da empresa em relação a sua Responsabilidade Social.

CAPÍTULO 4 – IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DO BALANÇO SOCIAL

Baseado na fundamentação realizada, a qual teve como objetivo identificar a abrangência do tema Responsabilidade Social e a demonstração desta responsabilidade através do Balanço Social, já utilizado por algumas empresas, torna-se possível desenvolver uma proposta de um demonstrativo que ao mesmo tempo traga as informações de cunho social desenvolvidas pelas instituições e possibilite maior facilidade de interpretação dos dados, pela estrutura e sistemática de apuração do saldo.

A estruturação da proposta prevê a confecção de demonstrativos que busquem apresentar os indicadores sociais ocorridos na empresa. Estes demonstrativos são compostos de indicadores não-monetários, apresentando um perfil da empresa em relação ao corpo funcional e aos projetos sociais desenvolvidos e de indicadores monetários, identificados de acordo com o regime de caixa, ou seja, os fatos serão contabilizados no momento do desembolso.

O Balanço Patrimonial, apresentado periodicamente pelas empresas e formalizado pela Lei 6.404/76, servirá de parâmetro somente para efeito de formatação de parte do Balanço Social, objeto deste trabalho, pois este não tem a finalidade de demonstrar o patrimônio da entidade, acumular saldo de um período para outro ou apresentar valores seguindo o princípio da competência, o que se pretende, com uma semelhante formatação, é facilitar aos usuários e interessados a análise dos indicadores demonstrados e da situação social da empresa.

Tem-se como situação social, a diferença entre os indicadores sociais, promovidos pela empresa, por iniciativa própria, ou seja, espontaneamente, e das obrigações sociais, cumpridas pela empresa em função de determinação judicial ou outra, que caracterize obrigatoriedade de pagamento através de reposição, recuperação ou indenização.

A proposta consiste na estruturação de quatro demonstrativos, o primeiro trazendo indicadores sociais instituídos previamente, onde a empresa somente cumpre a determinação legal, o segundo composto pelas informações sociais não-monetárias, relatando as ações sociais desenvolvidas pela empresa, o terceiro com os indicadores sociais espontâneos e obrigatórios, o qual, de acordo com a sua estrutura, tem a finalidade de facilitar a análise de forma que as ações sociais desenvolvidas pela empresa, consideradas espontâneas, possam ser identificadas e utilizadas na apuração da diferença em relação as obrigações sociais impostas

por ato legal ou outro processo que obrigue o cumprimento e o quarto demonstrativo, tem a finalidade de acompanhar a cada ano a evolução da situação social da empresa.

De forma mais detalhada, os demonstrativos são assim compostos e assim denominados:

- Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente - segue a maioria dos modelos de Balanço Social utilizados, sendo composto por indicadores monetários que derivam do cumprimento legal, por parte da empresa, com empregados, investidores, governo e a sociedade como um todo;

- Demonstrativo de Ações Sociais Não-Monetárias – tem por finalidade demonstrar os dados não monetários da instituição, ou seja, as informações do corpo funcional e um relato dos projetos sociais desenvolvidos em prol dos empregados, meio ambiente, consumidores, comunidade, governo e sociedade;

- Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios - demonstra os indicadores sociais promovidos pela empresa, durante determinado período, classificando os realizados espontaneamente, por iniciativa da empresa, e os obrigatórios, determinados por lei por ocasião de atitude imprópria de não cumprimento da legislação, por degradação do meio ambiente ou outra que caracterize um ato infracionário; e

- DMRSL – Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido, demonstra a situação social da empresa de um período para o outro, facilitando o acompanhamento do comportamento social.

4.1 Composição do Balanço Social proposto

O Balanço Social, proposto neste trabalho, apresenta-se estruturado de forma a propiciar informações que demonstrem separadamente os recolhimentos que estão instituídos previamente, para empresa, as informações não-monetárias, as ações promovidas espontaneamente, constituindo sua realização um ato de Responsabilidade Social, e as ações instituídas por lei, convenção de trabalho ou obrigatórias por imposição legal, devido a condução inadequada da atividade ou ato lesivo aos empregados, consumidores, governo, sociedade e meio ambiente, conforme estrutura demonstrada na figura 16.

B A L A N Ç O	EMPRESA	Composição: Apresentação da empresa.....Pg Indicadores Sociais Instituídos Previamente.....Pg Informações Não-Monetárias.....Pg Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.....Pg Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido.....Pg	Apresentação da empresa Nome: Endereço: Atividade Econômica: Constituição: Administradores: Missão:																				
	ANO																						
DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS INSTITUÍDOS PREVIAMENTE		DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS NÃO-MONETÁRIAS																					
<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td><td> </td></tr> </table>														<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </table>									
DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS ESPONTÂNEOS E OBRIGATÓRIOS																							
<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </table>																							
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO																							
<table border="1"> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> <tr><td> </td><td> </td></tr> </table>																							

Figura 16 – Exemplo de confecção do Balanço Social.

4.1.1 Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente

As contas que compõem este demonstrativo são resultantes da instituição prévia por parte dos órgãos competentes, portanto de conhecimento da empresa no ato de sua constituição ou durante o desenvolvimento de sua atividade.

Este demonstrativo, conforme figura 17, busca apresentar os valores que a empresa gasta com empregados, com a administração pública, com segurança e preservação, instituídos previamente.

Base de Cálculo	2001 (Valores em Mil R\$)	
	Receita Operacional Líquida (ROL)	
Resultado Operacional (RO)		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		
Indicadores Sociais Internos	Valores em R\$	% sobre FPB
Alimentação		
Moradia e Habitação		

Continuação.

Segurança e Higiene		
Treinamento		
Saúde		
Creches ou Auxílios a Creches		
Participação nos Resultados		
Distribuição de Dividendos		
Transporte		
Total		
Indicadores Sociais de Administração Pública	Valores em R\$	% sobre ROL
Encargos Sociais		
Impostos Federais		
Impostos Estaduais		
Impostos Municipais		
Outros		
Total		
Indicadores - Exigência Legal	Valores em R\$	% sobre ROL
Equipamentos para Eliminação de Toxicidade		
Equipamentos de Tratamento de Água		
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo		
Dispositivos de Segurança em Maquinários		
Área de Preservação Ambiental		
Outros		
Total		

Figura 17 – Formulário modelo do Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.

Embora, na maioria dos Balanços Sociais divulgados, estes indicadores são demonstrados como as principais ações sociais promovidas pela empresa, não se quer caracterizar, neste trabalho, que o recolhimento de impostos no prazo determinado, o pagamento de salários, encargos sociais, previdência, segurança e higiene, entre outros, não devam ser consideradas iniciativas sociais, pois tais recolhimentos têm como finalidade, em sua maioria, a manutenção da ordem social, gerida pela administração pública, porém o propósito deste trabalho é diferenciar a ação social promovida pela empresa, que não caracteriza nenhuma obrigação instituída previamente.

As informações que compõem este demonstrativo deverão ser caracterizadas pelos valores designados pela empresa, originários de cumprimento de determinação que obriga o seu recolhimento. Os indicadores monetários constantes neste, são resultado do cumprimento de obrigação que, regulamentada, determina o pagamento de salários, encargos, impostos,

entre outros, assim como equipamentos de prevenção e controle que, para a atividade da empresa, sejam obrigatórios.

Os valores resultantes de atrasos no recolhimento de impostos ou encargos sociais, por exemplo, podendo ser por multa e/ou juros, não deverão compor este demonstrativo, estes valores refletem o não cumprimento de uma determinação, portanto serão demonstrados no Passivo, no Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, pois caracterizam ação não responsável socialmente, podendo o seu atraso ter ocasionado o não investimento social, em tempo hábil, pelo agente ativo da obrigação.

4.1.2 Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias

Este demonstrativo, conforme figura 18, tem como finalidade a apresentação das ações desenvolvidas pela empresa que não exigem envolvimento financeiro diretamente.

Trata-se da apresentação de números que demonstrem a movimentação do funcionalismo, por destacar a quantia de empregos proporcionados, as admissões e demissões ocorridas no período, o perfil dos empregados em relação a cor, nacionalidade, idade, deficiência, sexo, estudo, acidentes, reclamações trabalhistas e diferença salarial, dados estes que demonstram o comportamento da empresa frente a seus empregados.

Compõem este demonstrativo, também, os projetos sociais desenvolvidos ou em desenvolvimento pela empresa, sendo estes apresentados por texto informativo, demonstrando aos usuários os projetos relacionados aos empregados, ao meio ambiente, aos consumidores, à comunidade, ao governo e a sociedade como um todo.

Observa-se, porém, que por ser apresentado em forma de texto, os valores ocorridos em função de aplicação prática destes projetos, estarão compondo o Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, ou comporão estes demonstrativos quando o projeto for efetivamente posto em prática, no próximo período.

Informações do Corpo Funcional	Total
Número de empregados ao final do período	
Número de admissões durante o período	
Número de demissões durante o período	
Número médio de empregados no período	
Número de empregados terceirizados	
Número de empregados estrangeiros	
Número de empregados adolescentes	

Continuação.

Número de empregados acima de 45 anos	
Número de mulheres que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
Número de negros que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por negros	
Número de empregados portadores de deficiência	
Número de empregados que estudam	
Número de acidentes de trabalho	
Número de reclamações trabalhistas	
Relação entre o maior e o menor salário na empresa	
Outras informações	
Descrição de Projetos Sociais	
Relacionados aos empregados:	
-Novas políticas salariais:	
-Novos investimentos em treinamentos:	
Relacionados ao meio ambiente:	
-Despoluição:	
-Preservação (área reflorestada):	
-Educação:	
-Prêmios recebidos:	
-Programas ambientais:	
<ul style="list-style-type: none"> • reaproveitamento/reciclagem • desenvolvimento de produtos ecologicamente corretos • racionalização do uso de recursos naturais • substituição de produtos poluentes, nocivos à saúde 	
Relacionados aos consumidores:	
-Filantropia:	
-Homenagem e reconhecimento:	
Relacionados à comunidade:	
-Cultura:	
-Esporte:	
-Saúde e/ou Segurança Pública:	
-Educação:	
-Alimentação:	
-Apoio a Entidades Sociais:	
-Número de pessoas beneficiadas:	
-Incentivos a pesquisas:	
Relacionados ao Governo e a Sociedade:	
-Apoio à mídia na divulgação de campanhas:	
-Parceria:	
-Mobilizações sociais:	
-Programas sociais em fase de implantação:	
-Programas efetivados:	
Outros:	

Figura 18 – Formulário modelo do Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias.

A apresentação de informações referente ao número de mulheres e negros trabalhando na empresa e ocupando cargo de chefia, compõem o demonstrativo de indicadores não-monetários, porém, deve-se observar as características regionais, onde a instituição está inserida, portanto, embora estes indicadores estejam contemplados na maioria dos Balanços Sociais divulgados, é importante uma profunda análise da necessidade de serem apresentados.

4.1.3 Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios

Este demonstrativo tem como finalidade apresentar somente os indicadores monetários que resultaram da ação social da empresa, a qual, por ter sido desenvolvida por iniciativa própria – espontânea – estará classificada no Ativo Social, ou por determinação legal – obrigatória – será classificada no Passivo Social.

Neste demonstrativo, as contas serão classificadas segundo os elementos dos indicadores sociais que representam, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação social da companhia.

Dividido em dois grandes grupos, o Ativo Social e o Passivo Social têm a seguinte finalidade:

- no Ativo Social serão demonstrados os indicadores sociais promovidos pela empresa de forma voluntária. Tem por finalidade demonstrar o comportamento social da empresa a partir das ações promovidas espontaneamente, ou seja, que em nenhum momento houve a exigência de sua realização.
- no Passivo Social serão demonstrados os indicadores sociais, contraídos pela empresa, caracterizando obrigação do cumprimento, por cometer ato infracionário ou originar de sua atividade danos aos empregados, à sociedade, aos investidores e ao meio ambiente, resultando em necessidade de reparo, recuperação, indenização, ou outra obrigação de cunho social. Tem por finalidade demonstrar o comportamento social da empresa a partir dos gastos originários do não cumprimento de determinações instituídas previamente ou de ato que cause dano de cunho social.

No Ativo Social, as contas serão dispostas nos seguintes subgrupos:

- a) ativo social de curto prazo;
- b) ativo social de longo prazo;
- c) ativo social permanente.

No Passivo Social, as contas serão classificadas nos seguintes subgrupos:

- a) passivo social de curto prazo;
- b) passivo social de longo prazo;
- c) resultado social líquido.

Dentro de cada um destes subgrupos, serão classificadas as contas, qualificando a ação desenvolvida pela empresa, de acordo com o período de realização e a representação em relação ao resultado esperado, podendo ser investimento direto em ações sociais, ou através de aquisição de equipamentos de proteção ou prevenção, ou ainda, por atendimento a determinação legal.

4.1.3.1 Ativo social de curto prazo

Neste subgrupo serão relacionados os indicadores promovidos espontaneamente pela empresa, a curto prazo, ou seja, valores atribuídos às ações sociais no período de um ano, tendo sido concluídos e observados seus resultados dentro do mesmo período.

Exemplo: gratificações salariais, previdência privada, seguro de vida, saúde, moradia e habitação, esporte e lazer, prevenção ambiental, entre outros.

4.1.3.2 Ativo social de longo prazo

Neste subgrupo serão relacionados os indicadores promovidos espontaneamente pela empresa, a longo prazo, ou seja, os valores atribuídos às ações sociais que serão concluídas assim como observados seus resultados após o término do período, portanto no próximo ano, porém, exigiram gastos no período analisado.

Exemplo: moradia e alimentação, educação e treinamento, programa de educação ambiental, entre outros.

4.1.3.3 Ativo social permanente

O subgrupo permanente, conforme o próprio nome sugere, será composto pelos gastos promovidos para a manutenção da atividade da empresa, em bens com vida útil ampliada, portanto que serão utilizados por vários anos, porém, adquiridos espontaneamente pela empresa não caracterizando substituição de equipamento existente ou atendimento a determinação de órgão fiscalizador.

Em virtude da substituição de equipamentos não caracterizar indicador social, não serão apurados os valores referente a depreciação, pois a ação social ficou caracterizada na aquisição, demonstrando espontaneidade e não obrigatoriedade, portanto, ao final de sua vida útil a substituição não significará, novamente, ação social, e sim, simples cumprimento da necessidade.

Exemplo: filtros de chaminés, estação de tratamento, reflorestamento, laboratórios, entre outros.

4.1.3.4 Passivo social de curto prazo

O passivo, composto pelas obrigações impostas em função de ação imprópria, ou resultantes da atividade da empresa, prevê para o passivo social de curto prazo o registro das contas que representam o pagamento realizado pela empresa, dentro do período analisado, de valores resultantes de recuperação e reparo, indenizações, multas, entre outras, significando o ressarcimento de dano causado aos empregados, investidores, meio ambiente e a sociedade como um todo sendo observados seus resultados, durante o mesmo período.

Os exemplos neste caso podem ser:

- indicadores sociais internos - multas/juros/encargos sobre: encargos sociais, previdência, impostos, entre outros, resultantes do não recolhimento ou recolhido fora do prazo, pela empresa e que de alguma forma possa ter causado dano social;
- indicadores sociais externos – educação, esporte e lazer, alimentação, pesquisa, entre outros, resultantes da não efetivação de compromisso assumido;
- indicadores ambientais – multas, gastos com prevenção por determinação judicial, recuperação de área degradada, entre outros.

4.1.3.5 Passivo social de longo prazo

Este grupo será composto pelas obrigações que, a exemplo do circulante, sejam impostas por legislação específica, resultante de ação imprópria ou da atividade da empresa, porém, a longo prazo, ou seja, resultam do cumprimento de determinação judicial ou não, sendo seus resultados perceptíveis após o término do exercício.

A classificação como longo prazo tem por objetivo fornecer, ao usuário, informações que demonstrem a amplitude e as conseqüências da obrigação, portanto, mesmo que os valores

tenham ocorrido no período analisado, sendo estes de cumprimento imposto para empresa, seus resultados serão observados no período seguinte.

Exemplos: multas ambientais destinadas a recuperação ou prevenção a longo prazo, recuperação de área degradada, a longo prazo, entre outros, ou seja, gastos que estejam reconhecidos no período analisado porém seu resultado será perceptível no próximo período.

4.1.3.6 Resultado social líquido

Neste grupo, podendo ser considerado o resumo de todo o demonstrativo, será registrado a diferença entre o Ativo Social composto pelas ações espontâneas promovidas pela empresa, e o Passivo Social composto pelas ações obrigatórias impostas para a empresa.

O fato de realizar a apuração matemática do resultado social, não tem por finalidade quantificar a importância de cada indicador promovido pela empresa e sim identificar através de uma expressão lógica, se a empresa agiu socialmente de forma espontânea ou obrigatória.

A apuração dar-se-á a partir das seguintes expressões:

a) $\text{Ativo Social} > \text{Passivo Social} = \textit{Superávit social}$

Representa que a empresa demonstrou um comportamento social mais espontâneo, agindo por iniciativa própria ou cumprindo as determinações legais previamente estipuladas, dentro do prazo, superando o passivo social;

b) $\text{Ativo Social} < \text{Passivo Social} = \textit{Déficit Social}$

Representa que a empresa apresentou um comportamento que não chega a assumir um caráter socialmente responsável. Demonstra que a empresa agiu, na sua maioria, em função de determinações legais, de ações impostas, portanto, reparando mais do que prevenindo, cumprindo suas obrigações sociais previstas fora do prazo, investindo pouco em prol dos empregados, sociedade e meio ambiente;

c) $\text{Ativo Social} = \text{Passivo Social} = \textit{Equilíbrio Social}$

Representa que na apuração da diferença entre as ações espontâneas e obrigatórias, ambas tiveram o mesmo resultado matemático, portanto, demonstrando que houve um equilíbrio no comportamento social da empresa no período.

A proposta, apresentada por este trabalho, visa contemplar as principais contas, conforme figura 19, que possam representar todos os indicadores sociais promovidos, podendo, de acordo com a atividade de cada empresa, ser alterado ou adequado, excluindo contas, acrescentando, ou alterando a nomenclatura de forma a tornar mais fácil a interpretação e análise dos dados, assim como a apuração do resultado social.

Composto pelas contas que qualificam e quantificam os indicadores sociais realizados pela empresa, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, tem como principal objetivo, estruturar de forma lógica o Ativo Social e o Passivo Social, possibilitando, uma fácil visualização do resultado social apurado no período.

ATIVO SOCIAL		PASSIVO SOCIAL	
ATIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO		PASSIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO	
<i>Indicadores Sociais Internos</i>		<i>Indicadores Sociais Internos</i>	
Gratificações Salariais		Multas/Juros/Encargos:	
Previdência Privada		- Encargos Sociais	
Seguro de Vida		- Previdência Privada	
Saúde		- Impostos Federais	
Moradia e Habitação		- Impostos Estaduais	
Segurança e Higiene		- Impostos Municipais	
Alimentação		Saúde	
Transporte		Moradia e Habitação	
Educação e Treinamento		Segurança e Higiene	
Esporte e Lazer		Alimentação	
Creches ou Auxílios a Creches		Transporte	
Participação nos Resultados		Indenizações	
Distribuição de Dividendos			
		<i>Indicadores Sociais Externos</i>	
<i>Indicadores Ambientais</i>		Obrigações com a Sociedade:	
Prevenção Ambiental		- Educação	
Manutenção Área de Preservação		- Cultura	
Pesquisa Ambiental		- Saúde e Saneamento	
Programa de Educação Ambiental		- Habitação	
Desenvolvimento de Produtos Ecologicamente Corretos		- Esporte e Lazer	
		- Creches	
Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso		- Alimentação	
		- Pesquisa	
Formação e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental		- Indenizações	
		<i>Indicadores Ambientais</i>	
ATIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO		Multas Ambientais	
Moradia e Habitação		Gastos com Prevenção	
Educação e Treinamento		Programa de Educação Ambiental	
Prevenção Ambiental		Gastos com Acidentes Ambientais	
Pesquisa Ambiental		Recuperação de Área Degradada	

Continuação.

Programa de Educação Ambiental		Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso	
Desenvolvimento de Produtos Ecologicamente Corretos		Formação e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental	
Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso		Manutenção de Área de Preservação	
Formação e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental			
ATIVO SOCIAL PERMANENTE		PASSIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO	
<i>Imobilizado</i>		<i>Indicadores Ambientais de Longo Prazo</i>	
Equipamentos Tratamento de Água		Multas Ambientais	
Área de Preservação Ambiental		Gastos com Prevenção	
Reflorestamento		Programa de Educação Ambiental	
Área de Tratamento de Água		Recuperação de Área Degradada	
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo		Ações de Reaproveitamento e Racionalização do Uso	
Equipamentos para Eliminação de Toxicidade dos Resíduos de Produtos Acabados		Formação e Treinamento de Equipes para Controle Ambiental	
Dispositivos de Segurança		Manutenção de Área de Preservação	
Instalação de Anti-Contaminantes (Filtros/Chaminés)			
		RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
		Superávit Social	
		Déficit Social	
TOTAL DO ATIVO SOCIAL		TOTAL DO PASSIVO SOCIAL	

Figura 19 – Formulário modelo do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.

4.1.4 Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido – DMRSL

Este demonstrativo, a ser elaborado a partir do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, tem como função informar as mutações do resultado social líquido, ocorridas de um período para outro.

Trata-se de uma forma resumida de apresentar o resultado social, a partir do resultado social líquido, apurado no demonstrativo de indicadores sociais espontâneos e obrigatórios, a cada novo período, aumentando ou diminuindo seu resultado a partir da *performance* social da empresa.

O resultado do período será apurado a partir do saldo do exercício anterior adicionando, caso a empresa tenha obtido *superávit* social, ou diminuindo caso a empresa tenha apurado *déficit* social.

Este demonstrativo, conforme figura 20, tem caráter acumulativo, positivo ou negativo, por considerar que uma empresa no ano $x + 2$, por exemplo, possa apresentar déficit social, porém nos anos x e $x + 1$, tenha feito investimentos sociais, como por exemplo, a designação permanente de área de preservação ambiental, auxílio a projetos educacionais, auxílio a entidades sociais através de campanhas específicas, entre outras, tendo representado um montante financeiro significativo, não podendo ser ignorado ou esquecido.

Desta forma, é possível que uma empresa possa realizar em um ano, investimentos sociais que faria em cinco anos, com isso evitando que a mesma o faça de forma fragmentada, ano a ano, para obter *superávit* a cada novo período, privando os interessados ao acesso imediato à ação social.

DMRSL - DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
	Valores em R\$
Saldo Social em 31 de dezembro de XX	0.00
Superávit Social	0.00
Déficit Social	0.00
Saldo Social em 31 de dezembro de XX+1	0.00

Figura 20 – Formulário modelo do DMRSL - Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido.

4.2 Estágios de Implementação do Balanço Social

Para que a proposta do Balanço Social apresentada neste trabalho atenda o objetivo de facilitar a interpretação dos dados apresentados pela empresa, é importante que siga alguns estágios de implementação com vistas a não torná-lo dispendioso, inadequado ou com custo que possa inviabilizar sua aplicação.

Considerando que este trabalho busca facilitar a interpretação e análise do Balanço Social, assim como sua confecção e divulgação, retratando de forma mais clara possível a Responsabilidade Social promovida pela empresa, sua implementação, prevê estágios conhecidos das empresas que publicam o referido demonstrativo, portanto não agregando custo ou acúmulo de tarefas. Às demais empresas, que ainda não fazem uso deste demonstrativo, o que se propõem é a utilização do pessoal existente, de forma que sua implementação ocupe a menor proporção de tempo e custo possível, caso siga os estágios conforme a sugestão.

A sistemática de implementação prevê cinco estágios, demonstrados na figura 21, sendo:

- (estágio 1) - Identificação da equipe de implementação;
- (estágio 2) - Identificação e classificação dos indicadores sociais ocorridos na empresa;
- (estágio 3) - Adequação dos demonstrativos sociais;
- (estágio 4) - Confeção do Balanço Social; e
- (estágio 5) – Divulgação.

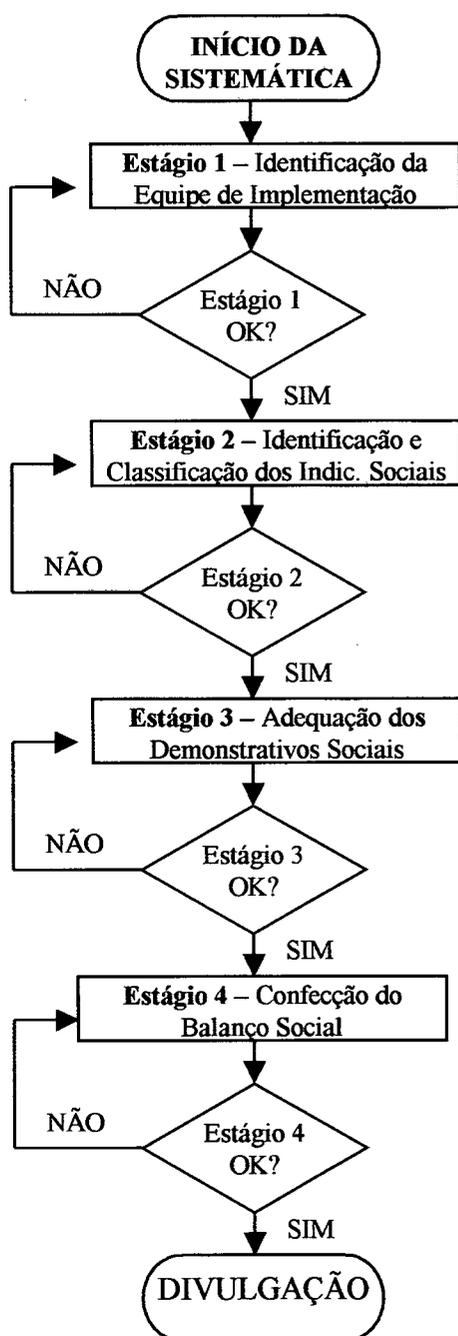


Figura 21 – Estágios de implementação do Balanço Social.

A seguir passa-se a descrever mais detalhadamente cada estágio do modelo proposto.

4.2.1 Estágio 1 - Identificação da equipe de implementação

Dentre os diversos departamentos existentes em uma empresa, o departamento que apresenta as características principais para atender a necessidade de informações para elaboração do Balanço Social é o departamento contábil, pois neste estão centralizadas todas as informações relativas a movimentação financeira da empresa.

Desta forma, ao identificar a equipe de implementação do Balanço Social (BS), é importante que o responsável pela contabilidade da empresa, também seja o responsável pela elaboração do BS, principalmente em se tratando da proposta deste trabalho, que utiliza como parâmetro de estruturação o Balanço Patrimonial.

Identificado o responsável para coordenar a implementação, a ele compete atribuir a função de classificação e registro dos indicadores sociais, no momento da escrituração contábil, o que pode ser realizado durante o período em que forem ocorrendo os indicadores. Ao lado do responsável pela contabilidade, pode estar o responsável pela assessoria de comunicação da empresa, ou alguém que ocupe cargo similar, o qual deverá identificar e relatar os projetos sociais desenvolvidos, assim como, proceder à divulgação do BS devidamente elaborado.

4.2.2 Estágio 2 - Identificação e classificação dos indicadores sociais ocorridos na empresa

Após a identificação da equipe, torna-se necessário a identificação dos indicadores promovidos pela atividade da empresa. No momento da escrituração contábil, estes indicadores devem ser classificados de acordo com a obrigatoriedade instituída previamente, ou seja, o cumprimento pela empresa que reflete o atendimento a lei, tendo sua obrigatoriedade prevista por fato gerador de sua atividade, como por exemplo, pagamento de salários, de encargos, de impostos, e outros, devendo estes ser classificados para compor o Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente, conforme modelo apresentado na figura 17.

Posteriormente, para compor o Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, conforme modelo apresentado na figura 19, procede-se a classificação dos indicadores sociais a serem apresentados no Ativo Social, os quais foram promovidos

espontaneamente pela empresa, ou seja, que em nenhum momento foi exigido por alguma força de lei ou convenção coletiva sua realização e seja identificado como social, por exemplo: auxílio a entidades sociais, auxílio à educação, entre outras.

Da mesma forma, para compor o grupo do Passivo Social do mesmo demonstrativo, deve-se proceder a identificação dos valores obrigatórios, exigidos da empresa, resultantes de ato infracionário, ato lesivo aos funcionários, comunidade, governo, sociedade e ao meio ambiente, como por exemplo: multas e juros sobre impostos e encargos sociais, multa por degradação ambiental e os custos de sua recuperação, indenizações à funcionários e governo.

Feitas as classificações de indicadores monetários, deve-se proceder à coleta de informações relativas ao corpo funcional e aos projetos sociais desenvolvidos ou em desenvolvimento pela empresa, que serão apresentados no Demonstrativo de Informações Não-Monetários, de acordo com o modelo apresentado na figura 18, com a finalidade de relatar como e quais as ações sociais promovidas pela empresa.

Para finalizar, a partir do resultado social da empresa, apurado no Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, figura 19, no subgrupo resultado social líquido, deve-se transferir os valores ali encontrados, podendo ser *superávit* ou *déficit* social, para o Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido, conforme modelo apresentado na figura 20.

4.2.3 Estágio 3 – Adequação dos demonstrativos sociais

Por se tratar de uma proposta de implementação do Balanço Social, esta não está determinando a atividade desenvolvida pela empresa à qual se propõe exclusiva aplicação. Desta forma, a composição dos demonstrativos não deve ser obrigatoriamente aplicada em sua íntegra, o que se espera é que, após identificados os indicadores sociais e classificados, neste estágio deve ocorrer a adequação dos demonstrativos, ou seja, de acordo com a atividade da empresa, várias contas sugeridas não serão necessárias, e outras poderão ser acrescentadas, tornando-os adequados para uma fácil interpretação e análise.

4.2.3 Estágio 4 - Confeção do Balanço Social

A confeção do Balanço Social consiste no ato de transcrever os indicadores e informações sociais identificadas, para a estrutura devidamente adequada, identificando a

melhor apresentação destas informações, podendo ser através de caderno, cartilha, *folder*, ou outro sistema que possa ser manuseado com facilidade pelos interessados.

4.2.4 Estágio 5 – Divulgação

A divulgação consiste no simples fato de identificar os melhores meios de fazer chegar aos usuários e interessados as informações demonstradas no Balanço Social.

Deve-se definir a área a ser abrangida e o público alvo, considerando o tamanho da empresa e sua influência no âmbito comercial. É possível e interessante também, avaliar a possibilidade de disponibilizá-lo via *internet*, sendo que para esta divulgação deve-se intencionar um fácil acesso, através de sistemas ágeis, assim como viabilizar a disponibilização para *downloads*, pois a elaboração deste demonstrativo deve prever uma eficiente difusão de seus resultados.

4.3 Considerações

Baseado no significado de Responsabilidade Social e apoiado nos Balanços Sociais, comumente apresentados, observa-se a necessidade de uma reestruturação nos demonstrativos que hoje existem de forma a torná-los mais elucidativos, através de uma nomenclatura de fácil interpretação e com uma disposição de contas que possa facilitar a apuração do resultado social.

É importante reforçar que os BSs atualmente apresentados não deixam de atingir os objetivos para os quais foram confeccionados, porém, propõem um direcionamento que sugere a disponibilização de informações que atendam, principalmente, aos interesses da empresa.

A proposta que este trabalho busca desenvolver tem como embasamento a necessidade da ampliação das informações fornecidas e da elaboração de demonstrativos que facilitem a interpretação e análise dos indicadores, por parte do usuário ou interessado, demonstrando com mais clareza o comportamento social promovido pelas empresas.

Estruturado a partir de quatro demonstrativos, cada qual com uma finalidade em específico, busca deixar evidente que todos os indicadores sociais produzidos pela empresa serão apresentados, porém, classificados em seu demonstrativo de acordo com sua função.

Em se tratando de ações previamente instituídas pela legislação ou por convenção, fica caracterizado pela proposta que estas também têm conotação social, porém não como muitas

publicações o desejam. Por considerar que era de conhecimento da empresa no ato de sua constituição ou foi determinado durante seu funcionamento, derivados de sua atividade, o cumprimento é caracterizado por ato legal, portanto, embora o agente ativo da obrigação venha a revertê-lo em prol do bem estar social, considera-se ser esta uma ação indireta de Responsabilidade Social.

Desta forma, para estes recolhimentos, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente busca apresentar aos usuários e interessados uma visão do comportamento da empresa frente ao seu papel de agente passivo da obrigação, o qual tem conotação social pela destinação a ser dada pelo agente ativo, normalmente o poder público.

Da mesma forma, ao se propor o Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias, sendo mais um componente do Balanço Social, objetiva-se oportunizar uma forma para que a empresa possa repassar informações do corpo funcional e principalmente tenha um espaço para relatar seus projetos sociais, em forma de texto.

Tornando-se o diferencial do trabalho, o Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios visa demonstrar, através de uma estrutura indutiva, o real comportamento social da empresa, pois estarão relacionadas neste demonstrativo somente as ações sociais espontâneas, promovidas pela empresa e as obrigatórias, exigidas da empresa, resultando da diferença destas, o *déficit* ou *superávit* social.

Na busca de demonstrar a evolução do comportamento social da empresa, a cada ano, de forma acumulativa, sugere-se o DMRSL, demonstrativo no qual será apresentado, ao final do período, o saldo acumulado em relação ao período anterior, podendo ser superior ou inferior.

A aplicação prática, que será demonstrada no próximo capítulo, busca apurar o resultado em relação aos objetivos do trabalho, assim como servir de análise e adequação da proposta de implementação, com vistas a viabilizar a utilização de um conjunto de demonstrativos, que compõem o Balanço Social, e tem a finalidade de apresentar o comportamento social da empresa.

CAPÍTULO 5 – APLICAÇÃO DA PROPOSTA DO BALANÇO SOCIAL

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a aplicação da proposta, levando em conta o estágio que a empresa escolhida se encontra, lembrando que, como se trata de um tema que a cada dia ganha maior destaque, algumas empresas possuem estudos e publicações do BS, seguindo modelos próprios ou sugeridos por entidades não governamentais, por exemplo.

Desta forma, deve-se ressaltar a importância da aplicação da sistemática sugerida, principalmente para as empresas que ainda não possuem nenhum estudo sobre o tema, visto que a proposta de implementação contempla os estágios essenciais, porém, torna-se facilitada a sua aplicação, caso a empresa já possua sistema de informações que classifique os dados de cunho social.

5.1 A Empresa Pesquisada

A empresa escolhida para aplicação da proposta é líder no setor de industrialização de alimentos, possui várias unidades de produção no território brasileiro e tem um sistema de informações contábeis bastante avançado inclusive disponibilizando informações de iniciativas sociais, facilitando a obtenção dos dados.

Para facilitar e evitar transtornos organizacionais para a empresa, a coleta de dados refere-se a valores ocorridos em uma unidade, da empresa, situada no estado do Paraná, que por solicitação do responsável pelo departamento de controladoria, optou-se por não mencionar o nome.

Embora boa parte das informações sociais estejam disponíveis, a implementação da proposta na empresa é importante para este estudo, pois contempla um significativo número de contas, derivadas de ações sociais, enriquecendo a análise do resultado final, no qual pretende-se visualizar a apuração do *Superávit* ou *Déficit* social da empresa.

5.1.1 A visão da situação atual

Atualmente, a empresa possui um sistema de informações que prevê a classificação das principais contas que demonstrem investimentos sociais e faz a divulgação destas informações através do Balanço Social com estrutura semelhante ao modelo sugerido pelo IBASE (2002). A exemplo das outras empresas, as principais contas que representam os passivos sociais,

também são classificadas, inclusive sendo esta classificação necessária, não objetivamente com essa nomenclatura, para a apuração do resultado econômico ao final do período.

Os dados são originários do ano anterior, pois compõem as informações de um exercício social, o qual coincide normalmente entre os dias 01 de janeiro a 31 de dezembro, neste caso de 2001, sendo que os dados ocorridos neste período são utilizados para confecção dos demonstrativos legalmente exigidos da empresa.

Desta forma, na implementação da proposta, torna-se necessário a identificação de algumas informações, de forma a se enquadrarem na estrutura do BS deste trabalho, devendo ser desmembradas ou classificadas com vistas a tornar mais clara sua designação e atender ao propósito do Balanço Social.

5.2 Implementação da Proposta

Para implementação da proposta foram aplicados os estágios previstos no Capítulo 4, adequando-os à realidade da empresa que, por divulgar indicadores de ordem social, apresenta alguns estágios bem desenvolvidos.

5.2.1 Estágio 1 - Identificação da equipe de implementação

Considerando que a empresa possui um sistema de informações bastante evoluído, a identificação da equipe de implementação, sugerida neste estágio, foi facilitada, pois o departamento de controladoria tem a frente da equipe o Contador responsável pela análise e escrituração das informações financeiras.

5.2.2 Estágio 2 - Identificação e classificação dos indicadores sociais ocorridos na empresa

A identificação e classificação dos indicadores sociais, passou a ser realizada a partir dos demonstrativos financeiros - Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – e do Balanço Social, no qual constam boa parte das informações, porém estruturadas nos modelos de BSs, usados pela maioria das empresas que divulgam as ações sociais.

Embora a proposta preveja o acompanhamento durante o exercício social, realizando a classificação dos indicadores sociais no ato da escrituração contábil, sua realização também

pode ocorrer após findo o ano, porém, conforme ocorreu nesta aplicação, torna-se necessário desmembrar valores que são apresentados, nos relatórios financeiros, de forma agrupada.

A identificação e classificação foi realizada seguindo o critério previsto para este estágio, objetivando compor os demonstrativos que estruturam o Balanço Social.

Inicialmente foram classificados os indicadores de acordo com a obrigatoriedade instituída previamente, ou seja, o gasto realizado pela empresa que reflete o atendimento a lei, pois sua obrigatoriedade estava prevista e tinha como fato gerador sua atividade. Estes indicadores estão representados no Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.

Indicadores Sociais Internos	(em mil R\$)
Alimentação	883
Segurança e Higiene	7
Treinamento	108
Distribuição de Dividendos	9.725
Total	10.723
Indicadores Sociais de Administração Pública	(em mil R\$)
Encargos Sociais	13.124
Impostos Federais	11.405
Impostos Estaduais	34.510
Impostos Municipais	1.380
Total	60.419
Indicadores - Exigência Legal	(em mil R\$)
Equipamentos de Tratamento de Água	35
Manutenção de Área de Tratamento	13
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo	3
Reflorestamento	46
Total	97

Figura 22 – Identificação e classificação dos Indicadores Sociais Instituídos Previamente.

Posteriormente, foram identificados os indicadores sociais promovidos de forma voluntária pela empresa, ou seja, ações realizadas espontaneamente, que não tiveram exigência legal. Estes indicadores estão representados no Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, no Ativo Social. Neste mesmo demonstrativo estão relacionados no Passivo Social, os indicadores obrigatórios ocorridos por ato infracionário, ato lesivo aos funcionários, comunidade, governo, sociedade e ao meio ambiente.

Embora, nesta identificação e classificação não constem nenhum valor referente a área de preservação, reflorestamento, ou outro que demonstre este tipo de indicador, a empresa

possui várias áreas reservadas para este fim, porém foram investimentos realizados anteriormente ao ano de 2001, fonte dos dados.

A empresa busca promover ações sociais que surtam efeitos a curto prazo, desta forma o único valor observado a longo prazo representa um investimento em pesquisa ambiental com vistas a obter um melhor aproveitamento da energia através da utilização de biosistema integrado.

Indicadores Sociais Espontâneos (em mil R\$)		Indicadores Sociais Obrigatórios (em mil R\$)	
Previdência Privada	173	Multas/Juros/Encargos:	
Saúde	1.503	Encargos Sociais	147
Educação	173	Impostos Federais	353
Esporte e Lazer	32	Impostos Estaduais	966
Creches ou Auxílios a Creches	8	Impostos Municipais	22
Participação nos Resultados	1.250	Indenizações	12
Cultura	32		
Doações e Contribuições para Sociedade	258		
Indicadores Ambientais		Indicadores Ambientais	
Programa de Educação Ambiental	25	Gastos com Prevenção	35
<i>Indicadores de longo prazo</i>			
Pesquisa Ambiental	48		
Indicadores Permanentes			
Equipamentos Tratamento de Água	43		

Figura 23 – Identificação e classificação dos Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.

Paralelamente, e visando compor o Demonstrativo de Informações Não-Monetárias, procedeu-se a coleta de informações relativas ao corpo funcional e aos projetos sociais desenvolvidos ou em desenvolvimento pela empresa.

Informações do Corpo Funcional	Total
Número de empregados ao final do período	4.859
Número de admissões durante o período	243
Número de demissões durante o período	86
Número médio de empregados no período	4.780
Número de empregados terceirizados	631
Número de empregados acima de 45 anos	436
Número de mulheres que trabalham na empresa	2.040
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	1,42%
Número de negros que trabalham na empresa	1.328
% de cargos de chefia ocupados por negros	0,60%

Continuação.

Número de empregados portadores de deficiência	58
Número de acidentes de trabalho	27
Relação entre o maior e o menor salário na empresa	43
Descrição de Projetos Sociais	
<p>Relacionados aos empregados:</p> <p>Saúde e Segurança no Trabalho Implantado em 2001, a empresa desenvolve um programa de medicina ocupacional em suas fábricas. O projeto fundamenta-se no trabalho de equipes multidisciplinares formadas por médicos psicólogos e profissionais de Recursos Humanos que estudam as rotinas de diversas funções de produção para adequá-las aos princípios da ergonomia. A unidade mantém, desde 2000, um programa de ginástica laboral para reduzir a tensão decorrente da atividade profissional. Na área de segurança, desenvolveu e começou a implantar um programa de conscientização e prevenção de acidentes de trabalho. O número de acidentes com afastamento que vinha apresentando forte tendência de queda desde 1996, cresceu em 2001 em função das novas operações da Empresa.</p> <p>Previdência Privada Administrada por uma Fundação que atende toda a companhia, a entidade de previdência privada e assistência social patrocinada pela Empresa, completou 25 anos em 2001. No final do ano contabilizava 3.593 participantes ativos, na unidade. A Fundação oferece aposentadorias e suplementações de auxílio-doença aos participantes e pensões a seus dependentes.</p>	
<p>Relacionados ao meio ambiente:</p> <p>Adotando critérios de preservação ambiental, a Empresa investe continuamente na minimização de resíduos em seus processos, tratando-os conforme as mais avançadas tecnologias. A Empresa tem o firme compromisso de preservar rios e lagos próximos às suas instalações fabris, dedicando-se ao repovoamento de alevinos e da vegetação das margens. Com um programa de auto-suficiência em lenha, mantém reservas legais de mata, continuamente reflorestadas.</p> <p>Consumo de Energia A Unidade está desenvolvendo, em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), com a Fundação Banco do Brasil e com a prefeitura do município, um projeto-piloto para o aproveitamento econômico de dejetos de suínos. O material, processado em biodigestor, tem sua carga poluente reduzida em até 60% e reverte em um biogás que pode, entre outras aplicações, substituir o gás de cozinha no aquecimento de aviários.</p> <p>Metas Técnicas de Qualidade A empresa define metas técnicas de qualidade e cuidado ambiental a serem atingidas pelos produtores integrados de aves e suínos. Entre as exigências está, por exemplo, o isolamento de câmaras de compostagem para evitar a contaminação dos lençóis freáticos. Além disso, a Companhia estimula os produtores a aproveitar, como fertilizante, as camas de maravalhas utilizadas nos aviários.</p>	
<p>Relacionados à comunidade:</p> <p>Informática e Cidadania Em 2001, a Companhia começou a apoiar o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), uma ONG que combate a exclusão digital por meio do ensino de</p>	

Continuação.

informática para jovens e crianças de famílias de baixa renda. Os conteúdos pedagógicos abordam, por exemplo, a cidadania, a preservação do meio ambiente e a refutação da violência. Membros da equipe foram treinados pelo CDI e trabalharam como voluntários na capacitação de 48 jovens, até agora, que entrarão no mercado de trabalho em 2002.

Em agosto, o CDI foi reconhecido pela Unesco como experiência inovadora em educação e apontado pelo Fórum Econômico Mundial como uma das seis iniciativas altamente qualificadas para a inclusão digital em um mundo cada vez mais pautado pelo conhecimento tecnológico.

Esportes

A Empresa apóia a equipe de ginástica rítmica desportiva de Toledo (PR), que conquistou o segundo lugar no Campeonato Brasileiro Infantil em 2001, em parceria com a prefeitura do município.

Doações

Em 2001, a empresa doou alimentos para diversas creches, escolas, instituições sócio-educativas e assistenciais localizadas em regiões carentes. A maior parte das unidades industriais participa do programa de doações.

Figura 24 – Identificação e classificação das Informações Sociais Não-Monetárias.

Para finalizar, a partir do resultado social da empresa apurado no Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios, no subgrupo Resultado Social Líquido, procedeu-se a confecção do Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido.

5.2.3 Estágio 3 – Adequação do Demonstrativo Social

Com base na estrutura apresentada no Capítulo 4, figuras 17, 18 e 19, a qual sugere um elenco de contas bastante amplo, procedeu-se à adequação destas estruturas com vistas a torná-las objetivas, contando somente com as informações identificadas na empresa e desta forma, tendendo a facilitar a interpretação pelos usuários.

DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS INSTITUÍDOS PREVIAMENTE		
Base de Cálculo	2001	
Receita Operacional Líquida (ROL)		
Resultado Operacional (RO)		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		
Indicadores Sociais Internos	(em mil R\$)	% sobre FPB
Alimentação		
Segurança e Higiene		
Treinamento		
Distribuição de Dividendos		
Total		

Continuação.

Indicadores Sociais de Administração Pública	(em mil R\$)	% sobre ROL
Encargos Sociais		
Impostos Federais		
Impostos Estaduais		
Impostos Municipais		
Total		
Indicadores - Exigência Legal	(em mil R\$)	% sobre ROL
Equipamentos de Tratamento de Água		
Manutenção de Área de Tratamento		
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo		
Reflorestamento		
Total		

Figura 25 – Estrutura adequada do Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.

DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS NÃO-MONETÁRIAS	
Informações do Corpo Funcional	Total
Número de empregados ao final do período	
Número de admissões durante o período	
Número de demissões durante o período	
Número médio de empregados no período	
Número de empregados terceirizados	
Número de empregados acima de 45 anos	
Número de mulheres que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	
Número de negros que trabalham na empresa	
% de cargos de chefia ocupados por negros	
Número de empregados portadores de deficiência	
Número de acidentes de trabalho	
Relação entre o maior e o menor salário na empresa	
Descrição de Projetos Sociais	
Relacionados aos empregados:	
Relacionados ao meio ambiente:	
Relacionados à comunidade:	

Figura 26 – Estrutura adequada do Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias.

DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS ESPONTÂNEOS E OBRIGATORIOS (em mil R\$)	
ATIVO SOCIAL	PASSIVO SOCIAL
ATIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO	PASSIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO
<i>Indicadores Sociais Internos</i>	<i>Indicadores Sociais Internos</i>

Continuação.

Previdência Privada		Multas/Juros/Encargos:	
Saúde		Encargos Sociais	
Educação		Impostos Federais	
Esporte e Lazer		Impostos Estaduais	
Creches ou Auxílios a Creches		Impostos Municipais	
Participação nos Resultados		Indenizações	
Cultura			
Doações e Contribuições para Sociedade			
Indicadores Ambientais		Indicadores Sociais Externos	
Programa de Educação Ambiental		<i>Indicadores Ambientais</i>	
		Gastos com Prevenção	
ATIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO		PASSIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO	
Pesquisa Ambiental			
ATIVO SOCIAL PERMANENTE		RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
<i>Imobilizado</i>		<i>Resultado Social Líquido</i>	
Equipamentos Tratamento de Água		Superávit Social	
TOTAL DO ATIVO SOCIAL		TOTAL DO PASSIVO SOCIAL	

Figura 27 – Estrutura adequada do Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios.

5.2.4 Estágio 4 - Confecção do Balanço Social

Por se tratar de uma aplicação experimental, procedeu-se a confecção do BS sem a necessária preocupação com a diagramação e demais fatores técnicos de publicação.

Desta forma, a partir da identificação e classificação dos indicadores sociais e da adequação da estrutura dos demonstrativos, apresenta-se o Balanço Social.

Balanço Social

2001

Social Report

Empresa: _____

Endereço: _____

CNPJ: _____ **IE:** _____

DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS INSTITUIDOS PREVIAMENTE		
Base de Cálculo	2001 (em mil R\$)	
Receita Operacional Líquida (ROL)	454.353	
Resultado Operacional (RO)	32.110	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	48.972	
Indicadores Sociais Internos	(em mil R\$)	% sobre FPB
Alimentação	883	1,80
Segurança e Higiene	7	0,01
Treinamento	108	0,22
Distribuição de Dividendos	9.725	19,86
Total	10.723	21,89
Indicadores Sociais de Administração Pública	(em mil R\$)	% sobre ROL
Encargos Sociais	13.124	2,89
Impostos Federais	11.405	2,51
Impostos Estaduais	34.510	7,60
Impostos Municipais	1.380	0,30
Total	60.419	13,30
Indicadores - Exigência Legal	(em mil R\$)	% sobre ROL
Equipamentos de Tratamento de Água	35	0,007
Manutenção de Área de Tratamento	13	0,002
Laboratórios de Monitoramento da Água, Ar e Solo	3	0,001
Reflorestamento	46	0,010
Total	97	0,020

Figura 28 – Demonstrativo de Indicadores Sociais Instituídos Previamente.

DEMONSTRATIVO DE INFORMAÇÕES SOCIAIS NÃO-MONETÁRIAS	
Informações do Corpo Funcional	Total
Número de empregados ao final do período	4.859
Número de admissões durante o período	243
Número de demissões durante o período	86
Número médio de empregados no período	4.780
Número de empregados terceirizados	631
Número de empregados acima de 45 anos	436
Número de mulheres que trabalham na empresa	2.040
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	1,42%
Número de negros que trabalham na empresa	1.328
% de cargos de chefia ocupados por negros	0,60%
Número de empregados portadores de deficiência	58
Número de acidentes de trabalho	27
Relação entre o maior e o menor salário na empresa	43
Descrição de Projetos Sociais	
Relacionados aos empregados:	
Saúde e Segurança no Trabalho	
Implantado em 2001, a empresa desenvolve um programa de medicina ocupacional em suas fábricas.	

Continuação.

O projeto fundamenta-se no trabalho de equipes multidisciplinares, formadas por médicos psicólogos e profissionais de Recursos Humanos que estudam as rotinas de diversas funções de produção para adequá-las aos princípios da ergonomia. A unidade mantém, desde 2000, um programa de ginástica laboral para reduzir a tensão decorrente da atividade profissional.

Na área de segurança, desenvolveu e começou a implantar um programa de conscientização e prevenção de acidentes de trabalho. O número de acidentes com afastamento que vinha apresentando forte tendência de queda desde 1996, cresceu em 2001 em função das novas operações da Empresa.

Previdência Privada

Administrada por uma Fundação que atende toda a companhia, a entidade de previdência privada e assistência social patrocinada pela Empresa, completou 25 anos em 2001. No final do ano contabilizava 3.593 participantes ativos, na unidade.

A Fundação oferece aposentadorias e suplementações de auxílio-doença aos participantes e pensões a seus dependentes.

Relacionados ao meio ambiente:

Adotando critérios de preservação ambiental, a Empresa investe continuamente na minimização de resíduos em seus processos, tratando-os conforme as mais avançadas tecnologias.

A Empresa tem o firme compromisso de preservar rios e lagos próximos às suas instalações fabris, dedicando-se ao repovoamento de alevinos e da vegetação das margens.

Com um programa de auto-suficiência em lenha, mantém reservas legais de mata, continuamente reflorestadas.

Consumo de Energia

A Unidade está desenvolvendo, em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), com a Fundação Banco do Brasil e com a prefeitura do município, um projeto-piloto para o aproveitamento econômico de dejetos suínos. O material, processado em biodigestor, tem sua carga poluente reduzida em até 60% e reverte em um biogás que pode, entre outras aplicações, substituir o gás de cozinha no aquecimento de aviários.

Metas Técnicas de Qualidade

A empresa define metas técnicas de qualidade e cuidado ambiental a serem atingidas pelos produtores integrados de aves e suínos. Entre as exigências está, por exemplo, o isolamento de câmaras de compostagem para evitar a contaminação dos lençóis freáticos.

Além disso, a Companhia estimula os produtores a aproveitar, como fertilizante, as camas de maravalhas utilizadas nos aviários.

Relacionados à comunidade:

Informática e Cidadania

Em 2001, a Companhia começou a apoiar o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), uma ONG que combate a exclusão digital por meio do ensino de informática para jovens e crianças de famílias de baixa renda. Os conteúdos pedagógicos abordam, por exemplo, a cidadania, a preservação do meio ambiente e a refutação da violência. Membros da equipe foram treinados pelo CDI e trabalharam como voluntários na capacitação de 48 jovens, até agora, que entrarão no mercado de trabalho em 2002.

Em agosto, o CDI foi reconhecido pela Unesco como experiência inovadora em educação e apontado pelo Fórum Econômico Mundial como uma das seis iniciativas altamente qualificadas para a inclusão digital em um mundo cada vez mais pautado pelo conhecimento tecnológico.

Esportes

A Empresa apóia a equipe de ginástica rítmica desportiva do Município, que conquistou o segundo lugar no Campeonato Brasileiro Infantil em 2001, em parceria com a prefeitura municipal.

Doações

Em 2001, a empresa doou alimentos para diversas creches, escolas, instituições sócio-educativas e assistenciais localizadas em regiões carentes.

Figura 29 – Demonstrativo de Informações Sociais Não-Monetárias .

DEMONSTRATIVO DE INDICADORES SOCIAIS ESPONTANEOS E OBRIGATORIOS (em mil R\$)			
ATIVO SOCIAL		PASSIVO SOCIAL	
ATIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO		PASSIVO SOCIAL DE CURTO PRAZO	
<i>Indicadores Sociais Internos</i>		<i>Indicadores Sociais Internos</i>	
Previdência Privada	173	Multas/Juros/Encargos:	
Saúde	1.503	Encargos Sociais	147
Educação	173	Impostos Federais	353
Esporte e Lazer	32	Impostos Estaduais	966
Creches ou Auxílios a Creches	8	Impostos Municipais	22
Participação nos Resultados	1.250	Indenizações	12
Cultura	32		
Doações e Contribuições para Sociedade	258		
<i>Indicadores Ambientais</i>		<i>Obrigações Sociais Externas</i>	
Programa de Educação Ambiental	25	Obrigações Ambientais	
		Gastos com Prevenção	35
ATIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO		PASSIVO SOCIAL DE LONGO PRAZO	
Pesquisa Ambiental	48	Indicadores Ambientais	
ATIVO SOCIAL PERMANENTE		RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
<i>Imobilizado</i>		<i>Resultado Social Líquido</i>	
Equipamentos Tratamento de Água	43	Superávit Social	2.010
		Déficit Social	
TOTAL DO ATIVO SOCIAL	3.545	TOTAL DO PASSIVO SOCIAL	3.545

Figura 30 – Demonstrativo de Indicadores Sociais Espontâneos e Obrigatórios

DMRSL - DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO RESULTADO SOCIAL LÍQUIDO	
	Valores em mil R\$
Saldo Social em 31 de dezembro de 2000	0.00
Superávit Social	2.010
Déficit Social	0.00
Saldo Social em 31 de dezembro de 2001	2.010

Figura 31 – DMRSL - Demonstrativo das Mutações do Resultado Social Líquido.

5.2.5 Estágio 5 – Divulgação

A divulgação resumiu-se à disponibilização ao departamento de controladoria e a partir do departamento ficou o comprometimento de encaminhar aos gestores da empresa para avaliação da possibilidade de ser utilizado como instrumento estratégico de gerenciamento.

5.3 Considerações

A implementação da proposta demonstrou a necessidade de alguns cuidados na obtenção dos dados, os quais podem ser facilitados caso haja uma pré-classificação das informações de cunho social quando da escrituração contábil, com isso, evitando a necessidade de recorrer ao arquivo, para compor os demonstrativos de forma mais elucidativa.

A elaboração do Balanço Social em uma empresa de grande porte tende a enriquecer os demonstrativos com o número de contas indicadoras de investimentos sociais, porém, a dificuldade pode apresentar-se na necessidade de desmembrar valores de contas agrupadas, pois exige o detalhamento destes, assim como seu destino para apresentá-los nos demonstrativos.

Observa-se que a seqüência da proposta de implementação foi favorecida em alguns estágios, pelo fato de que a empresa já possuía algumas definições de responsabilidade no levantamento e classificação dos dados, porém, é possível observar que mesmo que a empresa não tenha esta estrutura, não tende a comprometer o sistema organizacional, sua adequação.

De forma geral, observa-se que deve existir um bom conhecimento do estágio que a empresa se encontra em relação a sua postura social, facilitando a aplicação da proposta. Porém, caso não exista iniciativa nesse sentido, embora todos os estágios de implementação tenham grande importância, o estágio 2, que prevê a identificação e classificação dos dados é fundamental que seja bem desenvolvido.

Especificamente em relação a empresa, onde desenvolveu-se a aplicação da proposta, observa-se através dos resultados obtidos, que existem ações sociais que podem caracterizá-la como socialmente responsável, porém, os resultados seriam melhores se houvesse uma preocupação com o cumprimento das datas de pagamento dos encargos sociais e impostos.

De forma geral, o Balanço Social revelou a empresa bastante envolvida com os empregados, com a comunidade, pois os projetos desenvolvidos objetivam ter duração por

vários anos e com o meio ambiente, através do desenvolvimento, por exemplo, de ações que visam diminuir o consumo de energia.

Na elaboração dos demonstrativos os valores registrados com base na escala “em mil R\$” é opcional, podendo ser de forma integral, caso os valores não representem expressões de grande monta.

Como forma conclusiva é possível identificar que a empresa deve estar bastante consciente das demonstrações geradas (de certa forma expõe a instituição), pois pode, inclusive, apresentar *déficit* social, o que demonstraria que a organização não estaria cumprindo com seu papel social perante a sociedade, podendo, até mesmo, sofrer represálias de consumidores e órgãos fiscalizadores, principalmente.

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÕES

No presente estudo observou-se, principalmente, que a apresentação de indicadores sociais ocorridos em uma empresa requer um profundo conhecimento do real sentido de Responsabilidade Social.

Baseado nas informações obtidas sobre a Responsabilidade Social nas organizações, analisando o desenvolvimento das relações comerciais nos últimos anos e sua influência sobre o tema, foi possível compreender a evolução histórica e conceitual que o assunto vem apresentando ao longo dos tempos, e a importância que ganha no meio empresarial a cada dia.

A relação existente entre a importância crescente e a real representação de ações sociais, tem sido uma das principais dificuldades das empresas e principalmente dos usuários, visto que se observa uma maior conscientização sobre a questão, porém faltam formas de identificar e mensurar os investimentos sociais.

O surgimento da Contabilidade Social, do *Marketing Social*, de estudos que sugerem a integração de demonstrativos que venham a englobar os indicadores sociais e a tramitação de leis que objetivam identificar e premiar as empresas que atuem socialmente, são algumas das ações decorrentes da evolução do tema.

Apesar desta evolução, e derivado dela, existem autores que divergem nas opiniões, deflagrando questionamentos sobre o equilíbrio e a maior relevância entre os fatores econômicos em relação aos sociais.

6.1 Conclusões

De acordo com os objetivos específicos previstos neste trabalho, a partir de estudos sobre Responsabilidade Social e apoiado nas várias publicações de Balanços Sociais analisadas, foi possível desenvolver uma visão mais crítica do verdadeiro sentido de empresa socialmente responsável, e desta forma concluir que a elaboração de um Balanço Social deve conduzir o usuário à uma fácil interpretação e análise dos dados demonstrados, através de uma nomenclatura que represente a ação social promovida e uma estrutura lógica, de forma a demonstrar a real equivalência entre as ações espontâneas e as obrigatórias.

A proposta sugerida para um Balanço Social que possibilitasse uma fácil interpretação das ações sociais, diferenciando os gastos previamente instituídos dos espontâneos e

obrigatórios, foi um passo na busca de sistematizar as informações sobre o tema, visualizando a possibilidade de auxiliar em novos estudos, ampliando a visão dos empresários e usuários na forma de identificar e analisar as informações de cunho social.

As etapas sugeridas na implementação da proposta do Balanço Social, apoiaram-se na perspectiva de que as informações oriundas de indicadores sociais estão facilmente disponibilizadas no departamento de controladoria ou departamento contábil, de acordo com a empresa, e o que realmente assume relevante importância é o sistema de classificação destes indicadores a partir da identificação de ações instituídas previamente, espontâneas e obrigatórias, com isso viabilizando a confecção do Balanço Social sem sobrecarregar o setor ou incorrer em significativa ampliação dos gastos.

Um ponto fraco da proposta pode estar identificado no ato da classificação dos Passivos Sociais, por ser demonstração de indicadores que expõem a empresa em relação às ações não cumpridas e que podem caracterizá-la como entidade não responsável socialmente, estes indicadores podem determinar a publicação ou não do Balanço Social, visto que este não é exigido por lei.

Especificamente em relação a aplicação da proposta desenvolvida por este estudo, observou-se que as informações foram fornecidas pelo departamento de controladoria de forma sistematizada, calculada, não possibilitando o acesso direto aos valores escriturados, principalmente pelo fato de que estes valores foram originários de uma unidade da empresa, portanto caracterizando somente um percentual da organização.

Porém, se levar em conta as publicações até aqui divulgadas, a proposta elaborada neste trabalho apresenta uma significativa evolução em relação a demonstração de ações sociais, promovidas pelas empresas. Considerando que nos modelos de BSs existentes, como o sugerido pelo IBASE, as informações são superficiais e da mesma forma seletivas, pois expõem somente fatores positivos, nesta proposta o que se buscou foi identificar e apresentar, em demonstrativo específico, com maior clareza, os indicadores espontâneos, classificados no Ativo Social e os obrigatórios, classificados no Passivo Social, resultando da diferença destes, o comportamento social da empresa, desta forma, tornando mais explícitas as ações sociais, através de um informativo mais abrangente e disponibilizando um maior número de informações aos usuários.

O objetivo de elaborar um demonstrativo de fácil interpretação e análise dos dados buscou-se alcançar utilizando-se estrutura semelhante a do Balanço Patrimonial, o qual é de

publicação obrigatória e que apresenta uma formatação especialmente elaborada e em uso pelas empresas a vários anos.

Finalmente, é possível concluir que a proposta de um Balanço Social que visa demonstrar o comportamento social das empresas apóia-se na idoneidade dos administradores, detentores das informações sociais ou não, quando da disponibilização destas, pois caso contrário, este se torna mais um demonstrativo com objetivo adverso, necessitando para sua viabilização, ato de imposição legal, não esquecendo que mesmo com essa conotação muitas vezes o Balanço Patrimonial, que é obrigatório por lei, não é fidedigno em suas informações.

6.2 Sugestões para trabalhos futuros

Recomenda-se para trabalhos futuros, o estudo criterioso dos indicadores sociais, sua influência no meio social, os reflexos econômicos resultantes dos investimentos promovidos por empresas socialmente responsáveis e a importância do investimento no dia-a-dia do beneficiário da ação.

Sugere-se também, uma análise de cunho financeiro sobre os benefícios diretos obtidos pelas empresas, a partir dos investimentos sociais promovidos para a comunidade na qual está inserida, como auxílio às escolas, fonte de formação da mão-de-obra, estímulo a atividades ocupacionais e a diminuição da agressividade e do vandalismo, benefícios, diminuição e isenção de impostos, através de ações sociais estimuladas pelo governo, entre outros.

Por fim, recomendam-se estudos sobre as oportunidades originárias das ações sociais, principalmente, referentes ao *marketing* social.

REFERÊNCIAS

- ANDREOLLA, Nadir. **Balanco Social da empresa. O empresário cristão.** Informativo da Associação dos Dirigentes Cristãos – ADCE. Porto Alegre, n.113, p.2-8, jul. 1997.
- ARAÚJO, Francisco José de. **Dimensões da responsabilidade social da empresa.** Revista Brasileira de Contabilidade. São Paulo, ano XXX, n.129, maio/junho 2001.
- BANCO DO BRASIL S. A. **Balanco Social 1998.** Disponível em <<http://www.bb.com.br/balancosocial>>. Acesso em: 15 março 2000.
- BATISTA, Halcima Melo. **Proposta de um modelo de Balanco Social a ser aplicado nas indústrias têxteis.** Pensar Contábil, Rio de Janeiro, nº 09, agosto/outubro, 2000.
- BELLO, Célia Vieira Vitali. **Uma proposta de gerenciamento empresarial voltado ao desenvolvimento sustentável: Condicionantes e Requisitos.** Tese de Doutorado. Florianópolis, PPGE/UFSC, 2001.
- BLAU, Peter Michael. SCOTT, W. Richard. **Organizações formais.** São Paulo: Atlas, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília – DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 6.404. **Dispõe sobre as sociedades por ações.** De 15 de dezembro de 1976.
- BRASIL. Projeto de Lei Nº 3.116. **Cria o balanço social para as empresas que menciona e dá outras providências.** De 14 de maio de 1997. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: 05 de setembro de 2001.
- BUCHHOLZ, Rogene. EVANS, William D., WAGLEY, Robert A. **Management response to public issues: concepts and cases in strategy formulation.** New Jersey: Prentice Hall, 1985. p.2-3.
- CAPPELLIN, Paola. FIULIANI, G. M. MOREL, R. L. e PESSANHA, E. **Organizações empresariais em face a responsabilidade social das empresas no Brasil.** Balanco Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.
- CARVALHO, J. Eduardo. **O balanço social da empresa: uma abordagem sistêmica.** Lisboa: Minerva, 1990.
- CARVALHO, Márcia Maria Andrade de. **Balanco Social: um novo olhar sobre o relatório contábil do futuro.** Congresso Brasileira de Contabilidade. 2000 Disponível em <<http://www.unioeste.br/graduacao/contabeis/CBC/docs/tema1.htm>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2000
- 7DANZIGER, Raymong. **Le Bilan Social, outil d'information et de gestion.** 1. ed. Bords, Paris. 1983.
- DAVIS, Keith. **Five propositions for Social Responsibility.** Business Horizons, 18(3): 19-24, June 1975.
- DONAIRE, Denis. **Gestão Ambiental na Empresa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- FEBRABAN - Federação Brasileira das Associações de Bancos. **Balanco Social 2000.** Disponível em: <<http://www.febraban.com.br/balanco4.asp>> Acesso em: 05 fevereiro 2002.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 11ª Edição, 1974.
- FRANCO, Hilário. **Fragmentos da Teoria Contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, nº 105, p. 53-75, jun. 1997.
- FREIRE, Fátima de Souza; REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. **Uma descrição sucinta do Balanço Social Francês, Português, Belga e Brasileiro**. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.
- FURTADO, Mário E. de O. **Dicionário Prático Brasileiro**. Aparecida São Paulo: Santuário, 2000.
- GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balanço social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- GONÇALVES, Ernesto Lima. **Responsabilidade social da empresa**. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 (4). Out/dez. 1984.
- GUIMARÃES, Heloisa Werneck Mendes. **Responsabilidade social da empresa: uma visão histórica de sua problemática**. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 (4). Out/dez. 1984.
- IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Legislação relacionado com o Balanço Social e a Responsabilidade Social das empresas**. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/>>. Acessado em: 07 fevereiro 2002.
- INSTITUTO Ethos. **Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial**. Versão 2001.
- ITAÚ, Banco Itaú. **Balanço Social 2000**. Disponível em: <<http://ww13.itau.com.br/itauri/port/>>. Acesso em: 05 fevereiro 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para não contadores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- KROETZ, César Eduardo Stevens, **Balanço Social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.
- KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço Social: uma proposta de normatização**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano 30, n. 129 – maio/junho 2001.
- KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Contabilidade Social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 28, n.120, nov./dez. 1999.
- LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado: Do cálculo da Riqueza Criada pela Empresa ao Valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MARIANO, Rosimar Pereira. **Elementos Principais dos Diferentes Modelos Propostos de Balanço Social**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, nº 09, agosto/outubro, 2000.
- MASSUCATTI, Valdir. **Responsabilidade Social**. Jornal do CFC. Ano 4, nº 40, Brasília – DF, p.08. Agosto de 2001.

- MENDES, José Maria Martins. **Balço Social: uma idéia milenar**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 26, n.106, p. 4-5, jul/ago. 1997.
- NUNES, Antonio Carlos. **Balço Social: Responsabilidade Social e Ambiental**. Pensar Contábil – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro. Ano III. Nº 09 – Rio de Janeiro, p.70-77. Agosto/Outubro 2000.
- OLIVEIRA, José Arimatés de. **Responsabilidade social em pequenas e médias empresas**. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 (4). Out/dez. 1984.
- PEREIRA, Wladimir **Manual de Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 1981.
- PETROBRAS, Distribuidora S.A. **Balço Social Anual 2000**. Disponível em: <<http://www2.petrobras.com.br/internas/acompanhia>> . Acessado em 05 fevereiro 2002.
- RBS. **Balço Social**. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/balancosocial/> Acesso em: 26 fevereiro 2002.
- RIBEIRO, Maisa de Souza e LISBOA, Lázaro Plácido. **Balço Social**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXVIII, n.115 artigo, jan/fev. 1999.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 3.ed. São Paulo: Saraiva 1999.
- ROCKEFELLER, O. Business and Society Review – Inovation 7, P. 32. 1975.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 29, n. 122, mar./abr. 2000.
- SÁ, Antônio Lopes de. **Prosperidade e o esforço científico do neopatrimonialismo contábil para uma nova sociedade**. Disponível em <<http://www.lopesdesa.com.br>> Acesso em 15 de setembro de 2000.
- SADIA. **Relatório Social/Social Report 2000**. Disponível em <<http://www.sadia.com.br>> Acesso em 22 abril 2001.
- SANTOS, Antonio Alves dos, OLIVEIRA, Celso Luiz Souza de, FERREIRA, Carlos José Wanderley e QUEIROZ, Luziana Maria Nunes de. **Contabilidade Social: ferramenta estratégica do marketing**. Congresso Brasileira de Contabilidade. 2000
- SANTOS, Odilanei Moraes dos, SILVA, Paula Danyelle Almeida da. **Responsabilidade Social das Empresas: Um enfoque ao balanço social**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº 118, p.74, julho/agosto, 1999.
- SOUZA, Herbert de. **Balço Social: voluntário ou obrigatório**. <http://www.ibase.org.br>, 1997.
- SPINELLI, Enory Luiz. **Balço Social e Responsabilidade Técnica**. Revista Brasileira de Contabilidade ano XXX nº 127, São Paulo, p.83-90, Fevereiro 2001.
- SUCUPIRA, João A. **Ética nas empresas e balanço social**. Balço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2001.
- SUPLICY, Marta. **O que é Balço Social?** Jornal Folha de São Paulo, São Paulo. P.8. 10 jun. 1997.

- TEIXEIRA, Nelson Gomes. **Balanço Social na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: Uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Contribuição ao estudo da contabilidade estratégica de recursos humanos**. Tese de Doutorado. Faculdade de Economia e Administração. São Paulo: USP, 1996.
- TOMEI, Patrícia A. **Responsabilidade social de empresas: análise qualitativa da opinião do empresariado nacional**. Revista de Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 24 (4). Out/dez. 1984.
- TORRES, Ciro. **Responsabilidade social das empresas (SER) e balanço social no Brasil**. . Balanço Social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- TORRES, Ciro. **Responsabilidade social e transparência**. Disponível em <<http://www.ibase.com.br>> Acesso em 24 fevereiro 2001.
- United Nations Conference On Trade And Development. **Environmental Accounting, Liabilities And Costs In Financial Statements**. Geneva. 11 a 13 fevereiro 1998..
- USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. **Balanço Social 2000**. Disponível em: <<http://www.usiminas.com.br/>>. Acesso em: 29 janeiro 2002.
- VOTORANTIN, Celulose e Papel. **Balanço Ambiental e Social**. Disponível em: <<http://www.vcp.com.br/rao/site/Rao/2000>> Acesso em: 06 fevereiro 2002.

ANEXOS

ANEXO 1

Exemplo de balanço social francês para estabelecimento industrial e agrícola.

I - Emprego

11	Número de empregados	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
111	Número de empregados em 31/12 (111)				
112	Número de empregados permanente (112)				
113	Número de empregados com contrato de trabalho indeterminado em 31/12				
114	Número médio de empregados no ano				
115	Divisão de empregados por sexo em 31/12				
116	Divisão de empregados por idade em 31/12				
117	Divisão de empregados por tempo de serviço em 31/12				
118	Divisão de empregados segundo a nacionalidade em 31/12 - franceses - estrangeiros				
119	Divisão de empregados segundo a qualificação				
12	Trabalhadores externos	Total			
121	Número médio mensal de trabalhadores temporários				
122	Duração média de contratos de trabalho temporário				
13	Contratações durante o ano corrente	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
131	Número de contratos - determinado - indeterminado				
132	Número de pessoas contratadas com menos de 25 anos				
14	Afastados	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
141	Total de afastados				
142	Número de demitidos				
143	Número de licenças por causas econômicas				
15	Desempregados	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
151	Número de desempregados em tempo parcial				
152	Número total de horas de desempregados parciais				
16	Faltas	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
161	Número de jornadas com faltas				
II – Remuneração e encargos sociais					
21	Total de remunerações	Total			
211	Total de salários pagos para homens e mulheres				
212	Remuneração média mensal (homens e mulheres)				
22	Hierarquias das remunerações				

Continuação.

221	Montante total das 10 remunerações mais elevadas				
222	Relação entre a média dos administradores e os empregados do setor produtivo				
23	Encargos acessórios				
231	Quantidade de pessoas (salários) à disposição de empresas externas: - contrato temporário; - outras empresas.				
24	Encargos salariais globais				
241	Taxas/Receita				
25	Participação financeira				
251	Montante global da reserva de participação				
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
252	Montante médio dos beneficiários				
253	Parte do capital destinado aos empregados				
III – Condições de higiene e segurança					
31	Acidentes de Trabalho	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
311	Número de acidentes de trabalho com parada				
312	Número de jornada de trabalho causado p/ acidentes				
313	Número de acidentes no caminho do trabalho que causou parada do trabalho				
32	Doenças do trabalho	Total			
321	Número de doenças causadas pelo trabalho declaradas				
33	Despesas com doenças	Total			
331	Despesas com doenças efetuadas na empresa				
IV – Outras condições de trabalho					
41	Duração do tempo de trabalho	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
411	Horário médio				
412	Número de empregados com tempo parcial - entre 20 e 30 horas - outras formas de tempo parcial				
42	Organização e conteúdo de trabalho	Equipe 1	Equipe 2	Equipe 3	Equipe 4
421	Efetivos que trabalham em equipe - equipes fixas; - equipes alternativas.				
422	Pessoas utilizadas para tarefas repetitivas				
43	Despesas com melhoras das condições de trabalho	Total			
431	Total das despesas				
V – Formação					
51	Formação profissional contínua				%
511	Porcentagem dos empregados com formação contínua				

Continuação.

512	Número de estagiários: - homens; - mulheres.				
513	Número de horas de estágio: - remunerados; - não remunerados.				
52	Bolsas	Total			
521	Número de assalariados beneficiados				
VI – Relações profissionais					
61	Representantes dos empregados	Total			
611	Composição do comitê central				
612	Número de reuniões do comitê				
613	Datas de reuniões				
62	Informações e comunicações				
621	Existem estruturas de concentrações				
VII – Outras condições de vida					
71	Trabalhos sociais (habitação, transporte, restaurações, lazer, férias, diversos)	Total			
711	Divisão das despesas				
712	Receita do comitê central da empresa				
72	Outros encargos sociais				
721	Custos para a empresa das despesas complementares (mortes, doenças etc.)				
722	Custos para a empresa das despesas complementares (aposentadoria)				

Fonte: Freire e Rebouças (2001, p.75-78)

Continuação.

1.1.1	Com contrato permanente H M T										
1.1.2	Com contrato a termo certo H M T										
1.1.3	Com contrato a termo incerto H M T										
1.1.4	Outros H M T										
1.2	Número médio de pessoas dte. o ano H M T										
1.3	Faixa etária do pessoal da empresa em 31 de dezembro: Até 15 anos 16-17 18-24 25-29 30-34 35-39 40-44 45-49 50-54 55-59 60-61 62-64 65 a mais							Homens	Mulheres	Total	
1.4	Soma das idades Nível etário médio = _____ Nº de pessoas ao serviço										

Continuação.

1.5	Nível de antiguidade do pessoal a serviço em 31 de dezembro: até 1 ano; mais de 1 até 2 anos; mais de 2 até 5 anos; mais de 5 até 10 anos; mais de 10 até 15 anos; mais de 15 anos.	Homens	Mulheres	Total
1.6	Trabalhadores estrangeiros	Homens	Mulheres	Total
1.6.1	de países da União europeia; de países africanos de língua oficial portuguesa; do Brasil; de outros países.	Homens	Mulheres	Total
1.7	Trabalhadores deficientes			
1.8	Estrutura de níveis de habilitação do pessoal ao serviço em 31 de dezembro: inferior ao 1º ciclo do ensino básico; 1º ciclo do ensino básico; 3º ciclo do ensino básico; ensino secundário; ensino superior de índole profissional; ensino superior politécnico; ensino superior universitário; outros.			

1.9	Contrato a termo (durante o ano)	Quadros Superiores	Quadros médios	Quadro Interno (enc. Contratistas e chef. Equip.)	Profis. altamente Qualificados e Qualificados	Profis. Semi-qualificados	Profis. não Qualificados	Partic./Aprend.	Total
1.10	Movimentos de saídas	Quadros Superiores	Quadros médios	Quadro Interno (enc. Contratistas e chef. Equip.)	Profis. altamente Qualificados e Qualificados	Profis. Semi-qualificados	Profis. não Qualificados	Partic./Aprend.	Total
1.11	Motivos das saídas do pessoal com contrato permanente								
1.12	Motivos das saídas do pessoal com contrato a termo								
1.13	Situações especiais de Saídas ou impedimentos prolongados								
1.14	Postos de trabalhos não ocupados por dificuldade de recrutamento.			Profissões			Nº de postos de trabalho		

Continuação.

1.15	Promoções	Quadros Superiores	Quadros médios	Quadro Interno (enc. Contratistas e chef. Equip.)	Profis. altamente Qualificado e Qualificado	Profis. Semi-qualificados	Profis. não Qualificados	Partic./Aprend.	Total
1.16	Reversões/Reclassificações								
1.17	Tempo de trabalho								
1.18	Ausência do trabalho			Número de ocorrências			Número de horas		
1.19	Horas não trabalhadas						Número de horas		

2	Custo com pessoal	Valor em contos	
		Órgãos sociais	Restante trac.
2.1	Salário direto		
2.1.1	Salário-base		
2.1.2	Subsídios e prémios regulares		
2.2	Subsídios e prémios irregulares		
2.3	Pagamento em gêneros		
2.4	Encargos legais: convencionais e facultativos e a cargo da entidade patronal		
2.5	Outros custos de carácter social		
2.6	Custos com a formação profissional		
2.7	Outros custos com pessoal		
2.8	Total		
2.8.1	Leque salarial Líquido = $\frac{\text{Maior vencimento base líquido}}{\text{Menor vencimento base líquido}}$		
2.8.2	Leque salarial interpretativo = $\frac{\text{Maior vencimento base líquido (depois de reter 0s 5\% + elevados)}}{\text{Menor vencimento base líquido (depois de reter os 5\% + baixos)}}$		
3	Higiene e segurança		
3.1	Acidentes de trabalho		
3.2	Doença profissionais	Código da Doença	N ° de casos

Continuação.

3.3	Atividade da medicina do trabalho	
3.4	Comissões de higiene e segurança	
3.5	Número de pessoas reclassificadas ou recolocadas em resultado de acidentes de trabalho	
3.6	Ações de formação e sensibilização em matéria de segurança	
3.7	Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	

4	Formação profissional					
	Duração das ações	Menos de 100 horas	100 a 249 horas	250 a 459 horas	500 a 999 horas	+ de 1000 horas

5	Proteção social complementar		
	Contribuições ou cotizações de proteção social não geridas pela empresa		
5.1	Encargos (prestações) de proteção social diretamente suportados pela empresa	Número de trabalhadores	Valor em contos
5.2	Encargos (prêmios) por proteção social, não administrados pela empresa		
5.3	Prestações de ação social		
5.4	Outras modalidades de apoio social		

Fonte: Adaptado de Freire e Rebouças (2001, p.82-94).

ANEXO 3

Modelo de Balanço Social – IBASE

1) Base de Cálculo	2000 Valor (Mil Reais)			1999 Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)						
Resultado Operacional (RO)						
Folha de Pagamento Bruta (FPB)						
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação						
Encargos sociais compulsórios						
Previdência privada						
Saúde						
Segurança e medicina no trabalho						
Educação						
Cultura						
Capacitação e desenvolvimento profissional						
Creches ou auxílio-creche						
Participação nos lucros ou resultados						
Outros						
Total - Indicadores Sociais Internos						
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação						
Cultura						
Saúde e saneamento						
Habitação						
Esporte						
Lazer e diversão						
Creches						
Alimentação						
Outros						
Total das Contribuições para a Sociedade						
Tributos (excluídos encargos sociais)						
Total - Indicadores Sociais Externos						

Continuação.

4) Indicadores Ambientais						
Relacionados com a operação da empresa						
Em Programas e/ou projetos externos						
Total dos investimentos em Meio Ambiente						
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados ao final do período						
Nº de admissões durante o período						
Nº de empregados terceirizados						
Nº de empregados acima de 45 anos						
Nº de mulheres que trabalha na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por mulheres						
Nº de negros que trabalha na empresa						
% de cargos de chefia ocupados por negros						
Nº de empregados portadores de deficiência						
6) Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa						
Número total de acidentes de trabalho						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() pela direção	() direção e gerências	() todos os empregados
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados	() direção	() direção e gerências	() todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	() organiza e incentiva
7) Outras Informações						

Fonte: IBASE (2001) <http://www.ibase.gov.br>

ANEXO 4

Balço Social – USIMINAS – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

1. Base de Cálculo		2000		1999			
1.1	Faturamento bruto	3.123.065		2.417.878			
1.2	Lucro operacional	768.704		446.593			
1.3	Gastos com pessoal	251.603		268.730			
2. Indicadores Laborais		Valor R\$	% Gastos c/ pessoal	% Lucro operacional	Valor R\$	% Gastos c/ pessoal	% Lucro operacional
2.1	Encargos Sociais	64.047	25,46	8,33	65.676	24,44	14,71
2.2	Previdência privada	25.844	25,01	8,19	39.028	14,72	8,74
2.3	Benefícios	25.281	10,05	3,30	24.245	9,03	5,42
2.3.1	Programas de saúde	5.844	2,32	0,76	6.576	2,45	1,47
2.3.2	Seguros	1.073	0,43	0,14	976	0,36	0,22
2.3.3	Transporte	3.040	1,21	0,40	1.627	0,61	0,36
2.3.4	Segurança e higiene	4.965	1,97	0,65	3.814	1,42	0,85
2.3.5	Alimentação	8.519	3,39	1,11	9.611	3,58	2,15
2.3.2	Outros benefícios	1.840	0,73	0,24	1.641	0,61	0,37
2.4	Educação	3.484	1,38	0,45	3.352	1,25	0,75
2.5	Participação dos empregados nos lucros	9.704	3,86	1,26	7.371	2,74	1,65
Subtotal 2 Indicadores laborais		165.437	65,76	21,53	139.672	51,98	31,27
3. Indicadores Sociais		Valor R\$	% Sobre faturamento	% Lucro operacional	Valor R\$	% Sobre faturamento	% Lucro operacional
3.1	Impostos	426.453	13,65	55,48	322.930	13,36	72,31
3.2	Investimentos Culturais	1.680	0,05	0,22	677	0,03	0,15
3.3	Contribuição para Sociedade - Investimentos em Cidadania	129	0,00	0,02	111	0,00	0,02

Continuação.

3.4 Investimentos em Meio Ambiente	4.381(*)	0,14	0,57	34.318	1,42	7,68
------------------------------------	----------	------	------	--------	------	------

Subtotal 3 Indicadores Sociais	432.643	13,84	56,29	358.036	14,81	80,16
--------------------------------	---------	-------	-------	---------	-------	-------

4. Indicadores do Corpo Funcional	Posição em 31/12/2000	Posição em 31/12/1999
4.1 Nº Empregados	8.448	8.040
4.2 Nº Dependentes de Empregados	18.114	18.189
4.3 Nº de Empregados acima de 45 anos	1.288	1.069
4.4 Nº de Mulheres que trabalham na Empresa	285	289
4.5 Nº de Admissões	753	555
4.6 Nº de Demissões		
4.6.1 Aposentadoria	50	436
4.6.2 Outras Demissões	196	140
4.6.3 Total das Demissões	246	576
4.7 Nº de Empregados Terceirizados	5.492	5.268

(*) Substantial redução verificada em relação ao ano anterior é decorrente do fim de uma etapa na execução de projetos de atualização tecnológica e melhorias ambientais.

Fonte: <<http://www.usiminas.com.br/>>

ANEXO 5

Balanço Social – PETROBRÁS Distribuidora S.A.

Balanço Social Anual 2000 - Petrobras

Ítem Base de Cálculo	2000		
	Valor (milhões R\$)		
1.1. Receita Líquida (RL)			49.782.442
1.2. Resultado Operacional (RO)			13.991.894
1.2. Folha de Pagamentos Bruta (FPB)			1.140.241
2. Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ Mil)	% Sobre FPB	% Sobre RL
2.1. Alimentação	64.417	0,12	0,13
2.2. Encargos sociais compulsórios	1.218.733	61,24	2,45
2.3. Previdência privada	1.355.335	110,77	2,72
2.4. Saúde	247.474	16,18	0,50
2.5. Segurança e Medicina do Trabalho	021	0,04	0,00
2.6. Educação	40.334	2,83	0,08
2.7. Cultura	31.171	0,01	0,00
2.8. Capacitação e Desenvolvimento Profissional	2.231	0,18	0,01
2.9. Contribuição para a Comunidade	3.457	0,23	0,01
2.10. Participação nos resultados	1.113.134	13,86	0,43
2.11. Outros	2.452	0,19	0,00
Total dos Indicadores Sociais Internos	3.377.639	211,83	6,76
3. Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ Mil)	% Sobre RL	% Sobre RL
3.1. Contribuições para a Sociedade (educação, cultura, saúde e saneamento, habitação, esporte, lazer e diversão, artes, alimentação, etc.)	62.106	0,49	0,14
Total das Contribuições para a Sociedade	62.106	0,49	0,14
3.2. Tributos (incluindo Encargos Sociais)	18.947.434	128,42	3,81
3.3. Tributos Provisórios (excluídos Encargos Sociais) *	2.118.041	150,92	4,27
Total - Indicadores Sociais Externos	19.015.505	128,81	3,82
4. Indicadores Ambientais	Valor (R\$ Mil)	% Sobre RL	% Sobre RL
4.1. Relacionados com a operação da empresa e com programas e/ou projetos externos **	173.000	4,10	0,35
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	173.000	4,10	0,35
5. Indicadores do Corpo Funcional	Total		
5.1. Número de empregados ao final do período			48.114
5.2. Número de admissões durante o período			1.774
5.3. Número de empregados transitórios			121
5.4. Número de empregados acima de 45 anos			9.677
5.5. Número de mulheres que trabalham na empresa			11.757
5.6. Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres			4,44%
5.7. Número de empregados portadores de deficiência			260
6. Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa			3,72
Número total de acidentes de trabalho			103
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa, foram direcionados:	() pela direção	(x) direção e gerências	(/) todos os departamentos
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram adotados:	() pela direção	(x) direção e gerências	(/) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(/) direção	(/) direção e gerências	(/) todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os critérios padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	(/) não são considerados	(/) são considerados	(x) são considerados
Quanto à participação dos empregados em programas de treinamento realizados na empresa:	(/) não se envolve	(x) apoia	(/) organiza e participa
7. Outras Informações			

* Tributos gerados pela Petrobras

** Para valor creditado nas multas ambientais

Fonte: <<http://www2.petrobras.com.br/internas/acompanhia>>

ANEXO 6

BALANÇO SOCIAL – Banco do Brasil S.A. – Edição 1998

Descrição	1998			1997		
1) Base de Cálculo						
1.1) Receita Líquida (RL)			16.349.907			30.072.565
1.2) Lucro Operacional (LO)			1.009.161			526.605
1.3) Folha de Pagamento Bruta (FPB)			4.669.511			4.905.521
2) Indicadores Laborais	Valor	% sobre LO	% sobre RL	Valor	% sobre LO	% sobre RL
2.1) Alimentação	211.813	21,0	0,58	193.721	19,2	0,53
2.2) Encargos sociais compulsórios	981.364	97,2	2,70	1.054.955	104,5	2,90
2.3) Previdência privada	622.666	61,7	1,71	575.840	57,1	1,58
2.4) Saúde	204.587	20,3	0,56	190.731	18,9	0,52
2.5) Educação	24.138	2,4	0,07	20.261	2,0	0,06
2.6) Creches/auxílio creche	24.681	2,4	0,07	22.346	2,2	0,06
2.7) Participação nos lucros ou resultados	60.765	6,0	0,17	32.725	3,2	0,09
2.8) Outros benefícios	70.007	6,9	0,19	74.907	7,4	0,21
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.8)	2.700.031	218,0	6,05	2.165.486	114,6	5,96
3) Indicadores Sociais	Valor	% sobre LO	% sobre RL	Valor	% sobre LO	% sobre RL
3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)	560.357	55,5	1,54	228.068	43,3	0,76
3.2) Contribuições para a sociedade/ investimentos na cidadania*	29.309			22.718		
3.2.1) Educação e cultura	24.540			17.546		
3.2.2) Saúde e saneamento	2.000			3.011		
3.2.3) Esporte e lazer	228			60		
3.2.4) Creches	1.541			1.407		
3.2.5) Outros	1.000			694		
3.3) Investimentos em meio ambiente/ programas/projetos externos	22,5	0,002	0,0001			
Total - Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	589.686,5			250.786		
* Recursos investidos pela Fundação Banco do Brasil						
4) Indicadores do Corpo Funcional		1998			1997	
4.1) Nº de empregados ao final do período		72.350			76.387	
4.2) Nº de admissões durante o período		2.951				
4.3) Nº de mulheres que trabalham na Empresa		25.323			27.518	
4.4) % de cargos de chefia ocupados por mulheres		20,21%			14,16%	
4.5) Nº de empregados portadores de deficiência**		1.478			1.688	
** Inclui dependentes						

Fonte: <<http://www.bb.com.br/balancosocial>>

ANEXO 7

VOTORANTIN, Celulose e Papel – Balanço Social 2000

Balanço Social Anual - 2000

Ino-auditoria)



Votorantim Celulose e Papel		[R\$ mil]					
		2000			1999		
1) Base de Cálculo		Valor			Valor		
Receita Líquida (RL)		1.436.901			1.122.559		
Resultado Operacional (RO)		453.304			322.942		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		123.392			123.208		
2) Indicadores Sociais Internos		Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Alimentação		5.722	4,64	0,40	5.691	4,62	0,51
Encargos sociais compulsórios		31.433	25,47	2,19	30.784	24,99	2,74
Previdência privada		1.995	1,62	0,14	0	0,00	0,00
Saúde		7.218	5,86	0,50	7.145	5,80	0,64
Segurança e medicina no trabalho		1.019	0,83	0,07	845	0,69	0,08
Educação		473	0,38	0,03	127	0,10	0,01
Cultura		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional		1.876	1,50	0,14	2.116	1,71	0,19
Creches ou auxílio-creche		62	0,05	0,00	35	0,03	0,00
Participação nos lucros ou resultados		7.819	6,37	0,53	6.264	5,08	0,56
Outros		4.876	3,96	0,34	4.781	3,88	0,43
Total - Indicadores Laboriais		62.393	50,56	4,34	57.788	46,90	5,15
3) Indicadores Sociais Externos		Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Educação		0	0,00	0,00	195	0,16	0,02
Cultura		263	0,21	0,02	0	0,00	0,00
Saúde e saneamento		125	0,10	0,01	72	0,06	0,01
Habitação		92	0,08	0,00	74	0,06	0,01
Esporte		803	0,65	0,04	147	0,12	0,01
Lazer e diversão		0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Creches		2	0,00	0,00	0	0,00	0,00
		---	---	---	---	---	---
Votorantim Celulose e Papel		[R\$ mil]					
		2000			1999		
4) Indicadores Ambientais		Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL	Valor	% Sobre FPB	% Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa		60.160	48,76	4,18	43.641	35,42	3,89
Em Programas e/ou projetos externos		608	0,55	0,05	578	0,47	0,05
Total dos Investimentos em Meio Ambiente		60.968	49,41	4,24	44.219	35,89	3,94
5) Indicadores HR/Corporativos Funcionais		2000			1999		
Nº de empregados ao final do período		3.668			3.981		
Nº de admissões durante o período		397			371		
Nº de empregados terceirizados		3.167			3.447		
Nº de empregados acima de 45 anos		450			442		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		476			424		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		5,93			3,15		
Nº de negros que trabalham na empresa		443			417		
% de cargos de chefia ocupados por negros		0			0		
Nº de empregados portadores de deficiência		76			36		
6) Indicadores de Observância quanto às Atividades Empreendedoras		2000			1999		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		38 (vezes)			38 (vezes)		
Número total de acidentes de trabalho		166			248		
De projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:		[] pela direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] pela direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:		[] pela direção	[x] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] pela direção	[x] direção e gerências	[x] todos os empregados
A previdência privada contempla:		[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[ne] direção	[ne] direção e gerências	[ne] todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:		[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:		[] não se envolve	[x] apóia	[] organiza e incentiva	[x] não se envolve	[] apóia	[] organiza e incentiva

Obs.: Fontes de divergências sobre os valores divulgados em 1999 referem-se à alteração do método base, no = Não existente

Fonte: <http://www.vcp.com.br/rao/site/Rao/2000>

ANEXO 8

Demonstração do Valor Adicionado - FEBRABAN

em R\$ milhões

	2000	%	1999	%
1. Apuração do valor Adicionado				
Resultado bruto da Intermediação financeira	34.910		33.247	
Outras receitas/despesas	-2.608		-1.950	
Bens e serviços adquiridos de terceiros	9.642		8.768	
Valor adicionado	41.944	86,2	40.065	78,9
Resultado da participação em Coligadas e controladas	6.740		10.713	
Valor adicionado bruto	48.684	100,0	50.778	100,0
2. Distribuição do valor Adicionado				
Recursos Humanos	25.797	53,0	24.107	47,5
Salários e honorários	15.478		14.464	
Encargos sociais	7.739		7.232	
Benefícios	2.580		2.411	
Governo	11.730	24,1	10.798	21,3
Despesas tributárias	3.572		3.629	
Imposto de renda e Contribuição social	987		467	
INSS sobre salários	7.171		6.702	
Dividendos a acionistas	1.179	2,4	1.955	3,8
Retenções	9.978	20,5	13.918	27,4
Depreciação/amortização	3.297		2.837	
Lucro retido	6.681		11.081	
Valor adicionado bruto	48.684	100,0	50.778	100,0

Fonte: <<http://www.febraban.com.br/balanco4.asp>>

ANEXO 9

RBS – Balanço Social Consolidado

Investimentos feitos em 2000		
Público	Ação	Investimentos R\$
PÚBLICO INTERNO	Alimentação	5.887.394,00
	Saúde	8.983.964,00
	Transporte, Seguro de Vida e Creche	2.924.321,00
	Participação nos Resultados	5.415.312,00
	RBS PREV	3.490.565,00
	Reconhecimento e Valorização	247.312,00
	Educação e Desenvolvimento	2.434.420,00
MEIO AMBIENTE	Despoluição	25.106,00
	Preservação Ambiental	75.762,00
	Educação Ambiental	4.031,00
CONSUMIDORES	Filantropia	88.105,00
	Apoio aos Assinantes/ Clube do Assinante	2.353.711,00
	Homenagem e Reconhecimento	817.554,00
COMUNIDADE	Cultura	2.642.301,00
	Esporte	563.946,00
	Habitação, Construção e Reconstrução	30.095,00
	Saúde Pública	1.476.466,00
	Segurança Pública	221.550,00
	Defesa Civil	9.048,00
	Formação e Desenvolvimento da Cidadania	763.435,00
	Obras Públicas	46.672,00
	Campanhas Públicas	2.997.672,00
	Educação	1.577.167,00
	Lazer, Diversão e Apoio à Religiosidade	337.444,00
	Alimentação	179.561,00
	Apoio a Entidades Sociais, Educacionais e Culturais	1.027.355,00
	GOVERNO E SOCIEDADE	Projetos Desenvolvidos
Mobilizações Sociais		333.502,00
Parcerias		74.391,00
Implementação do ECA		61.464,00
Apoio da mídia em veiculação de campanhas da FMSS, Instituto Ethos e Movimento Sinal Vermelho		2.728.529,00
TOTAL INVESTIDO		48.235.950,00

Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/balancosocial/>

ANEXO 10

ITAÚ – Balanço Social 2000.

INDICADORES – QUADRO RESUMO

DESCRIÇÃO	2000			1999		
	Valor	% s/ LO	% s/RL	Valor	% s/LO	% s/RL
Base de cálculo						
Receita líquida (RL)	4.307.957			3.814.293		
Lucro operacional (LO)	2.554.697			2.281.555		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.422.728			2.285.707		
Indicadores laboriais						
Encargos sociais compulsórios	465.282	18,2	10,8	433.202	19,0	11,4
Educação e treinamento	33.237	1,3	0,8	34.471	1,5	0,9
Participações nos lucros ou resultados	112.187	4,4	2,6	125.256	5,5	3,3
Outros benefícios	342.346	13,4	7,9	310.870	13,6	8,2
TOTAL	953.052	37,3	22,1	903.799	39,6	23,7
Indicadores Sociais						
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.007.719	39,4	23,4	884.257	38,8	23,2
Contribuições para a sociedade/ investimentos na Cidadania						
Educação e cultura	26.689	1,0	0,6	24.525	1,1	0,8
Saúde e saneamento	2.076	0,1	0,1	2.685	0,1	0,1
Esporte e lazer	302	0,0	0,0	0	-	-
Outros	2.086	0,1	0,1	3.628	0,2	0,1
TOTAL	1.038.872	40,7	24,1	915.095	40,1	24,0
Indicadores do corpo funcional						
	Total			Total		
Nº de empregados ao final do período	47.524			39.011		
Nº de admissões no período	5.327			3.189		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	24.325			19.800		
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,3%			nd		
Nº de empregados portadores de deficiência	539			nd		

nd - dados não disponíveis

Fonte: <<http://ww13.itau.com.br/itauri/port/>>

ANEXO 11

SADIA – DVA – Demonstrativo do Valor Adicionado 2000.

	2000	2000	2000	2000	2000
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
ENTRADAS					
INFLAWS	3,451,297	100.0	3,506,466	100.0	(0.4)
Rapora criada pelas operações:					
Sale of product, merchandise and services	3,198,195	91.8	3,039,770	86.7	3.5
Venda de produtos, mercadorias e Serviços	3,198,195	91.8	3,039,770	86.7	3.5
Rapora criada por terceiros					
Wealth generated from third parties	253,101	7.4	466,696	13.3	(28.7)
Recuperação de despesas					
Expenses recovery	24,414	0.7	(23,550)	0.7	20.5
Receita financeira					
Financial Income	747,607	21.7	257,205	7.3	(42.9)
Resultado de participação societária					
Equity Pickup	28,957	0.8	119	0.0	(56.1)
Outros resultados inclusive não operacionais					
Other results, including non-operating results	(1,774)	(0.1)	2,454	0.7	(40.8)
SIDAS					
OUTFLOWS	42,225,216	(63.7)	(2,066,335)	(59.0)	(17.6)
Materia prima e mercadorias					
Raw Material and Merchandise	(4,194,066)	(45.7)	(1,725,395)	(44.3)	(4.5)
Serviços de terceiros					
Outsourced Services	(4,314,677)	(46.4)	(8,439,621)	(24.1)	(11.4)
Valor adicionado					
Added Value	1,266,081	36.3	2,237,914	63.7	(12.0)
Deficit					
Deficit					
Valor adicionado + deficit					
Added Value + Deficit	1,266,081	36.3	2,237,914	63.7	(12.0)

Demonstrativo do Valor Adicionado
(continuação)

Added Value Statement
(continued)

	2000	2000	2000	2000	2000
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
DISTRIBUIÇÃO					
DISTRIBUTIONS	(1,266,081)	100.0	(1,937,914)	100.0	12.0
Recursos humanos					
Human Resources	(857,216)	67.8	(383,517)	19.8	(18.7)
Salários					
Salaries	(307,745)	24.3	(257,913)	13.3	(11.2)
Encargos					
Social Charges	(549,471)	43.5	(125,604)	6.5	(16.3)
Treinamentos					
Training	(1,311)	0.1	(1,310)	0.1	0.7
Benefícios					
Benefits	(42,245)	3.4	(15,811)	0.8	(12.0)
Honorários e participações					
Management Fees and Participation	(12,204)	1.0	(13,246)	0.7	(8.9)
Fundações					
Foundations	(299,318)	23.6	(372,022)	19.2	(47.7)
Juros					
Interest	(299,318)	23.6	(372,022)	19.2	(47.7)
Governo					
Government	(280,247)	22.1	(138,466)	7.1	(14.7)
ICMS					
State VAT	(230,320)	18.2	(230,320)	11.9	(16.6)
PIS					
Social Integration Program Tax	(15,413)	1.2	(15,413)	0.8	(6.2)
COFINS					
Social Security Financing Tax	(17,962)	1.4	(64,132)	3.3	(3.3)
Imposto de renda					
Income Tax	(20,449)	1.6	(5,637)	0.3	(26.4)
Contribuição social					
Social Contribution Tax	1,405	(0.1)	(5,344)	0.3	54.6
Outros					
Others	(17,047)	1.3	(6,715)	0.3	(104.4)
Acionistas					
Shareholders	(52,962)	4.2	(29,011)	1.5	(18.0)
Dividendos					
Dividends	(1,202)	0.1	(29,011)	1.5	(112.4)
Retenção					
Retention	(197,498)	15.6	(25,995)	1.3	(12.7)
Depreciação e amortização					
Depreciation/Amortization/Depletion	(104,837)	8.3	(1,132,399)	58.3	(42.4)
Provisão para débitos duvidosos					
Allowance for doubtful Accounts	(12,339)	1.0	(9,035)	0.5	(12.3)
Provisão para ajuste dos estoques de mercado					
Allowance for inventory adjustments					
For year's adjustment					
Contribuição de reservas					
Appropriations to Income Reserves					
Retenção de lucros					
Retention of Income	(90,542)	7.2	(70,874)	3.6	(11.2)

Fonte: Sadia – Relatório Social (2000, p. 14-15).

ANEXO 12

SADIA – Indicadores Sociais Internos 2000.

Indicadores Sociais Internos

Social Internal Highlights

	2000 (R\$ mil)			1999 (R\$ mil)		
	R\$ Mil R\$ TH	FPB % GPR %	RL % NR %	R\$ Mil R\$ TH	FPB % GPR %	RL % NR %
Receita Líquida (RL) Net Operating Revenue (NR)	7.881.019			7.376.769		
Resultado Operacional (RO) Operating Income (OI)	59.054			83.593		
Folha de Pagamento Bruta (FPB) Gross Pay Roll Amount (GPR)	307.745			287.918		
Alimentação Nutritional Expenses	13.112	4,26	0,46	13.089	4,57	0,48
Encargos sociais compulsórios Compulsory Social Expenses	109.011	35,42	1,78	92.476	32,12	1,32
Previdência privada Supplementary Retirement Income Plan	1.536	0,53	0,06	4.392	1,53	0,18
Saúde Health	14.148	4,60	0,49	10.910	3,83	0,39
Segurança e medicina no trabalho Safety and medical support	12	0,00	0,00	0.003	0,00	0,00
Educação Education	220	0,07	0,01	1.350	0,47	0,05
Capacitação e desenvolvimento profissional Training and professional development	1.111	0,36	0,04	1.100	0,38	0,04
Creches ou auxílio-creche Baby Care or associated benefits	109	0,04	0,00	166	0,06	0,00
Participação nos lucros ou resultados Employees Profit Sharing	5.542	1,80	0,15	1.817	0,64	0,14
Outros* Other*	13.221	4,30	0,46	15.292	5,32	0,19
Total Total	150.121	51,38	5,49	192.953	51,32	4,76
Nº de empregados ao final do período Nr. of employees at the end of the year		28.800			25.500	
Nº de admissões durante o período Nr. of hirings during the year		3.300			4.270	

Fonte: Sadia – Relatório Social (2000, p.16).